

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



Dissertação de Mestrado

**O Conceito de Político na Redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O
Guaporé em 1983: notícias sobre a ALE/RO**

Vinicius Rodrigues Dias

Pelotas, 2020

Vinicius Rodrigues Dias

O Conceito de Político na Redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983: notícias sobre a ALE/RO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cesar Borges da Silveira

Coorientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Pelotas, 2020

Vinicius Rodrigues Dias

O Conceito de Político na Redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983: notícias sobre a ALE/RO

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

31/03/2020

Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Marcos Cesar Borges Da Silveira (Orientador).
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

**Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

**Prof. Dr. Edgar Avila Gandra
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

**Prof. Dr. João Paulo Saraiva Leão Viana
Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas.**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na
Publicação

D541c Dias, Vinicius Rodrigues

O conceito de político na redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e o Guaporé em 1983 : notícias sobre a ALE/RO / Vinicius Rodrigues Dias ; Marcos Cesar Borges da Silveira, orientador ; Aristeu Elisandro Machado Lopes, coorientador. — Pelotas, 2020.

152 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Redemocratização. 2. Político. 3. ALE/RO. 4. Alto Madeira. 5. O Guaporé. I. Silveira, Marcos Cesar Borges da, orient. II. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, coorient. III. Título.

CDD : 320.9811

História Para Ninar Gente Grande

Brasil, meu denço

A mangueira chegou

Com os versos que o livro apagou

Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento

Tem sangue retinto pisado

Atrás do herói emoldurado

Mulheres, tamoios, mulatos

Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara

E a tua cara é de cariri

Não veio do céu

Nem das mãos de Isabel

A liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho

Quem foi de aço nos anos de chumbo

Brasil, chegou a vez

De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

(Composição: Thomaz Miranda, Ronie Oliveira, Mácio Bola, Mamá, Deivid Domênico e Danilo Frimino)

Dedico *este trabalho para Izimar Morais Miranda* por ensinar à história deste enredo.
E, a memória da vereadora carioca *Marielle Franco*.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos professores Marcos Borges da Silveira e Aristeu Lopes, pela confiança nesta proposta de pesquisa e, desta forma construímos o presente trabalho com muito diálogo e parceria.

Ao Iago Rodrigues Dias e Laides Rodrigues Dias, minha gratidão, pelo suporte necessário para realizar este curso com muita tranquilidade.

Ao Isac Pego e Rosania Franco, sou grato pelo crédito depositado nesta jornada.

À Geisa Soares e Misael Celestino, devo aos dois o apoio no momento mais importante para a concretização da dissertação.

À Ednair Nascimento, agradeço pela excelente recepção no Museu da Memória Rondoniense.

Da Biblioteca Francisco Meirelles, minha gratidão as funcionárias (os) Vanderléia, Edna e ao Danilo.

Ao diretório do MDB / RO, na pessoa do presidente Tomás Correia, pela atenção e empenho na colaboração com esta pesquisa.

Aos jornalistas Lúcio Albuquerque e Carlos Sperança, por cederem suas memórias, com muita simpatia e disposição.

As professoras do Departamento de História / UNIR, Lilian Moser, Mara Centeno e Marta Valéria, o qual sempre me incentivaram a seguir pelos trilhos da academia.

Ao professor Jornas Vargas e a professora Alessandra Gasparotto, pelas ponderações pertinentes feitas no exame do material de qualificação.

RESUMO

Esta dissertação estuda as reportagens produzidas pelos jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé* nas edições do ano de 1983, acerca das ações legislativas dos primeiros deputados estaduais de Rondônia. A data é repleta de transformações políticas em Rondônia e em todo o país, pois neste momento está em andamento o processo de transição da Ditadura Civil-Militar para a Democracia. E, ao longo da história da república brasileira, a imprensa desempenhou papel nas rupturas e ascensão dos novos regimes. Na data em tela, o comportamento foi semelhante, pois os periódicos procuraram estreitar as relações com os novos políticos e estes com a imprensa, desta forma, resultando numa relação de múltiplos interesses. E, ao narrar a rotina do parlamento rondoniense, os jornais procuraram redefinir a função do ofício do político na sociedade brasileira, que caminhava para construir uma nova fase da República.

Palavras-Chave: Redemocratização; Político; ALE/RO; Alto Madeira; O Guaporé

ABSTRACT

This dissertation studies the reports produced by the newspapers Alto Madeira and O Guaporé in the 1983 editions, about the legislative actions of the first state deputies in Rondônia. The date is full of political transformations in Rondônia and across the country, as the transition process from the Civil-Military Dictatorship to Democracy is currently underway. And, throughout the history of the Brazilian republic, the press played a role in the ruptures and rise of the new regimes. On the date in question, the behavior was similar, as the periodicals sought to strengthen relations with new politicians and these with the press, thus resulting in a relationship of multiple interests. And, when narrating the routine of the Rondonese parliament, the newspapers sought to redefine the function of the office of the politician in Brazilian society, which was moving towards building a new phase of the Republic.

Key words: Redemocratization; Political; ALE/RO; Alto Madeira; O Guaporé

Lista de Figuras

Figura 1 BR 364 / Rondônia

Figura 2 Reprodução da capa do Alto Madeira de 1 de fevereiro de 1983

Lista de Tabela

Tabela 1 Teto Constitucional do Orçamento dos Poderes. Reprodução da tabela do Alto Madeira, 24/05/1983, p.3

Lista de Quadros

Quadro 1 Deputados Estaduais do PDS

Quadro 2 Deputados Estaduais do PMDB

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Novos Personagens Entram na Cena Política de Rondônia	28
1.1 Breve Histórico do Alto Madeira e O Guaporé	28
1.1.1 Alto Madeira	29
1.1.2 O Guaporé	35
1.2. Os primeiros Deputados Estaduais de Rondônia	39
1.3. A Festa de Diplomação	47
1.4. O Início da Relação: Executivo e Legislativo Rondoniense	53
1.5. A Solenidade de Posse da Primeira Legislatura da ALE/RO	56
1.6. Horizonte de Expectativa Proposto	67
2. A Assembleia Constituinte: 1º fase do Legislativo Rondoniense	70
2.1 A Costura de Acordos na Eleição da Mesa Diretora da ALE/RO	72
2.2 As Lideranças da ALE/RO	78
2.3 A Elaboração da Constituição.....	82
2.4 A Festa de Promulgação	100
3. Os Políticos: Entre Oposição e Situação	109
3.1 Oposição e Situação: Diferenças?	109
3.2 Corrupção	120
3.3 Em Defesa da “Agropecuária” e dos “Agricultores”	123
3.4 Redefinindo <i>Os Políticos</i>	129
Considerações Finais	143
Referências	146

Introdução

A hora é dura e precisamos de grandes políticos, como se precisa de grandes médicos, no momento das grandes enfermidades. Enquanto continuar essa gente no poder, esse arbítrio, não se poderão se consertar os graves problemas que assolam o País (O GUAPORÉ, 11/05/1983, p.2).

Numa manhã de maio de 1983, um leitor da capital do novo estado brasileiro localizado na Amazônia ocidental, ao se dirigir a uma banca de jornal, deparou com a declaração de abertura desta dissertação, feita pelo deputado federal Ulisses Guimarães, afirmando que a nação estava doente e os culpados seriam uma equipe desqualificada que ocupavam a administração pública e, as coisas só melhorariam quando os políticos tomarem a frente.

No presente, isto poderia vir a ser interpretado como uma fala corriqueira de indivíduos que estão no campo oposicionista, todavia ao percorrer o tempo regressando ao ano 1983, surge uma série de perguntas: Por que seriam os políticos que resolveriam as dificuldades econômicas e sociais do país? Qual o papel que estava sendo atribuído ao político? E, por que num estado controlado pelo exército desde o golpe de 1964, um matutino deu tanta ênfase as colocações de um dos principais desafetos dos militares?

Estas e outras indagações fazem parte desta pesquisa que remete a investigação realizada nos arquivos do Centro de Documentação do Estado de Rondônia¹ e na Biblioteca Pública Municipal Francisco Meirelles no ano de 2017. Através da leitura de dois periódicos da região, *Alto Madeira* e *O Guaporé*, procurei informações acerca da atuação eleitoral em 1982 dos deputados estaduais Amizael Silva e Sadraque Muniz.

À medida que folheava os jornais começava a conhecer melhor a fase de transição política de Rondônia de Território Federal para Estado, deste modo as leituras tornavam-se instigantes com as reportagens apresentando os “lugares de fala” dos respectivos veículos de comunicação.

Neste trabalho proponho elucidar as posturas políticas do *Alto Madeira* e do *O Guaporé*, mediante análise e interpretação das notícias publicadas sobre os primeiros deputados estaduais rondonienses ao longo do ano de 1983. Mas, por que, no âmbito de um estudo histórico, selecionar os deputados estaduais no período em tela?

Começo pelo recorte temporal, regressando no tempo, precisamente na data de 22 de dezembro de 1981, quando Rondônia adquiriu o status de Estado da federação, mediante a

¹ Este centro de pesquisa é um departamento do Museu da Memória Rondoniense e, funciona numa sala do prédio do museu.

promulgação da lei complementar nº41 (SILVA, 1984), iniciou mudanças administrativas e políticas, embora de maneira lenta, pois:

Sua excelência ficou com os poderes executivo e legislativo, passando a expedir decretos que estruturavam juridicamente o novo Estado, quando criou o quadro de juízes e desembargadores ao mesmo tempo em que criou o Tribunal de Contas do Estado (SILVA, 1984, p.156).

O governador do novo estado, o coronel do exército, Jorge Teixeira, ainda em 1982, desfrutava dos mesmos poderes que tinha na época em que era administrador do antigo Território Federal de Rondônia. A concessão de plenos poderes ao governador foi bem pensada como forma do governo federal garantir a vitória eleitoral no estado, considerando que eram três cadeiras do senado, oito vagas na Câmara dos Deputados e as vinte e quatro cadeiras no parlamento estadual (MATIAS, 1998, p.142). Além do mais, a nomeação dos juízes e a estruturação da máquina burocrática mantinham sob a tutela dos militares a condução do recém-criado estado.

No pleito eleitoral de 1982 o governo e seus representantes obtiveram uma vitória numericamente positiva sobre os opositoristas elegendo os três senadores, cinco deputados federais e, ocupando as nove prefeituras municipais e quinze deputados estaduais (MATIAS, 1998).

Obviamente que o triunfo eleitoral do PDS (Partido Democrático Social) sobreveio à custa do aparato estatal do governo ditatorial e de muita intimidação sobre o eleitorado rondoniense, citarei, a título de exemplificação, uma notícia do *Alto Madeira* sobre a campanha eleitoral, onde o governador Jorge Teixeira dizia o seguinte:

Colocarei urnas em todas as linhas dos projetos, porque assim saberei quem votou contra o nosso partido e tomarei as devidas providencias... pretendo continuar levando benefícios a todos os que escolheram Rondônia para viver. Mas vou beneficiar muito mais aqueles que estão do lado do governo, que os aos que estão do outro lado. Isso é ponto passivo (ALTO MADEIRA, 14/08/1982, p.3).

O governador se dirigia aos moradores das áreas de colonização do Estado, oriundas dos projetos de “povoamento” do governo ditatorial na Amazônia iniciado na década de 1970. Em Rondônia os assentamentos foram feitos nos limites da BR 364 (PERDIGÃO & BASSEGIO, 1992, p.76). Era uma população dependente de recursos financeiros do estado para manuseio nas terras adquiridas, além de estarem em solo desconhecido (MOSER, 2006, p. 99-100). A mensagem do governante também era cobrança pelo “presente” dado pelo governo àquelas pessoas, em algumas havia a sensação de gratidão para com o governo devido a terra

recebida (MOSER, 2006, p. 99), desse jeito a melhor forma de pagamento da dívida e de oportunidade de obter lucro no campo seria dando o voto aos candidatos do PDS.

Apesar da derrota sofrida nas urnas, a oposição liderada pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), conseguiu eleger três deputados federais e obteve nove cadeiras no legislativo estadual (MATIAS, 1998), quantidade significativa num estado com grande presença do governo militar. Com os recursos à disposição, o governador conseguiu formar uma bancada a seu favor agradando o governo federal e, durante o ano de 1982, a administração se manteve aos moldes do Território Federal, com o governo do estado nas mãos do executivo.

Porém em 1983 a lógica institucional se modificou com a posse dos deputados estaduais e implantação da Assembleia Legislativa, por conseguinte a concentração de poderes na tutela do executivo estadual foi questionada até pela situação e, naquele instante, as ações do governador eram acompanhadas por uma nova instituição rondoniense, outros atores apareciam na cena política em busca de protagonismo.

Mesmo os pedessistas eleitos, graças ao “empenho” do governo e ao financiamento do PDS, não podem ser vistos como sujeitos passivos e submissos ao executivo, haja vista a ocupação de cadeira na Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE/RO) ter ocorrido pela outorga do voto popular, eles almejavam posteriormente mais poder e espaço na arena política.

Os peemedebistas tinham sido eleitos sob a plataforma de denúncias contra o governo, responsabilizando-o pela alta dos preços, a precária infraestrutura dos assentamentos e a restrição feita a população, privada de eleger o governador de Rondônia² (DIAS, 2017). Assim, ao se constituírem em bloco opositor, reiteravam a prática eleitoral junto do eleitorado, ao mesmo tempo estavam de olho nas próximas eleições, simultaneamente atacavam o governo ao apresentar falhas administrativas.

Entre as razões para estudar os parlamentares rondonienses, além da exiguidade de pesquisas a respeito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, cabe mencionar a importância do parlamento neste momento de transição política, isto é, de redemocratização do país e, no âmbito regional, de criação do estado de Rondônia, bem como as repercussões destes processos na formação da elite política rondoniense.

²Lembrando que na votação na Câmara dos Deputados a qual criou o estado de Rondônia, um dos itens questionados pelo PMDB foi justamente a prerrogativa no projeto de lei de autorizar o Presidente da República de nomear o primeiro governador do novo estado, devido ao impasse o PMDB boicotou a sessão plenária e se recusou a votar, o representante rondoniense da oposição, Jerônimo Santana, defensor da proposta de criação do estado, não concordava com a manobra do executivo, acompanhou a bancada partidária e abriu mão do voto, mas permaneceu no plenário (MATIAS, 1998, p. 140-141).

Foram aqueles homens (os deputados eram todos do sexo masculino), os redatores da primeira Constituição do Estado de Rondônia, das primeiras leis e os fiscalizadores do executivo estadual. Quais estratégias adotaram para barganhar com o executivo? Quais influências recebiam na hora de propor e votar leis? São perguntas ainda sem respostas.

Quando reduzi ainda mais o meu recorte propondo investigar o conceito de político, este não foi movido por expressão da atualidade, todavia naquele ano a palavra ganhava novos significados e atributos perante a opinião pública, reflexo do processo de transição política em curso no país.

Após a instauração da ditadura civil –militar no ano de 1964, a ordem republicana passou por modificações, interrompendo as bases democráticas em construção no Brasil desde 1945, pois com o golpe de estado, perpetrado pelas forças armadas e grupos civis depondo João Goulart, houve uma centralização das decisões de estado, restritas ao poder executivo e, o Congresso Nacional esteve cerceado em suas prerrogativas constitucionais (FICO, 2015, p.111).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os generais presidentes prometeram uma abertura política, que era adiada a cada governo, todavia pressões externas e dos setores civis que sustentaram os militares no comando da nação, possibilitaram uma distensão política na gestão de Ernesto Geisel, embora sobre total controle de parcelas das forças armadas (SILVA, 2007, p.247; CODATO, 2005, p.93).

E, em 1979, um multipartidarismo limitado foi restaurado, como mecanismo de dividir o campo oposicionista, a ARENA tornou-se PDS e o MDB em PMDB, O PTB entregou a Ivete Vargas, motivo da origem do PDT de Leonel Brizola e, dos movimentos populares e sindicais, surgiu o PT; este era o quadro partidário da eleições de 1982, que permitiu aos eleitores voltarem a eleger os governadores, apesar das manobras jurídicas, as forças oposicionistas conseguiram muitos votos e eleger um número significativo de lideranças e, portanto, aumentando a pressão pela abertura política e, no parlamento no ano de 1983, o PDS passou a votar com os oposicionistas, criticando a condução da economia do país pelos tecnocratas (SOUZA, 1992, p.169-170; REGO, 2008 p.237).

Nosso recorte está inserido nesta transição política, cujos efeitos foram significativos na implantação do parlamento estadual rondoniense. Mas não era consenso que aquela distensão seria a mais adequada, houveram divergências no parlamento, tanto no nacional como no regional. Assim, desde sua criação, o legislativo estadual, a ALE/RO, esteve dividido em dois blocos partidários que se autoproclamavam oposição e situação.

Neste ponto cabe mencionar as ponderações de Reinhart Koselleck quando afirma o poder de veto das fontes sobre o historiador, então existem limites e cuidados nas afirmações ao inquirir os documentos numa investigação histórica (KOSELLECK, 2006, p. 186). Neste sentido, tentei entender os porquês de rótulos imprimidos pelos parlamentares e até onde esta dimensão fez sentido no comportamento das bancadas.

Então por que a escolha de jornais nesta pesquisa?

René Remond sublinha a importância de estudar a imprensa nas pesquisas de história política, pois, segundo o mesmo, os veículos de comunicação e os interesses políticos estão conectados, por isso o tema política torna-se assunto de destaque nas reportagens jornalísticas visando diversos interesses (REMOND, 2003).

Muitos historiadores, de variados campos historiográficos, têm recorrido aos periódicos para suas pesquisas. Tal percepção é resultado, no Brasil, principalmente das novas discussões teóricas e metodológicas da chamada “Nova História” que aqui receberam enorme recepção positiva e, formando uma geração de intelectuais sobre esta vertente historiográfica (LUCA, 2008).

Na primeira metade do século XX, a imprensa era considerada pelos historiadores muita subjetiva e superficial, ademais temas de pesquisa ligados ao tempo presente eram vetados na academia para inibir o pesquisador de certas paixões, tal zelo era, por assim dizer, um resquício da escola metódica (CAPELATO, 2015, p. 300).

Estudos dedicados aos jornais impressos no Brasil, focando nos aspectos políticos, são coetâneos a virada historiográfica supracitada. Em meio a revisão teórica e epistemológica do fazer história, alguns trabalhos procuraram apontar a imprensa como um quarto poder no Brasil (CAPELATO, 1988).

O vínculo entre mídia e política é comportamento identificado na sociedade contemporânea, tendo sido alvo de múltiplos governos o estreitamento ou controle do poder que as mídias exercem na formação da opinião pública, como ressalta os historiadores Angélica Alvarez, Rodrigo Silva e Luciana Pomari, logo:

No mundo contemporâneo, os meios de comunicação de massa são considerados entre os mais poderosos meios de propagação de informações, disseminação de ideologias e pontos de vistas particulares. Vale lembrar que mídia e política possuem uma relação íntima, e por vezes a primeira é dos poucos meios de que alguns cidadãos se utilizam para entrar em contato com o mundo político (ALVAREZ; SILVA; POMARI, 2016, p.52).

As contribuições, expostas pelos estudiosos acima, reiteram a relevância da imprensa nos estudos históricos, neste caso os dois jornais impressos, para compreender a dimensão que as notícias, sobretudo as informações de política, podem proporcionar aos historiadores conhecer melhor o vínculo construído entre o jornal e seu público leitor.

Produções abordando a história da imprensa rondoniense ainda são poucas e, trabalhos sobre este tema, seriam de grande relevância na compreensão da formação e comportamento ideológico dos jornais em questão; bem como são escassas as pesquisas acerca dos seus posicionamentos políticos.

Existem obras de cunho memorialístico cuja pretensão é enaltecer membros da elite regional. É o caso do livro *Euro Tourinho, A Samaúma da Imprensa Amazônica* (2016) escrito pelo economista Silvio Persivo³, onde o autor praticamente fez uma biografia do empresário que leva o nome do livro.

Também no mesmo estilo literário de escrever história, o jornalista Lúcio Albuquerque, em sua obra *Da Caixa de Francesa à Internet – 100 anos da Imprensa em Rondônia* (2009), descreveu numa cronologia de 1909 a 2009, a história institucional de veículos de comunicação e experiências pessoais com outros jornalistas, presenciadas pelo autor (FORINI, 2014).

Vale destacar o historiador Valdir Aparecido que, na sua tese de doutorado, *Rondônia Uma Memória em Disputa*, defendida na UNESP / Assis, ao abordar, no quarto capítulo, os descasos com os centros de pesquisa do estado, faz uma breve apresentação dos jornais encontrados nos acervos do Centro de Documentação do Estado de Rondônia.

Os jornais que estão no centro de pesquisa, mencionado anteriormente, incluindo o *Alto Madeira* e o *Guaporé*, foram guardados e preservados após lutas políticas e sua manutenção guarda correlação com o poder de tais agremiações. Assim, outros jornais que tiveram funcionamento em Rondônia, mas que veiculavam pontos de vista de outros grupos, não receberam o mesmo cuidado:

Além disso, como era uma memória implantada por uma parte dos remanescentes do Território, mas especificamente por Aluizistas⁴, muita documentação que expunha contradições do período foi filtrada. É o caso do jornal “O Combatente” publicado de

³ Além de colaborador do *Alto Madeira*, Silvio Persivo é amigo de Euro Tourinho, em 2016, lançou o livro *Euro Tourinho: a samaúma da imprensa amazônica*, um conjunto de entrevistas e relatos do autor com o empresário, a obra nas palavras de Silvio Persivo “um tributo” ao amigo. Atualmente, o escritor compõe o corpo docente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Rondônia.

⁴ Nos anos de 1940 e 1950 estruturam na região dois grupos políticos adversários, sendo: Os Aluizistas também chamados de Cutubas, composto por principalmente de seringalistas, ligados ao ex-governador do Território Federal do Guaporé, Aluizio Ferreira. E os Pele-Curtas, liderados pelo médico Renato Medeiros e Joaquim Vicente Rondon, o grupo era constituídos por setores das classes mais baixas da população, ainda que isso não fosse regra, pois também no seu meio havia integrantes das classes altas (SOUZA, 2011. p. 36-37; VIANA, 2019, p.54).

1959 a meados da década de 70 pelo anarquista Ignácio Mendes, detido inúmeras vezes pelos representantes locais da ditadura militar. Também é o caso do periódico “Folha de Rondônia” e de propriedade do líder “Pele-curta”, o médico Renato Medeiros (SOUZA, 2011, p.150).

Segundo Valdir Aparecido, ao contextualizar acerca das funções dos jornais em questão, os periódicos contrários a elite política do Território Federal do Guaporé (depois tornou-se Rondônia), eram censurados e no momento de instalação do estado, em 1982, não tiveram espaço nos acervos de história de Rondônia.

Na dissertação da historiadora Paola Foroni, *Jorge Teixeira, Primeiro Governador do Estado de Rondônia: Imprensa e Cordialidade (1979-1982)*, defendida no Mestrado em História e Estudos Culturais da UNIR, a mesma dedicou-se em analisar, em um período de três anos, como os periódicos *Alto Madeira*, *O Guaporé* e *Estadão Do Norte* abordavam a figura do governador Jorge Teixeira. E já apontava a mudança de posicionamento do jornal *O Guaporé* que, em 1981, após ser comprado pelo empresário Múcio Athayde, torna-se oposição ao governo (FORINI, 2014, p.84).

A historiadora Cíntia Rodrigues, ao estudar a violência no campo pelo *Alto Madeira* na dissertação de mestrado *A naturalização da Violência: Representação do Conflito Agrário pelos jornais em Rondônia na década de 1980*, aponta para existência de um elo entre o periódico e o governo ditatorial, notadamente, através da ocultação dos conflitos que grassavam no meio rural e da exaltação dos projetos de assentamentos promovidos pela política de “colonização” da Amazônia.

A partir de uma vertente marxista gramsciana, Cíntia Rodrigues analisa a constituição dos veículos de comunicação, impressos e emissora de televisão, apontando para a sua concentração nas mãos de famílias atendendo aos interesses do capital (RODRIGUES, 2016, p.81). Ainda acentua as convergências de ideias do *Alto Madeira* e *O Guaporé* quanto a reforma agrária com ambos periódicos contrários, em 1985, a possibilidade de adoção pelo governo central de políticas de distribuição de terras aos posseiros (RODRIGUES, 2016, p.93).

Em minha monografia de graduação - *A participação dos candidatos evangélicos a deputados estaduais na Eleição de 1982 no Estado de Rondônia* (DIAS, 2017), defendida no Departamento de História da UNIR (Porto Velho) em agosto de 2017 - dediquei parte da pesquisa a análise dos “lugares de fala” dos periódicos *Alto Madeira* e *O Guaporé*.

No ano de 1982, o jornal *O Guaporé* estava sob o comando do empresário e candidato a deputado federal, Múcio Athayde. A aquisição da folha se deu com a razão de propagandear

sua candidatura, bem como a dos demais candidatos peemedebistas, no pleito eleitoral deste ano (DIAS, 2017).

Já o *Alto Madeira*, fazia parte das empresas da família Tourinho, cujo diretor, na época, era Luís Malheiros Tourinho. Na jornada eleitoral de 1982, este periódico atuou na divulgação da campanha do PDS (Partido Democrático Social), apesar de tentar mostrar-se neutro no processo eleitoral (DIAS, 2017).

Diante o exposto, é possível afirmar que os jornais atuavam como uma empresa, sendo suas publicações mercadorias direcionadas a determinados grupos da sociedade. As notícias veiculadas passaram por longo processo de seleção e confecção buscando formar consensos (SCHWARCZ, 1987; CAPELATO, 1988).

Dialogando com a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, na obra *Imprensa e História do Brasil*, também é possível perceber a imprensa enquanto produtora de documentos, prática que tanto seleciona o que é considerado conveniente de registro como descarta aquilo que é visto como incômodo e ou desvantajoso, pois:

A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1988, p.25).

Ou seja, as notícias editadas pelas mídias impressas registraram aquilo que entendiam ser útil como notícia aos seus leitores no presente, mas também não deixavam de produzir uma memória à medida que transmitia o retrato de uma época à geração posterior. Para a autora, precisamos adentrar, ao interpretar estas fontes, os elementos subjetivos das narrações, pois elas foram feitas com intenções políticas.

A partir destas reflexões e procurando avançar na compreensão das mudanças na ordem republicana através da descrição e, análise do comportamento de atores políticos diretamente responsáveis pela redemocratização do Brasil, formulo a seguinte pergunta: qual o conceito de político produzido pela imprensa no ano 1983, de acordo com os jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*?

Como objetivo geral da pesquisa busca-se evidenciar que os periódicos rondonienses, quando noticiaram acerca do desempenho dos legisladores estaduais, procuraram enaltecer ou desabonar as bancadas legislativas conforme estas se aproximavam, afastavam, afirmavam ou contestavam os interesses específicos de cada jornal.

Apresento três objetivos específicos: Demonstrar que, independentemente do periódico, existia hierarquia na escolha dos sujeitos retratados nos jornais, então alguns deputados obtiveram maior espaço em reportagens, em detrimento de outros, porque alguns políticos possuíam maior proximidade com jornalistas ou com a direção do periódico.

Demonstrar que os periódicos, apesar das disputas, convergiam na defesa de certas bandeiras, principalmente de temas econômicos regionais, sendo defensores da aceleração dos programas agrícolas no estado.

Identificar a produção de um campo semântico, através dos jornais, averiguando, analisando e relacionando as concepções de assembleia legislativa, político, oposição e situação.

Elegi os debates teóricos de Lilia Schwarcz e Reinhart Koselleck para nortear as discussões propostas neste estudo, isto é, na tentativa de responder as perguntas formuladas, baseadas nas análises da imprensa amazônica para, desta forma, entender o alcance do ideário por mudanças políticas e sociais as vésperas da nova república.

A imprensa escrita, segundo Lilia Schwarcz (1987), é produto da sociedade, responsável por construir representações de uma época e que, dotada de legitimidade, em certos setores, aparece como produtora de opinião, devido:

O jornal é eficaz, então, porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiterações tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida, assim como não se questiona ou se busca explicar a cura feita pelo xamã. Portanto o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um poder talvez igualável ao de um xamã (SCHWARCZ, 1987, p. 248).

Conforme a historiadora, o jornal pode ser entendido de modo semelhante ao curandeiro de Lévi Strauss⁵, pois o ofício jornalístico recebe legitimidade dos leitores justamente por não haver a preocupação com a comprovação das narrações, pois o veículo de comunicação transmite a ideia de estar narrando a verdade nas reportagens, tornando cada matéria semelhante aos textos sagrados.

Em Rondônia, os jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*, encontravam-se em lados opostos. O *Alto Madeira* era próximo dos membros governistas do PDS, herdeiro da Arena, já

⁵O antropólogo no artigo *O Feiticeiro e sua Magia*, discutiu o papel desempenhado por curandeiros em populações indígenas em diferentes regiões da América, segundo Levi Strauss, os métodos de cura realizada pelo xamã não é questionado pelo seu grupo, mas a crença na prática do xamanismo, concede legitimidade de poder do feiticeiro para com seus seguidores (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.193-213).

O Guaporé pertencia a um deputado federal do PMDB, Múcio Atayde e, deixava claro que era oposição a Ditadura civil-militar, embora no ano de 1983 tenha diminuído o ritmo de denúncias sobre o governo.

Ambos periódicos procuraram definir atribuições, papéis, expectativas em relação aos parlamentares com destaque para o comportamento esperado em relação àqueles que seriam oposição e situação. No que tange aos assuntos políticos de Rondônia os periódicos, obviamente, comportaram-se como os portadores das *notícias verdades*, ou seja, eram tidos por imparciais quando, através de narrativas que eles consideravam como isentas, pretendiam introduzir, de forma implícita, certos valores políticos entre os leitores. Através de suas matérias, reportagens e de seus editoriais, os jornais disputavam a opinião pública, produzindo a dualidade nós e eles, cristalizando um conjunto de verdades que remetia a ideologia de um ou de outro grupo político.

As diferentes posições adotadas pelos jornais ultrapassam a mera competição de mercado, as narrações “verdades” dos periódicos estabelecem modelos preconcebidos e esperam persuadir o público sobre tais padrões (SCHWARCZ, 1987). A partir do exposto, torna-se importante indagar quais concepções acerca da prática legislativa e os modelos de parlamentar os jornais rondonienses idealizaram.

Inspirado na *Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck, sobrelevando a importância dos conceitos para a história social e política, uma vez que: “Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (KOSELLECK, 2006, p.98). Buscar-se-á, no diálogo com as fontes supracitadas, proceder à uma análise contextualizada dos conceitos. Segundo o citado historiador, os humanos necessitam de conceitos, todavia:

Para poder viver, o homem orientado pela compreensão não pode senão transformar a experiência da história em algo com sentido, ou em outras palavras, assimilá-las hermeneuticamente (KOSELLECK, 1997, p.69).

Vejamos como, para Koselleck, os conceitos são entendidos, sendo resultados de necessidades humanas, para explicar a respectiva realidade de uma sociedade e, fica para o historiador a tarefa de estudar os sentidos dos conceitos.

Nesta proposta de pesquisa, entendo que o conceito de político, vai além de uma nomenclatura dada aos civis eleitos, que na maioria integravam o poder legislativo, mas constituiu um conceito novo no vocabulário político nacional e regional e, a imprensa, ao escrever sobre as atividades dos parlamentares, estava definindo a identidade de um ator que, doravante, passou a integrar a arena político-institucional.

O aporte metodológico utilizado no manuseio dos acervos e leituras dos periódicos, foi procedido de acordo com as indicações dos historiadores (as), Tania Regina de Luca, Robert Darnton e Maria Helena Rolim Capelato.

Desta forma, entre os meses de abril e agosto de 2019, iniciei o trabalho na cidade Porto Velho. As consultas do jornal *Alto Madeira* aconteceram nos acervos da Biblioteca Pública Municipal Francisco Meirelles e da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Quanto ao jornal *O Guaporé*, o Museu da Memória Rondoniense disponibilizou digitalizado, embora incompleto, pois, em seu acervo, é possível encontrar exemplares de algumas tiragens de janeiro a junho de 1983.

Muitas documentações destes centros de pesquisas foram deterioradas ou perdidas devido ao descaso da prefeitura da capital e do governo de Rondônia com a memória regional. O atual Museu da Memória Rondoniense foi o mais penalizado, por diversos anos teve o endereço alterado e, com as constantes mudanças, os acervos perdiam muito de seu material, a situação melhorou um pouco quando foram transferidos para o antigo palácio do governo, todavia persistem problemas de infraestrutura, além dos jornais, o centro abriga fósseis datados de 40 mil anos, fotografias e quadros de artes, que precisam estar armazenados com os devidos cuidados de preservação⁶.

No final do ano de 2016, uma grande quantidade dos documentos, dentre jornais, mapas e ofícios de órgãos públicos, referentes a primeira metade do século XX estavam digitalizados, após um convênio do Governo de Rondônia e o consorcio Santo Antônio Energia e, uma equipe do IFRO (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia) de Ariquemes⁷, com recursos próprios fazia a digitalização de periódicos, dentre estes, os exemplares do *O Guaporé* que foram cedidos a esta pesquisa, mas em abril de 2019 a operação teve uma interrupção, devido ao contingenciamento de verbas realizado pelo MEC.

Quanto a Biblioteca Pública Municipal Francisco Meirelles, os exemplares dos periódicos apresentam melhor estado de preservação, embora esteja numa sala que não é adequada para estes fins sob os cuidados de funcionários sem a devida formação, readaptados ou cedidos pela SEMED / Porto Velho. No ano de 2013, o prédio foi reinaugurado, oferecendo mais conforto ao público, a reforma foi resultado de uma parceria da prefeitura da capital com

⁶ Informação obtida em <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2018/09/04/com-maior-acervo-do-estado-museu-da-memoria-rondoniense-enfrenta-problemas-estruturais.ghtml>, acessado em 15 de janeiro de 2020.

⁷ Considerações através de <http://www.rondonia.ro.gov.br/museu-da-memoria-rondoniense-conclui-digitalizacao-de-10-mil-documentos-acervo-esta-disponivel-para-consulta/>, acessado em 21 de fevereiro de 2019.

o 17ª Brigada de Infantaria e Selva⁸ e, conforme informações dadas pelos profissionais da instituição, no período da reforma da biblioteca, o exército chegou a propor digitalizar o acervo de jornais, as razões da não concretização deste anúncio está fora de nosso conhecimento.

Assim, na pesquisa realizada nestes centros de documentação, foram consultados, 133 exemplares do *O Guaporé* e, do jornal *Alto Madeira*, 314 edições correspondentes aos meses de janeiro a dezembro de 1983. Na Biblioteca Pública Municipal Francisco Meireles, a coleção do *O Guaporé*, no que diz respeito ao ano de 1983, está incompleta, tendo somente o mês de janeiro.

Ao proceder a análise interna dos jornais foram averiguados alguns itens, tais como: aparência física (formato, tipo de papel), qualidade da impressão, capa, presença (ausência de ilustrações), a estruturação dos conteúdos, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público que visava atingir, os objetivos propostos, e lugar das reportagens na história da imprensa (LUCA, 2008; CAPELATO, 2015).

A ênfase no exame da forma física do jornal, é devido a diagramação ser uma técnica bastante especializada, pois, através dela, é feita a distribuição das notícias em cada página e a inserção de imagens (CAPELATO, 2015), tendo em vista que “fotos, caricaturas, desenhos e anúncios enxertados em meio a textos contribuem para quebrar a monotonia das letras e imprimem movimento ao todo” (CAPELATO, 2015, p.132).

Ainda segundo Maria Helena Capelato, no artigo *A Imprensa como fonte e objeto de Estudo para o historiador*, para conhecer o posicionamento ideológico dos jornais deve-se eleger os editoriais dos periódicos como prioritários, pois é nestes textos que se encontram as ideias e as bandeiras defendidas pelos proprietários do veículo de comunicação, mas tais posicionamentos também podem ser encontrados nas colunas de opiniões de jornalistas tradicionais do matutino (CAPELATO, 2015, p. 131).

Acerca da interpretação externa, foram efetuadas coletas de dados referentes ao período de origem e funcionamento dos jornais, informações biográficas dos proprietários, venda da empresa e alterações administrativas nos periódicos (CAPELATO, 2015, p.133). Além destes, outros aspectos também foram levados em consideração, tais como: quem era o público do jornal, área de circulação, de onde provinha o capital para funcionamento, como obtinham empréstimos bancários, se recebiam recursos de instituições públicas, e a forma de realização dos anúncios de setores do Estado e privado (CAPELATO, 2015, p.133).

⁸ Sobre a última reforma feita na entidade, a informação se baseou em divulgação feita pela assessoria de comunicação da prefeitura, divulgada em <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/14206/biblioteca-municipal-francisco-meirelles-e-reinaugurada>, acessado em 30 de julho de 2019.

A vista disso, entrei em contato com o TCE /RO, solicitando a prestação de contas da ALE/RO do ano de 1983, com o intuito de averiguar se houve repasses financeiros para os veículos de comunicação, por telefone os atendentes disseram que dificilmente teriam esta documentação por causa da data, todavia aconselharam a realização de uma solicitação formal à ouvidoria do órgão, então realizou-se o procedimento e, no dia 15 de outubro de 2019, em resposta ao pedido, através do despacho do conselheiro ouvidor, a entidade dissera que não estaria na competência do órgão a divulgação destas informações, sugerindo recorrer aos matutinos supracitados.

Com efeito, estudiosos da imprensa, enfatizam a necessidade de conhecer a história da imprensa quando o pesquisador realiza a contextualização das notícias ou identificação oficial de posicionamento ideológicos dos jornais (DARNTON, 1990; CAPELATO, 1988; SCHWARCZ, 1987).

Pois os projetos políticos dos jornais não são estáticos, podem ocorrer mudanças no decorrer do tempo. É o caso dos jornais paulistas, como *O Estado de São de Paulo* de Júlio de Mesquita, porta voz dos ideais liberais, fazia duras críticas ao Congresso Nacional e ao executivo, entre elas defendia mudanças econômicas e mais liberdade de imprensa, no golpe de 1930, este periódico apoiou o golpe liderado por Getúlio Vargas, e quando em 1935 estava em discussão a aprovação da Lei de Segurança Nacional para combater o comunismo, o jornal, acompanhado dos *Diários* de Assis Chateaubriand, defendeu o controle da imprensa pelo estado, contrariando os princípios liberais (CAPELATO, 1992, p.65-67).

Os periódicos rondonienses tiveram vida longa, passaram pelas mãos de variados proprietários. Analisar suas reportagens em 1983 elucida os posicionamentos dos mesmos naquele momento, mas não suas posturas em todo o período de funcionamento.

Neste sentido, como referido anteriormente, a produção historiográfica voltada para o estudo da imprensa rondoniense, tanto estudos mais gerais como análises focadas num único periódico, é ainda incipiente carecendo de mais pesquisas. Diante desta dificuldade, através do *corpus* documental, montou-se uma breve trajetória da imprensa de Rondônia no período em questão. Para isso, recorri as fontes orais, as quais corroboram com a crítica externa.

Pois, Robert Darnton, no ensaio *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*, chama atenção para o fato de que determinadas reportagens foram feitas para um indivíduo específico, principalmente aqueles referentes a assuntos políticos, por isso é importante conhecer a hierarquia dentro do jornal que estabelece a divisão das notícias (DARNTON, 1990, p.96).

Foi possível conhecer alguns detalhes do organograma dos matutinos, mediante as entrevistas realizadas com dois ex- jornalistas, que de acordo as tiragens, foram editores – chefes, posto mais alto na hierarquia de um jornal e, responsáveis por acompanharem o fechamento de uma edição.

Quanto aos usos de história oral e estudos específicos de notícias jornalísticas, Maria Helena Rolim Capelato frisava que tais práticas contribuem nos diálogos das fontes, e que sob os olhares da “Nova História” acabou-se a dualidade entre estas fontes, bem como a imposição rigorosa de único material na realização das pesquisas históricas (CAPELATO, 1988).

Os colocadores orais, Lúcio Albuquerque do *Alto Madeira* e Carlos Sperança do *O Guaporé*, aceitaram de início o convite. Assim, no dia 18/10/2019 pela manhã na sede do SINJOR (Sindicato Dos Jornalistas de Rondônia) em Porto Velho aconteceu a entrevista com o jornalista do *Alto Madeira*, no período vespertino da mesma data e cidade, Carlos Sperança na sua residência, partilhou algumas de suas memórias colaborando com a pesquisa.

Também contatei os ex-deputados estaduais, José Bianco (o qual não respondeu ao convite), Heitor Costa, mas sua assessoria informou que devido a disponibilidade de agenda só poderia ceder a entrevista no ano de 2020 e, com o atual presidente do MDB/RO, Tomás Correia na sede do partido.

Então, a entrevista com Tomás Correia se deu em duas etapas, a primeira na data de 30 de novembro de 2019, sendo interrompida pelo próprio colaborador que alegou precisar de mais tempo para aquela entrevista, e o assuntos correspondiam a fatos de três décadas atrás e, necessitava retornar ao interior do estado, na cidade de Jaru, atualmente seu domicílio. O último encontro aconteceu no dia 07 de novembro de 2019, com duração de uma hora e meia de entrevista.

Durante as entrevistas levei algumas matérias produzidas pelos matutinos, visando recordar os colaboradores dos assuntos de interesse da dissertação. Recortes de jornais estão entre os instrumentos que ajudam a despertar os gatilhos da memória, o qual facilita ao colaborador oral escavar do subconsciente as lembranças, ademais a memória deixa escondido muitos acontecimentos, levando o entrevistado a desconectar experiências com o seu passado (BOSSI, 2013, p.43; POLLAK, 1992, p.203).

Após as entrevistas, seguiu-se outros procedimentos conforme sugeridos por José Carlos Sebe Bom Meihy, a transcrição das colaborações, depois modificações no texto com o propósito de deixar conexas as narrativas e, posteriormente enviadas aos colaboradores, que fizeram algumas alterações, por último, acrescentando as considerações dos entrevistados, foram redigidas as versões finais das entrevistas (MEIHY, 1996).

Recorrendo à história oral, optou-se pelos procedimentos estabelecidos por José Carlos Sebe Bom Meihy: história oral híbrida, seleção dos entrevistados, crítica quanto as omissões dos depoentes, conferência da entrevista junto ao entrevistado e, registro do termo de cessão em cartório (MEIHY, 1996, p.57-60).

Por conseguinte, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo faço uma breve apresentação das trajetórias dos respectivos periódicos. Também procuro descrever e analisar fatos ocorridos antes do início dos trabalhos do legislativo estadual: as festas de diplomação e posse dos deputados estaduais, pois tais eventos demarcaram mudanças, tanto no noticiário, como na arena política do novo estado. Sendo perceptível, na cobertura feita pelo *Alto Madeira* e *O Guaporé* a construção do conceito de político.

No Capítulo segundo, continuo focando nos antecedentes do funcionamento da Assembleia Legislativa, de fevereiro a agosto de 1983, momento em que os parlamentares se dedicaram a discutir e elaborar a primeira constituição de Rondônia. O que propunham e quais projetos foram transportados ao texto final da carta magna?

No terceiro capítulo, optei por uma análise diacrônica da cobertura da imprensa sobre os discursos proferidos pelos parlamentares na tribuna da casa de leis, cuja maioria abordavam temas como a corrupção a agropecuária e a necessidade de maior participação dos políticos na coordenação do estado. Desta forma, percebi certas mudanças na linguagem política e sobre os políticos que eram, por assim dizer, coetâneas ao novo momento histórico.

1. Novos Personagens Entram Na Cena Política de Rondônia

1.1 Breve Histórico do Alto Madeira e O Guaporé

Apresenta-se brevemente a trajetória dos jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*, cujo objetivo é entender os lugares de fala dos respectivos matutinos. A ideia é compreender melhor as razões que levaram os periódicos a apoiarem ou questionarem as agremiações partidárias, promovendo ou desconstruindo lideranças e projetos.

A imprensa tomou parte no processo de reorganização do campo político regional em consonância com as forças que, no período em tela, elaboravam os fundamentos da chamada Nova República.

Descrever acerca do período de funcionamento de impressos e identificar os proprietários dos jornais é um procedimento necessário no desenvolvimento de pesquisas que elegem periódicos, seja como fonte ou objeto de análise (CAPELATO, 2015; LUCA, 2008).

Realçando quanto aos mencionados jornais, mesmo em 1983, quando possuíam posicionamentos políticos diferentes, ambos funcionavam segundo as diretrizes da imprensa convencional.

Para Maria Aparecido de Aquino, este modelo de imprensa, estrutura-se em três níveis, médio, pequeno e o de grande porte, apresenta-se aos leitores como um veículo neutro, mesmo que a opinião geral do jornal esteja presente no editorial, vende a falsa realidade de conceder vozes a todos, dessa forma os conteúdos das matérias estariam livres de interferências externas (AQUINO, 1999, p.122). Quanto à manutenção das receitas da imprensa convencional, a historiadora salienta o seguinte:

[...]. Sua sobrevivência advém, em grande parte, dos anunciantes que sustentam financeiramente as publicações, e somente pequena parcela de seus recursos deriva das vendas em bancas e assinaturas (AQUINO, 1999, p. 122).

Os periódicos do estado de Rondônia eram de médio porte, circulavam em todo território rondoniense, nas páginas de ambos é possível encontrar propagandas do governo estadual (com maior presença no *Alto Madeira*) e anúncios do comércio. Na seção denominada de classificados, geralmente encontradas nas últimas páginas, apareciam anúncios de empreendimentos de variados ramos do comércio: Farmácia, consultórios médicos, lojas de construção civil etc. Desta forma, apontam possíveis pistas das fontes das receitas dos jornais em questão.

Sabe-se que os dois matutinos mantinham tiragens diárias, quanto ao público leitor, ainda dispomos de poucos dados a respeito do assunto, todavia Paola Forini defende a hipótese que os leitores destes jornais, pertenciam a uma elite regional, devido ao histórico das grandes taxas de analfabetismo do país, que em Rondônia a situação seria semelhante bem como as condições financeiras para comprar os exemplares (FORINI, 2012, p.86).

E, os jornalistas, de modo geral, não possuíam formação acadêmica, em jornalismo ou áreas afins, admitidos nas redações graças a relações com os donos dos jornais e, apreenderam o ofício na prática cotidiana.

1.1.1 Alto Madeira

O jornal circulou por cerca de cem anos, passando pelas mãos de vários donos. Foi fundado no ano de 1917 na cidade de Porto Velho, na época a área do município fazia parte do estado do Amazonas, a cidade vivia no auge da atividade econômica da borracha, sendo sede da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, havia público, portanto, para consumo do material jornalístico. O primeiro proprietário do *Alto Madeira* foi também o primeiro prefeito da cidade, Joaquim Augusto Tanajura (ALBUQUERQUE, 2009, p. 32).

O periódico, desde sua criação, esteve ligado ou defendendo projetos de grupos políticos locais e nacionais. Tal fato, a inserção do jornal na arena política, é algo recorrente na trajetória dessa folha e pode ser observado em outros momentos históricos.

Ainda de acordo com Lúcio Albuquerque (2009), depois do fundador do jornal, o periódico esteve sob administração de outros donos até 1936, quando Assis Chateaubriand adquire o *Alto Madeira* passando a incorporá-lo à rede nacional, *Diários Associados*⁹. E, o impacto disso, foi a diminuição das notícias regionais, sendo o noticiário voltado a assuntos nacionais (DUARTE, 2016).

A partir de 1953, após deixar a administração do seringal da família que, na década de 1940, entrou em decadência, Euro Tourinho (último proprietário) torna-se colunista social do *Alto Madeira*. Estabelecido em Porto Velho, Euro Tourinho tornou-se proprietário de um salão de sinucas, localizado próximo da sede do jornal, onde recebia os funcionários do jornal (PERSIVO, 2016, p.19 - 20).

⁹Conglomerado empresarial de comunicação brasileiro fundado em 1920, pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand. O grupo midiático ainda está funcionamento no Brasil, para mais detalhes ver: (CARNEIRO, 1999).

Quando Assis Chateaubriand faleceu em 1968, Euro Tourinho, que já era o diretor geral do periódico e seu irmão Luiz Tourinho¹⁰ - que atuava no setor imobiliário de Porto Velho, adquirem o *Alto Madeira* e também o impresso acreano *O Rio Branco*¹¹, somente com esta troca Porto Velho e a Amazônia voltam ao noticiário do matutino (NOGUEIRA, 2019, p.24).

Na entrevista concedida ao repórter Eduardo Rocco, no dia quinze de abril de 2009, Euro Tourinho foi questionado quanto a sua visão de mundo à frente do periódico. Separou-se alguns trechos da entrevista:

E como era a linha editorial do AM?

Na linha editorial a base é a verdade nos comentários dos fatos. A independência, sobretudo. Trabalhar em benefício do Estado, não barganhar em questões políticas. Mas, até, algumas vezes, nos vemos obrigados a ceder. E desviar um pouco dessa direção. As coisas ficam tão difíceis que você acaba tolerando e até mesmo omitindo algumas verdades. Mas, sempre que acreditar que a verdade tem de ser exposta doa a quem doer¹².

A narrativa inicial de Euro Tourinho reproduz o discurso da imprensa convencional ancorada na neutralidade dos fatos e em defesa das causas da sociedade (AQUINO, 1999). Logo em seguida, o entrevistado muda de tom, ao defender que a imprensa deve abrir mão da sua independência diante de conjunturas específicas mediante o estabelecendo de filtros e ou promovendo a autocensura. Ao defender a preservação das instituições oficiais na confecção da matéria jornalística, Tourinho limita a liberdade de escrita do repórter:

O senhor poderia mencionar algumas instituições que deveriam ser preservadas sempre que possível?

Euro Tourinho: Bom, a igreja, por exemplo, nem se fala. Outra recomendação velada e para aqueles que criticam muito a Polícia Militar. Vou contar um caso: certa vez vinha de uma festa de madrugada, e parei meu carro para verificar a cena. Estava acompanhado de minha esposa e ela não queria que eu descesse, mas, insisti. Eram policiais da Civil que haviam capturado um cara estuprando uma moça, e estavam dando um corretivo naquele bandido. Os policiais me viram e ficaram assustados, porque me reconheceram como jornalista. Tentaram se explicar. Mas, depois que soube do acontecido, voltei atrás e disse para os agentes: Podem continuar com o samba. Façam de conta que nem me viram... e fui embora. Cinco dias depois fui intimado como testemunha e compareci para falar com o delegado sobre este incidente. O senhor assistiu a polícia a bater no meliante. Aí disse que só falaria sobre o caso se meu depoimento não fosse escrito. Mas, disse que contaria tudo, mas, que o

¹⁰ Este empresário faleceu em 27 de junho de 2017.

¹¹ Informação obtida mediante entrevista do próprio Euro Tourinho, ao jornalista Eduardo Rocco, disponível em <https://www.gentedeopinioao.com.br/politica/euro-tourinho-o-alto-madeira-nao-e-meu-e-patrimonio-do-povo-de-rondonia> acessado em 04 de janeiro de 2019.

¹²Entrevista completa no *site* Gente de Opinião, disponível em <https://www.gentedeopinioao.com.br/politica/euro-tourinho-o-alto-madeira-nao-e-meu-e-patrimonio-do-povo-de-rondonia> acessado em 04 de janeiro de 2019.

escrivão parasse de anotar meu depoimento. E contei o que aconteceu. E disse que vi os policiais batendo num bandidão e que falei para eles continuarem o samba¹³.

Na passagem acima, Tourinho evidencia, com clareza, exemplo de aplicação da autocensura em relação à violência policial que, dependendo dos motivos, ou de quem bate em quem, seria justificável, cabendo ao jornal apoiá-la. Robert Darnton, já apontara para o interdito deste tema, presente na prática do jornalismo, onde, na maioria das vezes, o texto abordando operações policiais é negociado entre o repórter e a própria polícia, ademais com a supervisão do editor-chefe (DARNTON, 1990, p. 17).

Outrossim, Euro Tourinho defendeu enfaticamente a Polícia Militar. Ao olharmos a trajetória do jornalista compreende-se tal postura, pois vivera a maior da parte da vida numa região militarizada, cujo contato com militares ocorria diariamente. O entrevistado fala sobre a existência de pressões políticas, por parte do governo, sobre o jornal, contudo não oferece maiores detalhes sobre tais situações. Cita exemplos, mas não menciona nomes, datas e quais seriam as motivações destas investidas contra a imprensa: sem mencionar nomes e datas:

Já tentaram silenciar o jornal em alguma situação?

Euro Tourinho: Já tentaram. Quiseram impor a saída de funcionários. Sofremos pressões e algumas situações vexatórias, mas, nunca nos vendemos. Na história mais recente um governador na época pediu a cabeça do Lúcio Albuquerque. Mas, sempre dizíamos que ninguém mandava nesta casa. O próprio Sued Pinheiro, uma pessoa muito informada e sem papas na língua, teve a cabeça pedida e até foi agredido por dizer a verdade. Pediram a cabeça dele, mas, negamos. Sempre defendemos o direito a verdade. Inclusive ouvindo os dois lados. Até já falaram mal de nós, no nosso próprio jornal¹⁴.

Analisando a última fala de Euro Tourinho, ele deu exemplos superficiais de tentativas de intimidação no jornal, não citando diretamente nomes dos responsáveis, mesmo quando a ordem veio de um governador, entendemos que nenhum nome foi colocado, visto as relações que o *Alto Madeira* manteve com diversos governantes.

Entretanto, atribuiu a um chefe do executivo estadual recente, pedidos de silenciamento de jornalista, porém em outro depoimento, evidentemente contraditório, disse o seguinte:

Jorge Teixeira, quando saía uma matéria no Alto Madeira que ele achava que não era verdadeira ou que contrariava o seu ponto de vista, cedinho, mal eu chegava na

¹³Trecho da entrevista no site Gente de Opinião, disponível em <https://www.gentedeopinioao.com.br/politica/euro-tourinho-o-alto-madeira-nao-e-meu-e-patrimonio-do-povo-de-rondonia> acessado em 04 de janeiro de 2019.

¹⁴Trecho da entrevista no site Gente de Opinião, disponível em <https://www.gentedeopinioao.com.br/politica/euro-tourinho-o-alto-madeira-nao-e-meu-e-patrimonio-do-povo-de-rondonia>, acessado em 04 de janeiro de 2019.

redação do jornal, o telefonema tocava: Tourinho, que notícia é essa? Ficava aquele papo, eu explicando e ele contestando. Sempre nos demos muito bem porque ele era uma pessoa sincera que sempre vinha de frente, não ficava retaliando, maltratando ou perseguindo por causa de uma notícia, mesmo que saísse truncada ou que não o agradasse (HOLANDA; MENEZES, 2006, p.168-169).

Para Euro Tourinho, as exigências do governador Jorge Teixeira¹⁵, questionando uma reportagem, aconteciam naturalmente. A atitude do governante não é entendida como intervenção na imprensa. Portanto, é contraditória a posição do empresário, além disso o entrevistado sinaliza a existência de um bom entendimento entre ele e o antigo governador.

A convivência entre o dono do periódico e o governador ia além de telefonemas, na mesma entrevista, Tourinho fala sobre a prestação de “assessorias”, sem vínculos empregatícios, ao governador Jorge Teixeira, por outro lado, de acordo com outras reportagens, fica claro que o governador era uma fonte importante para o jornal (HOLANDA; MENEZES, 2006, p.168).

O exame da fala de Euro Tourinho é revelador em relação à postura ideológica do jornal. Entende-se os silêncios e os motivos da forma de fazer jornalismo adotada *pelo Alto Madeira*, inclusive os constantes elogios à administração estadual da Ditadura Civil-Militar.

A primeira legislatura estadual é resultado do pleito de 1982, naquela eleição, o periódico contribuiu na campanha pedessista, propagando frequentemente as candidaturas governistas e dirigindo críticas aos postulantes do PMDB (DIAS, 2017).

No ano de 1983, o *Alto Madeira* continuava privilegiando os políticos do PDS, dando demonstrações de anuência em relação ao governo Jorge Teixeira, embora já existisse um tímido trânsito com os peemedebistas.

Quanto ao outro matutino da família, *O Rio Branco*, tudo leva a crer que mantinha uma linha governista, mas do lado peemedebista. Naquele ano, Nabor Junior (PMDB) tornou-se governador do estado e, o *Alto Madeira* não poupava elogios ao político, o qual visitava a residência dos Tourinhos na condição de convidado de honra. Atestando reciprocidade entre as partes, Luiz Tourinho acompanhou a comitiva do governador na “missão Brasil- Peru”, na qual seriam firmados negócios entre Acre e o país andino. (ALTO MADEIRA, 29/09/1983, p.5; 10/11/1983, p.7).

Em abril de 2017 o periódico chegou ao seu centenário, entrando na lista de um dos matutinos mais antigos do Brasil com circulação diária (NOGUEIRA, 2019, p.14). Para

¹⁵ Natural de General Câmara (RS), passou pela Academia das Agulhas Negras, foi prefeito de Manaus entre 1974-1979; foi o último governador do Território Federal de Rondônia, e o primeiro do recém-criado Estado, administrou a região entre 1979 a 1985 (HOLANDA; MENEZES, 2006).

celebrar a data, realizou uma exposição comemorando a sua longevidade, sendo constantemente noticiado na imprensa estadual a trajetória do *Alto Madeira*.

Porém, a edição de número 28. 347, de primeiro de outubro do ano de 2017, marcou o fim da circulação do jornal. Na nota da direção do periódico, amplamente reproduzida nos meios de comunicação, o *Alto Madeira* alegava dificuldades financeiras e a concorrência com as mídias digitais como a justificativa que levou a diretoria a decidir pelo encerramento das atividades do periódico¹⁶.

Na perspectiva do ex-editor chefe, Lúcio Albuquerque, desde a década de 1980 o matutino sofria problemas de gestão, pois Ivan Marrocos (figura de respeito entre os colegas) tinha alertado aos proprietários para expandirem o jornal ao interior, haja vista terem uma concessionária de automóveis (COVEL, filial da FIAT) e, podiam vender exemplares nas cidades da BR-364, algo que, estrategicamente, *O Estadão do Norte* (dos irmãos Mauricio e Mário Calixto) sacaram desde o início (ALBURQUEQUE, 18/10/2019).

Fazendo um parêntese, menciona-se que *O Estadão do Norte* foi pioneiro na adoção da impressão em off-set em Rondônia e, despontava os concorrentes (SPERANÇA, 18/10/2019), o emprego desta tecnologia melhora a qualidade da tiragem, além de facilitar a inserção de fotografias nas páginas.

O *Alto Madeira*, adquiriu a tecnologia off-set no ano de 1982, tendo a primeira impressão a edição 14125 datada de 18 de setembro de 1982 (ALTO MADEIRA, 18/09/1982, p.2). Deste modo, em termos de qualidade gráfica, passou a concorrer em igualdade com o *Estadão do Norte*.

Consta no *Alto Madeira* que Lúcio Albuquerque era o editor chefe, porém o jornalista negou que exercia o cargo, afirmando tratar-se de mero protocolo, pois seria Euro Tourinho o ocupante da função. E, a revisão final das edições era feita pelo jornalista João Tavares, mas responsabilizou-se pela escrita da maior parte da coluna *Opinião em 30 linhas*, o editorial do matutino, esta coluna foi ideia dele incorporada entre 1977 ou 1978 (ALBURQUEQUE, 18/10/2019). Mas, o que pensava o responsável pela principal coluna do jornal acerca do golpe de 1964? Veja-se:

Não considero o episódio de 1964 como golpe, sabe por que? Porque o Congresso Nacional cassou o mandato do presidente e elegeu outro presidente. Havia um sistema de ditadura, olha tu ouviste falar e eu vivi, mas quem defendida a democracia? Os grupos de esquerda que seguiam a linha de Cuba, Romênia, União Soviética, que

¹⁶Informação obtida através de consulta no site <https://www.news Rondônia.com.br/noticias/um+centenario+jornal+alto+madeira+encerra+atividades/98255> acessado em 04 de janeiro de 2019.

democracia que defendiam? Então veja, foi um período difícil, passei por isso dentro de casa, tive um irmão preso no Rio de Janeiro na 1º divisão, e meu pai por fazer parte do PCB/AM, entende? Agora veja uma coisa, nós tivemos benefícios na Amazônia após 1964 com um presidente da república escolhido pelos militares, a comunicação mais rápida era a telegrafia e depois passou a ter sistema via satélite, luz elétrica aqui em 1975 era de uma a duas horas e faltava três horas, a economia do Território Federal baseada no extrativismo vegetal, com castanha e seringa, tudo mudou e hoje somos uma potência econômica média (ALBURQUEQUE, 18/10/2019).

Para o jornalista, a versão dos vencedores é, mais que convincente, verdadeira, o entrevistado reproduz o discurso da luta contra o comunismo, os militares teriam livrado o país dos comunistas que haviam se infiltrado nas instituições e, inclusive, na sua família. O posicionamento sobre 1964 de um dos principais jornalistas do matutino mostra a força do discurso golpista junto à opinião pública amazônica.

Quando Lúcio Albuquerque trabalhou no matutino local *A Tribuna*, esteve na mira do SNI (Serviço Nacional de Inteligência) junto com os demais funcionários, tal fato chegou ao seu conhecimento em 2008 através do amigo Montezuma Cruz, conforme registrou no livro de sua autoria sobre a imprensa rondoniense (ALBURQUEQUE, 2009, p.112). Todavia, na entrevista, quando questionado, o jornalista preferiu tergiversar desviando do assunto.

Não se estranha a cobertura feita pelo *Alto Madeira* do 19º aniversário do golpe na capital, chamado de “revolução de 1964”. As comemorações ocorreram na 17ª Brigada de Infantaria de Selva e na escola Carmela Dutra com a presença de secretários estaduais, ainda reproduziram na íntegra a ordem de serviço do ministro do exército, Walter Pires, festejando a data “histórica” (ALTO MADEIRA, 31/03/1983, p.2-6).

Parcelas da grande imprensa brasileira, por meio dos editoriais durante os 50 anos do golpe, 31 de março de 2014, reconheceram colaboração com o rompimento institucional do estado de direito afirmando ter sido um erro apoiarem o golpe de 1964. Dentre os veículos que fizeram mea-culpa está o jornal *O Globo*, enquanto a *Folha de São Paulo* preferiu não tocar no assunto.

Todavia, na redemocratização o engajamento do jornal carioca foi a favor dos militares, minimizando os movimentos pelo retorno da democracia, enquanto o matutino paulista pedia mais empenho pela derrocada da ditadura civil-militar, naquela circunstância, a *Folha* já construía uma memória de resistência que acabou sendo seguida por outros periódicos nacionais. Reinventando o passado para assegurar sua imagem e interesses no presente, os periódicos passaram a sustentar a versão de que toda a imprensa sofreu com a censura e o arbítrio (DIAS, 2019, p.479-483; NAPOLITANO, 2011, p.209-217).

No bojo dos debates dos 50 anos do golpe, o *Alto Madeira* não apresentou autocritica, tampouco assumiu que participou, como coadjuvante, do regime de arbítrio na Amazônia, optando por reiterar uma memória construída a partir da década de 1970, quando passou a defender eleições livres a todos os cargos. Encontrou-se uma menção do episódio na coluna *Em Linhas Gerais*, escrita pelo jornalista Gessi Taborda, refutando as teses relativistas acerca da ditadura civil-militar, estas negavam a censura e as perseguições políticas da época, porém na edição centenária do matutino, no encarte especial contando a trajetória em datas históricas, refere-se à 1964 por “*Militares Assumem o Comando do País*” (ALTO MADEIRA, 30-31/03/2014;15/04/2017).

Retornando a 1983, sobre questões técnicas, o matutino, às vezes, imprimia dois cadernos, contendo 12 páginas cada um. Na capa, vinha a manchete alinhada ao centro da folha, na página 2 as principais colunas de opiniões, ou seja, *Opinião em 30 linhas e Rio e Adjacências*, fechando com *AM na Rua*. E, na terceira página a matéria completa da manchete, onde a política ganhava maior atenção. Nas demais páginas, colunas sociais, classificados, a coluna de Esron Penha de Menezes, História *Antiga*, e, por fim assuntos de esportes. Ainda, os assinantes contaram desde março com exemplares da *Revista Nacional*.

As colunas sociais¹⁷ ajudaram muita na coleta de informações biográficas dos deputados estaduais e dos laços em construção da imprensa e a elite política. Estas saíam conforme a programação: Domingo e quinta-feira – *Ciro Pinheiro*; terça-feira e sexta: *Rosenew's*; quarta e sábado: *Marlene Rolim* (ALTO MADEIRA, 03/03/1983, p.7).

1.1.2 O Guaporé

A trajetória do *O Guaporé* carece de mais pesquisas, pois os fragmentos encontrados sobre as histórias do periódico possuem poucos detalhes da sua origem, donos e mesmo do encerramento das atividades do jornal. E muitas das informações existentes sobre o periódico são imprecisas e desconexas.

Segundo Paola Foroni, o jornal data de 1947, ligado diretamente ao Território Federal do Guaporé, na gestão de Joaquim Vicente Rondon¹⁸, mas a duração é de somente um ano

¹⁷Dois colunistas trabalhavam para o serviço público, *Ciro Pinheiro* assessor de comunicação da prefeitura de Porto Velho e, *Marlene Rolim* assessora da SEDUC/RO.

¹⁸Sobrino do Marechal Cândido Rondon, tinha formação militar com passagem pela ESG, foi nomeado Governador do antigo Território Federal do Guaporé, governando brevemente entre 1946 a 1947, posteriormente em 1954 elegeu-se deputado federal; dado biográfico obtido em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rondon-joaquim-vicente> acessado em 05 de janeiro de 2019.

(FORONI, 2014, p.84). Mas, Esron Penha de Menezes, ao abordar o início do periódico, apresenta o ano de 1954, quando políticos da capital do território, juntamente com seringalistas, inauguram o jornal, ficando a direção com o empresário Emanuel Pontes Pinto¹⁹, integrante da ala política do deputado federal do Território Federal do Guaporé, Aluizio Ferreira²⁰ e, outros jornais surgiram no meio destes políticos, *A Vanguarda* e o *Imparcial* (MENEZES, 1998, p.89).

O grupo de Aluizio Ferreira era composto de seringalistas e comerciantes que tinham o ponto de encontro na Sociedade *dos Amigos de Aluizio Ferreira* e, chamavam-se de “Cutubas”, estavam filiados no PTB e PSD. Seus opositores eram os “Pele-curtas”, composto na grande maioria da população mais carente do Território Federal, seus líderes foram Joaquim Vicente Rondon e Renato Medeiros, com filiação no PSP (SANTOS, 2014, p. 58; VIANA, 2019, p.54-)²¹.

Diante o exposto, fica notório os usos políticos do jornal, desde a sua fundação, realçando a importância do periódico para conhecer o registro de diversos acontecimentos da região. A julgar pelo seu principal cacique, Aluizio Ferreira, e demais figuras ligadas ao jornal, parece que o matutino tenha apoiado o golpe de 1964.

Apesar de *O Guaporé*, ao longo da sua circulação, ou em momentos específicos, apontar posicionamento político declarado, está longe de ser definido no campo dos impressos alternativos. Mas, é um jornal com estreita ligação com atividade comercial, apresenta-se como espaço de opinião livre, característico do slogan da imprensa convencional (AQUINO, 1999).

Na pesquisa da historiadora Paola Foroni, entre o período de 1979 a 1981, quando o jornal ainda era gerenciado por Emanuel Pontes Pinto, caracterizava-se pela ausência de críticas

¹⁹ Envolveu-se em diversas atividades econômicas, de seringal a mineração; prefeito de Porto Velho entre 1974 a 1975; na década de 1980, começa a trajetória intelectual, formando-se na primeira classe de história da UNIR, depois fazendo mestrado na UFRJ e ingressando no quadro docente do Departamento de História da UNIR, escreveu diversos livros de história de Rondônia, sendo um dos fundadores da Academia de Letras de Rondônia; dado biográfico consultado em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/emanuel-pontes-pinto> acessado em 05 de janeiro de 2018.

²⁰ Militar de carreira, participou na cidade de Manaus do Movimento Tenentista e, após o fracasso do levante, seguiu para a região de seringais do rio Madeira. Em 1930 com a intervenção varguista na Madeira-Mamoré Railway Company, Ferreira paga os salários dos funcionários atrasados e ganha prestígio no entorno, quando em 1943 é criado o Território Federal do Guaporé, o presidente Vargas o nomeia governador, em seguida ao deixar o executivo, elegeu-se deputado federal em várias eleições (TEIXEIRA; FONSECA, 1998).

²¹ Entretanto ressaltamos a carência de estudos mais aprofundados sobre estes grupos políticos locais, haja vista que Aluizio Ferreira também foi do PSD. Outrossim, segundo o historiador Dante Fonseca, cabe indagar os motivos da participação de pessoas ligadas ao governo federal na fundação da UDN na região (inclusive do governador Joaquim Vicente Rondon em 1947), haja vista que o governador do Território Federal do Guaporé era nomeado diretamente pelo presidente da República, Ver: **Aluizio Pinheiro Ferreira e Joaquim Vicente Rondon: a primeira sucessão no governo do Território Federal do Guaporé (1946)**, <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/dante-fonseca/aluizio-pinheiro-ferreira-e-joaquim-vice-rondon-a-primeira-sucessao-no-governo-do-territorio-federal-do-guapore-1946> acessado em 12 de fevereiro de 2019.

ao governo do coronel Jorge Teixeira, não por acaso, o dirigente da publicação, tinha sido filiado à antiga ARENA (FORONI, 2014, p. 88).

Porém, em outubro de 1981, *O Guaporé* passa para as mãos do empresário e secretário estadual do PMDB, Múcio Athayde²², apelidado de “o homem do chapéu” (devido apresentar-se em público com um chapéu country), adotando a postura de oposição ao governo de Jorge Teixeira (FORONI, 2014 p. 91-92). A mudança política do *O Guaporé* foi favorecido pelo momento histórico da “abertura política”, e do capital financeiro que Múcio Athayde dispunha para arcar com os custos da circulação do matutino.

Também, ao recordarmos o passado rondoniense, observamos uma sociedade na qual as forças armadas possuem amplas ramificações político-institucionais exercendo vigilância em diferentes espaços sociais, de modo que enfrentar o regime aos moldes dos grandes centros poderia ser opção de elevado risco.

Em 1982 o jornal abriu espaço para diversos políticos peemedebistas escrever artigos, nomeadamente na coluna “fala companheiro”. Na maioria das edições, encontrava-se na quarta página dos exemplares (DIAS, 2017). Ainda, de acordo com Tomás Correia, a oposição pode contar com espaço na imprensa, pois à maior parte dos jornais eram governistas e, com o matutino, puderam impulsionar candidatos poucos conhecidos, como ele próprio que tinha pouco tempo de moradia na região (CORREIA, 07/11/2019).

Múcio Athayde contratou jornalistas locais entregando o cargo de editor-chefe para Carlos Sperança, que tinha chegado a Rondônia nos anos 1980, para trabalhar no *O Estadão do Norte*, porém jornalistas do Rio de Janeiro do *O Fluminense*, de Niterói, juntaram-se na equipe do *O Guaporé*. Conforme Carlos Sperança, a proposta de salários feita pelo empresário era bastante atrativa, além disso, a mudança de linha editorial, que passou a fazer oposição à ditadura civil-militar, representava autonomia para criticar o governo (SPERANÇA, 18/10/2019).

Carlos Sperança, natural do Paraná, ingressou no jornalismo através dos periódicos *Fronteira do Iguaçu* e *Folha de Londrina*, desde a infância conheceu o aparato repressivo da ditadura civil-militar, aos nove anos de idade, quando residia em Cascavel, com o golpe de 1964, viu o pai deixar a família para o exílio no Uruguai. Ele mesmo, durante sua juventude, quando participava no grêmio estudantil do Colégio Estadual Wilson Jofre (Cascavel/ Paraná),

²² Anteriormente tinha sido deputado federal suplente pelo estado de Minas Gerais com mandato entre 1963-1967, entretanto tivera o mandato cassado em 9 de abril de 1964, após o golpe militar de 1964. Informação adquirida em site da Câmara Federal, através http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123258&tipo=0 acessado em 02 de dezembro de 2018.

foi obrigado a depor na sede do exército, após um colega de classe, filho de um general, falar em casa que estudava com um líder estudantil ligado a política (SPERANÇA, 18/10/2019).

Quanto a outras mudanças no *O Guaporé*, o jornal em 1982 é expandido para as cidades da BR-364, região de concentração de eleitores e novatos no estado, marcadamente migrantes. Isto, possivelmente, explique a aceitação da população para com o citado empresário e a quantidade de votos recebidos por ele no pleito de 1982.

As inaugurações do *O Guaporé*, nas cidades interioranas, eram acompanhadas pela campanha política do PMDB, chamada de “caravana do povo”, de modo que ao longo de toda jornada eleitoral o jornal fora instrumento de divulgação dos postulantes oposicionistas peemedebistas (DIAS, 2017). Com toda a estrutura política e recursos econômicos, Múcio Athayde, foi eleito o deputado federal mais votado no estado de Rondônia, no ano de 1982.

As capas e a terceira página do matutino, conforme as regiões do estado, sofriam alterações, para que as notícias satisfizessem aos leitores das respectivas áreas, desta forma tinha-se a seguinte divisão e cidades polos: *O Guaporé Norte*, Porto Velho, com 3 mil exemplares; *O Guaporé Centro*, Ji-Paraná, e o *O Guaporé Sul*, Vilhena. Ao todo circulavam diariamente 3 mil exemplares na capital e nas demais filiais com mil tiragens (SPERANÇA, 18/10/2019).

Em 1983, houve algumas mudanças na diagramação, a capa através da manchete servia de editorial, e com frequência aos domingos trazia projetos elaborados pelo deputado federal Múcio Athayde, seguido de comentários de políticos conforme a região, na segunda página, vinha os assuntos nacionais e a *Coluna do Castelo* do jornalista Carlos Castelo Branco, passando a terceira folha os leitores liam sobre assuntos regionais, a partir de 13 de abril os trabalhos da constituinte eram abordados na coluna *O Dia Na Assembléia*. Depois, na quarta página, havia o noticiário internacional, fornecido pela agência *France Press*, em seguida os classificados e a última e oitava página tinha o assunto de esportes.

Um aparte sobre a *Coluna do Castelo*, tendo em vista ter sido uma das mais lidas no país, originalmente saía na segunda página do *Jornal do Brasil* e, aí sendo republicada em vários periódicos brasileiros, Carlos Castelo Branco, advogava a “abertura lenta, gradual e segura” proposta por Ernesto Geisel e discordava das tentativas de adiantar a efetivação da democracia, para o colunista, o “governo revolucionário” cumpriria esta promessa, que desviou-se nos anos de chumbo, mas retomado por Ernesto Geisel e João Figueiredo (AQUINO, 1999, p.224; TEÓFILO, 2019, p.131-132).

No ano de 1983, segundo Carlos Sperança, a instrução do proprietário do matutino foi de darem maior espaço à bancada do PMDB, (o que está visível conforme a análise feita nesta

dissertação), embora Múcio Athayde estivesse, aos poucos, afastando-se da política rondoniense, portanto o tom mais agressivo de 1982 diminui no ano seguinte.

E Múcio Athayde começou a organizar sua campanha ao senado em 1986 a partir do Distrito Federal, ao mesmo tempo sentia desconfiança de correligionários e dos ciúmes de Jerônimo Santana que além de amargar derrota na disputa para o senado em 1982, via o empresário como um possível concorrente ao governo estadual em 1986. No mês de janeiro de 1983, o empresário entregou a secretaria regional do PMDB/ RO e prometeu se licenciar do mandato para o suplente assumir temporariamente (O GUAPORÉ, 16/01/1983, p.1).

Em Brasília, os planos de Múcio de Athayde foram fracassados. Sua candidatura ao senado no pleito de 1986 foi cassada por crimes eleitorais (SPERANÇA, 14/08/2013) perdeu parcela considerável de seu patrimônio, inclusive, vendendo a TV GOYA para a Igreja Universal do Reino de Deus, teve a imagem desgastada pelo atraso na entrega do residencial Athaydeville, um complexo mobiliário localizado na Barra da Tijuca no estado do Rio de Janeiro e, no ano de 1985, por não quitar as dívidas referentes a compra do jornal *O Guaporé*, a tutela do periódico acabou retornando para Emanuel Pontes Pinto, seu antigo dono (AIRES; SANTOS, 2017; FORONI, 2014, p. 94).

Não foi possível, até a conclusão deste texto, obter informações sobre a data de encerramento e as razões do fim do *O Guaporé*, embora sabe-se que o jornal encerrara as atividades na década de 1990 e seu último administrador reside atualmente nos Estados Unidos.

1.2 Os Primeiros Deputados Estaduais de Rondônia

A primeira legislatura da Assembleia Legislativa de Rondônia foi composta por vinte e quatro parlamentares, todos do sexo masculino, eleitos pelo voto popular na eleição de 15 de novembro de 1982, receberam a investidura do cargo no dia 31 de janeiro de 1983. Os deputados estavam divididos em duas bancadas: governista, filiados ao PDS, e oposição, formada por peemedebistas.

Estes primeiros legisladores estaduais foram os responsáveis por redigir a primeira constituição do estado de Rondônia, o regimento interno do legislativo estadual e os estatutos de variadas categorias do serviço público. Ademais passaram a aprovar o orçamento da nova unidade federativa e também fiscalizar o executivo.

Através de consulta no portal da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE/RO), do acervo online do CPDOC-FGV e de pesquisas realizadas no *Alto Madeira* e outros jornais locais, foram compiladas uma série de informações biográficas sobre os primeiros deputados

estaduais. A partir destes dados montou-se um quadro objetivando traçar um perfil dos parlamentares:

Quadro 1 - Deputados Estaduais do PDS

Nome	Escolaridade	Profissão	Base Eleitoral	Cargos público e político ocupados antes de 1983
Amizael Silva	Pedagogia (UFPA)	Professor	Porto Velho	Vereador de Porto Velho 1972-1983
Arnaldo Martins	Engenharia (Academia das Agulhas Negras); Economia (Sociedade Universitária de Ensino Superior e Cultura)	Militar da Reserva	Vilhena	Subcomandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção; Prefeito de Vilhena 1980-1982
Heitor Costa	Odontologia	Cirurgião	Jaru	Ex-vereador na cidade de Uberaba (MG)
Francisco Nogueira		Comerciante	Guajará-Mirim	Ex-vereador de Guajará-Mirim (RO)
Genivaldo Souza		Técnico Agrícola	Ouro Preto do Oeste	
Jacob Atallah	Medicina (UFPA)	Médico	Porto Velho	Prefeito de Porto Velho (1972-1974) e, ex-secretário de

				saúde e educação do mesmo município
José Bianco	Direito (UEL)	Advogado	Ji-Paraná	
José Zuca Marcolino Sobrinho			Espigão do Oeste	Prefeito de Paranapanema (São Paulo), de 01 de jan. 1967 a 31 de dez. De 1970.
José do Prado		Agricultor	Ariquemes	
Jô Yutaka Sato		Farmacêutico	Colorado do Oeste	Administrador do distrito de Colorado do Oeste entre 1978 a 1979
Manoel Messias		Engenheiro Agrônomo	Cacoal	
Marvel Falcão		Engenheiro Agrônomo	Pimenta Buena	
Oswaldo Piana Filho	Medicina (UFAM)	Médico	Porto Velho	
Silvernani Santos	Agronomia (UFC)	Engenheiro Agrônomo	Jaru	Chefe da ASTER (Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia) 1978-1980; Gerente Regional da CODARON (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de

				Rondônia) 1981-1982
Walderedo Paiva	Direito	Advogado e Delegado da Secretaria de Segurança Pública de RO	Porto Velho	Delegado de Polícia Civil do estado de Rondônia

Fonte: Produção própria com base nos dados do Alto Madeira e CPDOC-FGV.

Quadro 2 - Deputados Estaduais do PMDB

Nome	Escolaridade e Formação	Profissão	Base Eleitoral	Experiência política anterior a 1983
Amir Lando	Direito (UFRGS)	Advogado Advogado do INCRA / RS 1969-1973; Em 1978 Conselheiro Penitenciário do Território Federal de Rondônia	Porto Velho	
Ângelo Angelim	Letras, Filosofia e Administração (todos pela USP)	Professor	Vilhena	Secretário de Educação de Vilhena
Augusto Sérgio Carminatto		Agricultor	Colorado do Oeste	

Cloter Mota		Técnico em Contabilidade	Porto Velho	Vereador entre 1973 a 1983 e Ex-presidente da Câmara Municipal de Porto Velho
Jerzy Badocha (Polonês naturalizado brasileiro)		Professor	Porto Velho	Secretário de Educação do Território Federal de Rondônia
João Dias Vieira		Agricultor	Ji-Paraná	Vereador de Porto Velho 1975-1983
José Ronaldo Aragão	Medicina (UFPE)	Médico	Cacoal	
Sadraque Muniz		Comerciante	Ji-Paraná	
Tomás Correia	Direito (CEUB / Brasília)	Advogado e Procurador Federal do Ministério Público Federal	Porto Velho	

Fonte: Produção própria com base nos dados do Alto Madeira e CPDOC-FGV.

A existência de espaços em branco nas tabelas, além da ausência de informações acerca dos parlamentares, também pode indicar a ausência de atividade políticas e ou desempenho de cargos no Estado no período anterior ao mandato. Tais lacunas, não impedem, pelo contrário, demandam aprofundamento das pesquisas.

Através das informações contidas nas tabelas temos os seguintes indicadores: 58 % dos parlamentares possuíam nível superior, somente 20% tinha experiência legislativa anteriormente a 1983. Retirando o deputado Francisco Nogueira da amostra, temos 62% dos deputados com base eleitoral no interior do estado, na rota da BR-364 (incluindo Colorado do

Oeste e Espigão do Oeste, também contemplados com áreas de assentamentos do INCRA). Porto Velho - que também está na rota da BR-364 - estava representado por 33% do total dos deputados.

Os dados demonstram que desde o início da ALE/RO, os políticos do interior são maioria no parlamento estadual, principalmente o grupo dos parlamentares residentes nas cidades próximas ou onde a BR-364 corta os municípios. Obviamente que no momento de destinarem as emendas, os legisladores preferiram as cidades de seus redutos eleitorais.

É oportuno destacar a divisão dos parlamentares entre “os da capital” e “os do interior” porque ela remete a um debate político envolvendo uma identidade amazônica *versus* uma identificação construída pelos migrantes e que serve como explicação, até os dias atuais, para as mazelas sociais de Porto Velho e Guajará Mirim, consoantes à infraestrutura.

Na década de 1980, em Porto Velho, surge um grupo chamado *Minhoca* que se autodenominava defensor dos valores locais e cujos integrantes passaram a disputar cargos públicos com os “de fora”. O deputado estadual Oswaldo Piana, um dos filhos da terra, atuou nesta organização e, em 1990, foi eleito o primeiro governador nativo. Tiro que saiu pela culatra, os escândalos de corrupção no seu governo acabaram reforçando ideias preconceituosas, como de falta de comprometimento ético e de capacidade administrativa, dos nascidos na região (LIMA, 2013, p.93).

Já os migrantes no eixo BR-364, em sua maioria “sulistas”, apresentavam-se como “pioneiros” que, através do trabalho e de seus valores culturais, cuja maior expressão são os CTGs (Centros de Tradição Gaúcha), (SOUZA, 2011, p.40), estariam “redimindo do atraso” esta porção da Amazônia. Valdir Aparecido, baseado nas considerações de Sandro Colferai, faz interessantes observações sobre a recepção do hino de Rondônia por parte dos novos moradores. O trecho “*somos os bandeirantes de Rondônia*”, alusão as estruturas de vigilância criadas na fronteira durante o Estado Novo, foi ressignificado pelos migrantes sulistas que, ao enfrentarem o desconhecido das terras amazônicas, também estariam conquistando e defendendo a região (SOUZA, 2011, p. 157). Antigos e novos pioneiros estariam ombreando com os “paulistas” que, no passado colonial, devassavam florestas e sertões em busca do ouro e riquezas.

Quando, a partir da década de 1990, os políticos migrantes passarem a controlar, definitivamente, o governo, o legislativo e a indicar os funcionários públicos, ficou visível o abandono dos centros de memória de Rondônia. Valdir Aparecido chamou de *elite migrante* esse patronato político descompromissado com a cultura da capital e de Guajará Mirim, centros

que remetiam a história e identidades amazônica e que estariam distantes do “Sul maravilha” (SOUZA, 2011, p. 152).

Outro impacto da migração, segundo Marta Valéria, se deu na economia, transferindo da capital para o interior, a concentração do capital financeiro e, a opção pelo modelo da agropecuária, pois:

Entre as décadas de 1970 e 1980, a produção agropecuária saltou para 70,3%, enquanto o extrativismo vegetal passou de 44% para 11%. E toda essa dinâmica econômica estava concentrada em áreas localizadas ao longo da BR-364 (LIMA, 2013, p.85).

As considerações da historiadora são pertinentes, pois muitos parlamentares do interior foram eleitos com propostas voltadas para a agropecuária, prometendo defenderem os interesses daqueles sujeitos vinculados a este segmento econômico.

A migração, constante para Rondônia a partir da década de 1970, produziu conflitos fundiários envolvendo lavradores e fazendeiros, regionais, sulistas e indígenas. Na própria capital, Porto Velho, surgiram zonas periféricas (LIMA, 2013, p. 79). Tais tensões devem estar ligadas a presença de parlamentares com formação em ciências jurídicas na ALE/RO. Notadamente, para o PMDB, a questão fundiária era uma bandeira política mobilizada desde campanhas eleitorais anteriores. Em 1980, o advogado e secretário do PMDB, Agenor de Carvalho, defensor de posseiros no interior e dos “sem teto” da capital, foi assassinado. O caso, além de repercutir na eleição de 1982, constituiu uma memória importante na definição do partido sendo, inclusive, nome de bairro da capital.

Embora não seja nossa intenção aprofundar nos debates acadêmicos sobre identidade, precisa-se fazer algumas ressalvas. Mediante a historiografia de Rondônia, aquela sobre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, percebeu-se constantes fluxos migratórios na bacia do rio Madeira, impulsionado pela construção da ferrovia *Madeira – Mamoré*, pessoas de vários países, como os barbadianos, sírio-libaneses, norte-americanos... Com a instalação do Território Federal do Guaporé (1943), além do governador Aluízio Ferreira, centenas de paraenses passaram a migrar para região, tendo em seguida conseguido que o principal feriado do Pará, o 12 de outubro, dia de Nossa Senhora de Nazaré, torna-se feriado do Território (NOGUEIRA, 2015, p 30-32; HUGO, 1995, p.74).

Por isso, a nossa cautela com as armadilhas do *tempo* e a *identidade*, para deste modo não transparecer que nosso debate esteja enviesado. Aliás, a formação da identidade dar-se pelos sistemas de representações responsáveis por códigos, o qual estabelece normas que

enquadram e ou estigmatizam sujeitos numa sociedade (WOODWARD, 2009, p.17-19). Naquele tempo e também no presente, permanecem as batalhas em tornos da invenção de uma identidade rondoniense.

O crescimento da frente pioneira contrastava com a decadência econômica da capital, Porto Velho, nas décadas de 1980 e 1990, dependia dos proveitos do funcionalismo público (LIMA, 2013, p. 86). Barganhar cargos públicos junto ao executivo era também questão de sobrevivência política para os deputados estaduais e motivo de disputas entre os considerados da “terra” e os “migrantes”. O mapa abaixo destaca a capital, Porto Velho, antigo centro político e econômico, e as cidades localizadas ao longo da BR-364, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Jaru, Ariquemes e, inclusive, Guajará-mirim (flanqueada pela BR-425), que, consoantes com o modelo econômico imposto pelos militares na Amazônia, ganharam proeminência política na Nova República:



FIGURA 1: BR 364 / Rondônia. Reprodução de material confeccionado pelo DNIT, disponível em <http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ro.htm>.

A transição de uma elite política da capital para os círculos da BR-364, teve início pequeno na eleição de 1976 ao legislativo de Porto Velho, tendo vários edis eleitos com base nos antigos distritos que depois tornaram-se cidades, sendo o principal, Ji-Paraná. Com a eleição de 1982, é visível a ascensão dos interioranos, mas será no pleito de 1994 com a vitória do peemedebista Valdir Raupp ao governo do estado e com o predomínio na bancada da ALE/RO e federal e os dois senadores pertencentes ao interior, que se confirmará a transição da elite política da capital à BR-364 (VIANA, 2019, p.1506-1507).

No ano de 1983, os pedessistas eram maioria em larga margem, pois totalizavam quinze deputados, enquanto no grupo da oposição, os peemedebistas somavam nove

legisladores. Entretanto, em ambas as agremiações os sulistas estavam representados de modo que a defesa dos interesses da agropecuária e dos posseiros era comum, digo consensual, ao PMDB e ao PDS regionais.

Este breve panorama permite que se estabeleçam algumas indicações acerca da identidade e, dos posicionamentos políticos dos primeiros legisladores rondonienses e do como era o panorama social, o qual instalou-se o poder legislativo.

1.3 A Festa de Diplomação

Ares novos na política rondoniense, a partir de 1983, emergem novos personagens, e o poder, centralizado nas mãos do coronel Jorge Teixeira, instalado no Palácio Getúlio Vargas²³, deverá ser dividido com outros políticos. Ressaltando que não se afirma estar dizendo que antes, um único homem tinha totais poderes no estado. Afinal, havia outras agências e autoridades, investidas pelo Estado Autoritário, que concorriam para definir os rumos da sociedade local. Neste sentido, poder-se-ia destacar, por exemplo, o INCRA.

Pois a partir da implantação dos projetos de colonização administrados pelo INCRA na década de 1970, o superintendente deste instituto no Território Federal de Rondônia tinha grande concentração de poder econômico favorecido pelos recursos disponíveis diretamente do governo federal ao órgão, por isso a nomeação para ocupar a pasta era bastante disputada (OTT, 2002, p. 112).

Os colonos precisavam de documentação fornecida pelo INCRA, como o título definitivo da propriedade, para conseguirem créditos bancários, porém muitos não obtiveram os títulos e foram prejudicados (LIMA, 2013, p.79).

Entretanto, mesmo com o papel do INCRA na região, ressaltamos que a nomeação do coronel Jorge Teixeira ao governo do Território Federal em 1979, esteve acompanhada de interesses eleitorais do Palácio do Planalto para a eleição de 1982 (MATIAS, 1998). Seu governo gerenciou importantes recursos federais e internacionais como, por exemplo, o POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil) financiado pelo BIRD, dirigido pela CODARON para atender os pequenos produtores rurais e

²³ Foi sede do Governo de Rondônia, com funcionamento até o ano de 2015, hoje funciona como Museu e Centro de pesquisa, informação obtida através <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/07/antiga-sede-do-governo-de-rondonia-palacio-getulio-vargas-sera-museu.html>, acessado em 02 de janeiro de 2019.

fazer frente ao INCRA e usar dos recursos desta instituição para atender políticos do PDS²⁴ (OLIVEIRA, 2003, p. 164).

Ainda de acordo com Jorge Oliveira, a distribuição dos territórios federais entre as forças armadas realizada pela ditadura civil-militar teria beneficiado o governo de Jorge Teixeira que, nomeado pelo exército, foi privilegiado com um maior aporte de recursos financeiros em detrimento dos outros territórios da Amazônia, no caso, o Amapá governado pela Marinha e Roraima que ficou sob intervenção da Aeronáutica (OLIVEIRA, 2003, p.89; FREITAS, 1991, p.45).

Após esta breve apresentação sobre o papel do poder executivo em Rondônia, passamos a análise do processo de criação do parlamento estadual e o seu relacionamento com o poder executivo.

No início de janeiro de 1983 a população rondoniense acabara de comemorar um novo ano e com ele o primeiro aniversário do recém-criado estado de Rondônia. Havia mudanças acontecendo na região, principalmente na arena política e, obviamente, a imprensa local registrou tais novidades.

Às vésperas do ato de diplomação dos eleitos em 1982, na edição de 4 de janeiro de 1983, *O Guaporé* trouxe na capa, um convite do proprietário do jornal, Múcio Athayde, convidando a população a comparecer para o evento da Justiça Eleitoral e com a seguinte manchete, *A diplomação é do Povo*:

Há 12 meses Rondônia vive um clima de euforia política, com todas as correntes partidárias desenvolvendo seus esquemas e técnicas de comunicação para chegar até os longínquos rincões de nossa terra. Todos os partidos políticos procuraram apresentar ao seu eleitorado o seu programa.

Vieram as eleições de 15 de novembro. E o povo teve a oportunidade de eleger, pelo voto direto nas urnas os seus representantes.

As disputas se sucederam, mas o jogo democrático se aperfeiçoou e o povão voltou a participar dos comícios com toda vibração.

Hoje o Tribunal Regional Eleitoral vai diplomar os Parlamentares de Rondônia inclusive, os deputados estaduais que vão compor a Assembléia Constituinte de nosso Estado.

Apesar dos tropeços e dos arranhões hoje é um dia que muito se acrescenta a vida democrática de nossa Terra, pois a Democracia constrói o seu caminho de passo a passo e de degrau em degrau. Essa é a razão porque podemos afirmar: A diplomação dos parlamentares de Rondônia é a diplomação do povo (O GUAPORÉ, 04/01/1983, p.1).

²⁴ Quatros deputados estaduais eleitos em 1982: Silvernani Santos, Jô Sato, Marvel Falcão e Genivaldo Souza receberam apoio do presidente da agência, William Curi, e ficaram conhecidos por, *CODARON Boys*, além destes, outros pedessistas contaram com auxílio da entidade e, segundo Willian Cury, somente José Bianco não solicitou suporte neste sentido naquela eleição (ARAÚJO, 2019).

O periódico lembrou os leitores da data simbólica para Rondônia, onde após a instalação do novo Estado, as diversas forças políticas passaram a compor estratégias para o pleito eleitoral de 1982 e, ressaltou no segundo parágrafo a importância do voto direto exercido pelos eleitores. Prosseguiu realçando a participação da população nos eventos de campanha, destacando o entusiasmo da sociedade civil que retomava um papel ativo na vida política do país. A peculiaridade regional sobressaía com a composição de uma bancada federal de parlamentares e, com destaque especial, aos primeiros deputados estaduais. Para o jornal, o “povo” era o grande personagem de todas as transformações ocorridas durante estes 12 meses, desta forma, os diplomas seriam, simbolicamente, endereçados ao povo, ator central na democracia representativa que substituíra o regime de exceção. O rito do judiciário seria o início da construção da democracia no Brasil, pois haveria um longo caminho para sua efetiva consolidação.

Assim, no sexto dia do novo ano, os leitores dos periódicos encontraram matérias acerca da diplomação dos políticos eleitos no pleito de 1982. Expor o fato, destacando o rito formal da Justiça Eleitoral, pode soar, atualmente, como algo trivial, uma notícia corriqueira para nós, que ao longo da Nova República, naturalizamos os ritos da democracia. Entretanto, em 1983, no estado de Rondônia, tratava-se de algo novo, pois estavam sendo diplomados os primeiros deputados estaduais. A própria data da diplomação, o quarto dia de janeiro, reforçava a carga simbólica à medida que coincidia com o aniversário de um ano de instalação do estado.

Também era novidade a constituição de uma bancada federal rondoniense no Congresso Nacional, até então, na condição de Território Federal, e através do pacote de abril²⁵ de 1978, Rondônia só podia eleger dois deputados federais. Foi somente a partir de 1982 que o estado passou a contar com uma representação política composta por oito parlamentares federais e por três senadores (MATIAS, 1998).

O *Alto Madeira* dedicou quase toda sua capa à cobertura do acontecimento de diplomação, além de uma estratégia de marketing para atrair leitores, o espaço conferido a matéria indica o quanto o assunto era importante para a população. Vejamos:

Terminou na madrugada de ontem a diplomação dos Deputados, Senadores e Vereadores eleitos a 15 de novembro em Rondônia. O Ato realizado em Porto Velho, foi o primeiro desde a criação do Estado em 1981 e segundo o Procurador-Geral de Justiça, Edson Jorge Brada, representou “o momento histórico em que Rondônia se torna de fato e de direito uma unidade com seus três poderes agora constituídos”.

²⁵Foi uma série de medidas tomadas pelo Governo Geisel, através de promulgação de leis, que tinha objetivo de garantir o controle da ARENA no Congresso Nacional, entre elas, aumentou o número das bancadas de alguns estados e criou os senadores biônicos, ver: FICO, 2015.

- Agora a vez é de vocês políticos. As decisões nessa área não mais terão a minha interferência. Já concluí o meu trabalho de implantação da parcela política, de acordo com o que prometi quando afirmei que transformaria Rondônia em Estado. As palavras foram proferidas pelo governador Jorge Teixeira, durante a diplomação dos eleitos. Ele foi ainda mais longe e afirmou que todos os eleitos devem se conscientizar do papel que lhes cabe de agora em diante, na consolidação do poder.

- O Brasil vive hoje duas crises: uma econômica e outra constitucional. E resta-nos, a nós eleitos pelo PMDB, lutar para que a crise constitucional, da qual fazem parte os casuísmos eleitorais, seja sanada, o que solucionará, conseqüentemente, a crise econômica. As palavras pertencem ao deputado federal Orestes Muniz, representante do PMDB na solenidade de diplomação dos eleitos a 15 de novembro, realizada antontem pelo TRE (ALTO MADEIRA, 06/01/ 1983, p.1).

O primeiro parágrafo destacou a fala do procurador de justiça, ao caracterizar o ato como histórico e inovador, pois nas palavras do mesmo, Rondônia tornava-se definitivamente uma nova federação do Brasil, a diplomação era, portanto mais um ato de instalação do poder legislativo.

A matéria da capa resumiu brevemente a solenidade de diplomação, (pois o texto completo estaria na quinta folha do periódico) trazia no título e no segundo parágrafo, em destaque, a fala do governador Jorge Teixeira, o qual reproduzia o discurso ditatorial, de distanciamento do rótulo de político, apresentando-se como um militar que cumpria uma missão, neste caso, da transição de território para estado.

Finalizava com a fala do representante da oposição, o advogado, Orestes Muniz²⁶, que dirigiu críticas sutis ao regime ditatorial, responsabilizando-o pelas dificuldades econômicas do Brasil, também pelas manobras jurídicas as quais beneficiava o partido governista.

Entendemos serem as críticas também dirigidas ao governador Jorge Teixeira, pois ele estava no cargo para qual não foi eleito, a decisão do governo federal em nomear o primeiro governante de Rondônia levou, entre outros motivos, o PMDB a boicotar a votação de criação do Estado de Rondônia. (MATIAS, 1998, p. 140). Assim, a presença do governador causava mal-estar entre os eleitos do povo, e a transição para a democracia ocorria sob os artifícios casuísticos do governo ditatorial. Claudionor Roriz, presidente da agremiação pedessista no estado, recém-eleito eleito para o Senado Federal, foi quem falou em nome dos pedessistas na cerimônia. Seu discurso recebeu ampla cobertura jornalística compondo, com as demais lideranças supracitadas, as matérias de capa do *Alto Madeira*:

Ao representar o PDS na solenidade de diplomação dos eleitos, o senador Claudionor Roriz disse que o seu partido “quer bem perto a oposição consciente, para que juntos

²⁶ Foi o primeiro vice-governador eleito de Rondônia, na chapa encabeçada pelo ex-deputado federal Jerônimo Santana, eleitos no pleito de 1986, informação obtida, no <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/muniz-orestes>, acessado em 02 de janeiro de 2019. Nesta mesma cerimônia de diplomação, o seu irmão Sadraque Muniz, também era diplomado no cargo de deputado estadual.

possamos estudar o solucionamento dos problemas que afligem ao povo brasileiro e, particularmente, aos rondonienses”.

Ele afirmou que esse trabalho conjunto será o responsável pelo saneamento da crise que ora atravessa o País, mas afastou a possibilidade de conviver bem com o que classificou de “oposição inconsciente”. Ele conclamou o povo de Rondônia a ajudar no solucionamento da crise brasileira, pedindo que esse povo cobre dos eleitos tudo o que foi prometido durante o período de campanha.

Claudionor fez questão de frisar que é um senador rondoniense e que, como tal, junto com seus companheiros, pretende lutar para a continuidade dos trabalhos que ora se desenvolvem no Estado, aproveitando a oportunidade para combater àqueles que afirmaram que ele e seus companheiros estariam dispostos a fazer oposição ao presidente Figueiredo e mesmo de pertencer ao Partido Comunista.

Claudionor rememorou a criação do pluripartidarismo e posteriormente a criação do PDS Rondoniense, “um partido que conduzido por um homem de bases e orientador seguro, o governador Jorge Teixeira, conseguiu sensibilizar o povo para suas novas propostas” Ao finalizar, ele fez uma série de elogios ao TRE (ALTO MADEIRA, 06/01/1983, p.1).

A fala de Claudionor Roriz encontra-se na margem esquerda da capa, foi colocado logo após trecho do discurso de Orestes Muniz. *O Alto Madeira*, ao dividir a manchete, trazia ao leitor respostas sobre as críticas do representante oposicionista: a oposição teria espaço junto ao governo, desde que se enquadrasse como “oposição consciente” num “trabalho conjunto” cujo protagonismo caberia aos pedessistas. A fala do senador, que remete a ideia de uma “oposição consentida”, guarda uma ameaça aqueles que, ultrapassando certos limites, limites estes estipulados pela situação, atuarem de modo “inconsciente” e, por outro lado, acena com possíveis ganhos políticos aos membros da oposição que, abandonando o radicalismo, aceitassem o papel de “colaboradores” da situação, além de abrir mão de uma postura mais combativa no parlamento a oposição, domesticada, é instada a arrefecer na fiscalização do executivo.

Outrossim, a fala de Claudionor Roriz, no último tópico, suscita a questão do caráter técnico e mesmo cívico do governo militar em oposição aos políticos que, segundo a retórica da ditadura, seriam não apenas incompetentes, mas corruptos porque desprovidos do patriotismo que sobrava na caserna. Entretanto, como um governador que ocupa cargo político e estrutura um partido, não é político?

Na segunda página, a coluna *opinião em trinta linhas*, ao comentar sobre o ato de diplomação, curiosamente tece críticas aos diplomados, separou-se o primeiro e o segundo parágrafos, os outros focam na questão do foro privilegiado, inicia dizendo:

A partir de anteontem à noite – uma cerimônia que acabou já na madrugada de ontem – solenemente, um grupo de cidadãos das mais diferentes profissões, alguns totalmente desconhecidos do grande público, recebeu o diploma fornecido pelo TRE e iniciou, no jovem Estado, a **formação de uma autêntica casta, a dos políticos** (Grifo do jornal), um clube muitas vezes fechado, e onde se chega, em algumas vezes,

mais por outros fatores que por seus méritos particulares (ALTO MADEIRA, 06/01/1983, p.2).

Vejamos nesta passagem o tom da mensagem do parágrafo e o destaque de algumas palavras, pois apontava para a constituição de um novo grupo social em Rondônia: Os políticos. Em seguida tece críticas aos discursos proferidos pelos representantes dos partidos:

Bom, a idéia inicial daqui foi falar (escrever, melhor dizendo) sobre os nossos diplomados. Inegavelmente que não agradou a muitos os discursos dos dois políticos, e com razão. Afinal, tanto o representante do PMDB quanto do PDS fizeram apenas perorações partidárias durante uma festa que não tinha bem o sentido que deram em seus discursos. Mas isso deve ser creditado à inexperiência de nossos parlamentares em participação de festas onde o fato histórico, no caso, acabou ficando de lado. De qualquer forma, temos agora a parcela política (ALTO MADEIRA, 06/01/1983, p.2).

Ao dizer de inexperiência dos oradores o jornal esqueceu de mencionar que muitos dos diplomados já haviam ocupado cargos públicos, inclusive, outorgados pelo voto. Interessante notar como o *Alto Madeira*, esperava que nas suas exposições os representantes dos partidos não mencionassem valores e concepções políticas com as quais estavam comprometidos, tampouco os desafios que teriam pela frente; mas, na referida coluna, o discurso do governador, totalmente político, não foi sequer citado e tão pouco criticado.

E, como de esperado, a cobertura do *O Guaporé*, registrou a solenidade como sendo um passo para a redemocratização do país, afirmou que um grande público compareceu na cerimônia, mas sem especificar quem seria estas pessoas. Não reproduziu as falas dos oradores, todavia os parágrafos que trataram dos discursos proferidos privilegiavam o pronunciamento do representante da oposição, Orestes Muniz:

[...] dirigiu suas palavras ao povo, que conforme o parlamentar, mesmo cercado pela “corrupção, casuísmos e pressões” foi o grande responsável pelo passo que o país deu no sentido da democracia plena. Enfatizou as plataformas de seu partido, advertindo que o PMDB fará uma “oposição consequente e responsável” voltada para os reais problemas da nação entre os quais destacou “saúde, habitação, educação, juros altos, baixos preços para os produtos agrícolas” (O GUAPORÉ, 06/01/1983, p.3).

Percebe-se a diferença da descrição feita pelos dois jornais, na passagem acima, este matutino escolheu transmitir a mensagem da oposição, ou seja, naquela data receberam um diploma conquistado com muita coragem, pois duelaram com forças poderosas que investiram de todas artimanhas para conter os “defensores da democracia” e, após o evento tornaram-se os verdadeiros? Representantes do povo.

De acordo com Pierre Laborie, a imprensa e a memória andam juntas, por isso o historiador no exercício de seu ofício deve estar sempre atento, para desta forma evitar cair nas armadilhas da memória que transforma uma opinião de jornal na “verdade do fato” (LOBORIE, 2009, p.81-82).

Pondera-se que nossa interpretação das fontes, tem a devida cautela de não incorrer em enquadrar a imprensa entre um “jornal democrático” versus um “matutino ditatorial”. Mas de elucidar as formas de fabricação da opinião adotadas pelos periódicos, num acontecimento de importância da história republicana do país.

1.4. O Início da relação: Executivo e Legislativo Rondoniense

Desde o início tem-se falado em mudanças nas relações de poder no estado de Rondônia, pois passa a acontecer a implantação do poder legislativo, desta forma, os grupos políticos passaram a realizar encontros buscando definir estratégias acerca da convivência entre o executivo e legislativo estadual.

Para intermediar as conversas do executivo e o legislativo, o governo criou a uma pasta específica, a Assessoria Parlamentar, entregue ao suplente do senador Odacir Soares, o economista Eudes Lustosa, pois o secretário da Casa Civil, José Gomes de Melo, era visto sem muito traquejo para o tratamento com os políticos.

Retomando a análise do *Alto Madeira*, na terceira página, o leitor é conduzido para conhecer como agem os políticos, ou seja, o deputado estadual, com grande destaque numa tarja escura, trazia o título: *Três Alas Disputam Presidência da ALE*:

Até ontem às 15 horas, quando começou uma reunião (a segunda do dia) à portas fechadas, no auditório do palácio Presidente Vargas, entre os deputados estaduais do PDS, haviam três alas definidas na disputa da Presidência da Assembleia Legislativa. Pela manhã, o governador já reunira com os deputados estaduais e os três senadores, juntamente com o secretário do Planejamento José Renato, o Assessor Parlamentar Eudes Lustosa e o chefe da Casa Civil José Gomes de Melo, quando o assunto a ser discutido.

AS ALAS

Apesar de o governador Jorge Teixeira já haver dito publicamente não ter um candidato à presidência da ALE, nos corredores do palácio Presidente Vargas comenta-se há dias que o nome que mais agradaria naquela posição, seria o do deputado Jacob Atallah.

Outras duas alas existem, a do deputado Amizael Gomes da Silva, com experiência de 10 anos como vereador e do deputado José de Abreu Bianco, que estaria apresentando como trunfo o fato de haver recebido mais de 9 mil votos.

Segundo o presidente regional do PDS, Claudionor Roriz, outra reunião, ontem à tarde, iria decidir a questão com o PDS atendendo ao apelo do governador, de que durante votação da Mesa diretora da ALE, o partido fosse coeso e com uma chapa.

“Creio que encontraremos o caminho certo e talvez seja até mesmo o da composição entre os três grupos”, frisou o senador, citando que ele próprio não daria sugestões “porque a questão é puramente dos estaduais” (ALTO MADEIRA, 06/01/1983, p.3).

A matéria relatou os bastidores de encontros na sede do executivo, nos quais, segundo o periódico, os deputados estaduais governistas procuravam estabelecer um consenso para a mesa diretora da Assembleia Legislativa. Percebe-se a intenção, por parte do periódico, de falar aos leitores sobre a existência de divisões no PDS, mas o “não político” governador e sua equipe estavam trabalhando para coordenar as três alas pedessistas.

Logo abaixo, outra reportagem era ainda mais clara, em relação aos desafios do executivo, para negociar com os deputados estaduais. Com o título: *Políticos: Teixeira tem de negociar*, dizia:

Políticos do PMDB e do PDS ouvidos ontem pelo AM, sobre a última coletiva do governador – “ não vou atender pedidos quando forem apenas de interesses políticos, porque administrar nada tem a ver com política” – disseram que Teixeira, agora, vai ter de ouvir mais mesmo os eleitos a 15 de novembro.

Segundo deputados que falaram ao AM, o governador agora não terá mais de decidir sozinho, dividindo a responsabilidade mas também concedendo em alguns pontos “para que possa haver um equilíbrio perfeito entre o Executivo e Legislativo”, disse um deputado que clou a necessidade de um entendimento total entre os dois lados, “em benefício do Estado”.

EUDES

O Assessor Parlamentar do governador, e suplente de senador Eudes Lustosa (toma posse dia 10), afirmou que pode ter havido alguma interpretação diferente das palavras do Teixeira.

“ O governador vai atender aos políticos e os pedidos que forem de interesse para a comunidade, porque ele e os deputados, senadores, prefeitos e vereadores eleitos tem objetivos comuns, que são melhorar cada vez mais as condições de vida da população” (ALTO MADEIRA, 06/01/1983, p.3).

O trecho acima mostra cobranças por diálogo de ambos os partidos políticos ao executivo. A mensagem dos deputados estaduais, ao governo estadual, é de que os parlamentares possuíam poder de decisão, em outras palavras havia acabado a era de ordens vindas do Palácio Presidente Vargas outrora não contestadas. A partir do momento em que os eleitos tomassem posse, a mesa de negociações deveria estar aberta, este requisito seria necessário para o convívio democrático entre os poderes. Porém, nas palavras do porta voz do governador, todos teriam seu devido espaço.

Mas qual seria o espaço do parlamento e da oposição na perspectiva do governador? “Não vou atender pedidos quando forem apenas de interesses políticos, porque administrar nada tem a ver com política” (ALTO MADEIRA, 06/01/1983, p.3). A sentença parece encerrar a quintessência da concepção autoritária de política: negação do diálogo como forma de dirimir

conflitos, mas, também, levando em conta o lugar de fala, concentração de poder no executivo e rebaixamento do parlamento.

Somente com a leitura de um exemplar do *Alto Madeira* detectou-se a presença de dois conceitos em construção e demarcando diferenças, o de Executivo e Legislativo, para o periódico, termos eram construídos por atores opostos e representavam diferentes dinâmicas de poder?

O primeiro, ou seja, o executivo, mais especificamente o governador Jorge Teixeira, representava a “neutralidade” da máquina pública, suas ações são feitas para beneficiar a sociedade, por isso não agia politicamente, todavia na busca da harmonia social, sendo militar, não se furtava em reunir com os políticos. Na verdade, o governador trabalhava para ter um aliado, preferencialmente um subordinado, no comando do legislativo, sabendo que precisaria da casa, na realização de suas ações enquanto gestor e para continuar dando as cartas na transição administrativa, pois esta era a tarefa de Jorge Teixeira, enquanto representante do governo arbitrário.

O *Alto Madeira*, durante a administração do coronel Teixeira, insistiu na imagem do governador como alguém fora da política, tal insistência, além dos efeitos imediatos, contribuiu posteriormente, na construção de uma memória regional que exalta o aspecto “administrativo”, técnico, do governo Jorge Teixeira, transformado em modelo de gestor público (FORONI, 2014, p.86).

No campo oposicionista, representados pelos jornais *O Estadão do Norte* e *O Guaporé*, o sentido de “não político” atribuído ao governador, remete a presença de um militar no comando do executivo rondoniense o que, naquela conjuntura, era considerado um fator de atraso, algo incompatível com a transição democrática (FORONI, 2014, p.86).

Segundo Lilia Schwarcz, os jornais produzem alteridades, cuja finalidade é demarcar diferenças (SCHWARCZ, 1987, p. 294), ficou visível perceber como campos antagônicos da imprensa rondoniense entediam ser a representação adequada para ocupar a chefia do executivo.

Trazendo as reflexões da historiadora ao objeto da pesquisa, igualmente na concepção do *Alto Madeira* os deputados estaduais seriam os personagens políticos que dificultavam o trabalho do executivo, como se não coubesse aos parlamentares o exercício de funções administrativas, como elaborar leis e acompanhar e fiscalizar, as ações do governo estadual.

O estabelecimento do poder legislativo no estado foi saudado com ressalvas pelo *Alto Madeira*, haja vista que, para o jornal, o novo poder estava composto por algumas pessoas com pouca experiência na vida pública e formado de “políticos”, ou seja, indivíduos interessados

em barganhar apoio político em troca de vantagens pessoais, inclusive “loteando” a máquina pública.

O parlamento, responsável por frear a centralização de poder do executivo²⁷, na visão do periódico iniciava dificultando o trabalho do governador, pois, em vez do gestor estadual manter a rotina de trabalho no palácio, agora, com a democracia, ele era obrigado a atender aos pedidos de diversos deputados estaduais.

1.5 A Solenidade de Posse da Primeira Legislatura da ALE/RO

Os ritos da cerimônia de posse dos deputados estaduais foram organizados pela equipe de cerimonial do Palácio Getúlio Vargas, a mesa de honra ficaria composta pelos seguintes membros: Presidente do TRE/RO Darci Ferreira, governador Jorge Teixeira, presidente do Tribunal de Justiça Fouad Zacharias, representante do 17º.a BIS general Paulo Meirelles, reitor da UNIR Euro Tourinho Filho, um juiz de direito, o prefeito de Porto Velho, Sebastião Valladares e o arcebispo José Martins da Silva (ALTO MADEIRA, 29/01/1983, p.3).

Para a solenidade foi reservada a concessão para cinco oradores: Tomás Correia (provável líder da bancada peemedebista), Jacob Atallah (líder da bancada do PDS), o desembargador Darci Ferreira, Jorge Teixeira e o ministro Mário Andreazza (ALTO MADEIRA, 29/01/1983, p.3).

Entretanto, a cessão de discursos ao governador e para o ministro do Interior, foi contestada pela oposição, alegando incompatibilidade de falas de membros do executivo no ato do poder legislativo:

Se depender da bancada do PMDB o governador Jorge Teixeira e o ministro do Interior, Mário Andreazza, não falarão durante a cerimônia de instalação da Assembleia legislativa na noite do dia 31. “É um ato de apenas do Poder Legislativo e não há razão que membros do Executivo usem de palavra”, disse o deputado Tomás Correa, que deverá assumir a liderança da bancada. A decisão final sobre o assunto, no entanto, será tomada durante a reunião dos nove deputados peemedebistas, na manhã de segunda-feira, quando então será feito comunicado oficial ao presidente do TRE, havendo entre os parlamentares opositores comentários de que se for dada a palavra, ao governador e ao ministro, o bloco se retire do ginásio Cláudio Coutinho (ALTO MADEIRA, 29/01/1983, p.1).

²⁷Parte-se da reflexão feitas por Fernando Limongi a partir dos federalistas, precisamente a James Madison, ser o Poder Legislativo, responsável por frear as ações do Executivo, para afastar a prática da tirania, através da separação dos poderes. Ver: LIMONGI, Fernando, 2011, p.243-255.

A matéria estava na capa do jornal, nas entrelinhas o *Alto Madeira* alertava a tentativa da oposição de tumultuar a sessão, mas poderia não ocorrer, pois ainda aconteceria uma reunião para deliberar sobre o possível boicote nos discursos dos representantes do executivo.

Porém, segundo o periódico, a sessão de posse dos primeiros deputados estaduais rondonienses aconteceu dentro da total normalidade e entusiasmo por parte dos presentes na cerimônia. Dedicou quase toda a primeira página, do dia 1º de fevereiro de 1983, para apresentar os detalhes da solenidade de posse, com letras grandes, o título da matéria dizia “*Instalada, Assembleia Vai Elaborar Constituição*”, o pequeno parágrafo iniciava:

Desde ontem à noite, Rondônia tem composto seu 3º poder, o Legislativo, que tomou posse para, na noite de amanhã, escolher o presidente da ALE, já no prédio da Assembleia, ainda constituinte. Um público que ouviu, aplaudindo, os juramentos e os discursos – quatro, mas que estranhou o comportamento do diretor do ginásio, professor José Santana, que chegou a ameaçar fotógrafos e praticamente agredir um repórter da rádio Caiari. O fato no entanto não chegou a empanar a festa dos deputados estaduais. Hoje é a posse dos vereadores, às nove horas na Câmara” (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p.1).

Apesar de um contratempo com o diretor do local onde realizou-se a posse, a festa de início do novo poder constituído no estado ocorreu conforme o esperado, sendo motivo de comemoração. E o princípio de tumulto teria partido do gestor do ginásio, mas não atrapalhou o desenvolvimento da festa.

Também, cabe a seguinte observação, a presença imensa de imagens na capa²⁸, é importante salientar a presença deste recurso nos textos do periódico, pois é uma estratégia para atrair os leitores que, ao lerem o periódico, terão oportunidade de acompanharem as notícias num texto mais leve.

A função cultural da fotografia é, justamente, de construir na mente do receptor uma relação de participação no evento captado pelas lentes da máquina fotográfica, tática comum da fotojornalismo para envolver os consumidores na trama e, então gerar perguntas nos leitores, por isto tais fotografias estão carregadas de linguagens e código sociais (SONTAG, 2004, p.10-11).

Portanto, não poderíamos passar despercebido pelas fotografias inseridas na edição em tela, sendo que elas tinham diversas intencionalidades, os cliques dados na cobertura da solenidade de posse dos deputados foram todos pensados com os devidos cuidados e, criteriosamente, inseridos na capa do matutino.

²⁸ Embora não analisaremos fotografias dos jornais



Figura 2: Reprodução da capa do Alto Madeira de 1 de fevereiro de 1983.

Temos na primeira parte da capa, três colunas que dialogam entre si, da esquerda está a manchete, ao meio as fotografias do acontecimento, tendo a direita delas a narração dos principais momentos daquela festa. E, abaixo, o matutino reservou os responsáveis por toda a comemoração, o governador Jorge Teixeira e o ministro Mário Andreazza, este ganhando título a parte, com uma pergunta nas entrelinhas aos leitores: Qual prêmio ele recebeu e por que?

Ademais, as fotografias são instrumentos pedagógicos de ensinamentos, no caso em tela, as imagens apresentam o ritual político regional da posse dos parlamentares, como seria a rotina política regional em todo o 31 de janeiro de cada quadriênio, ou seja, os legisladores passariam por este ritual e, só então exerceriam o mandato prometido à população.

Ao lado das imagens percorridas anteriormente, o texto trazia alguns detalhes do desenrolar da solenidade de posse, questões meramente protocolares, mas que ganhou o espaço de honra daquela tiragem, veja abaixo:

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Darci Ferreira instalou ontem a Assembleia Constituinte do Estado, dando posse aos deputados eleitos a 15 de novembro último. A solenidade foi iniciada com cântico do Hino Nacional, após o que o presidente do TRE leu o juramento dos deputados.

Logo após, por ordem alfabética, os deputados assinaram o termo de posse, ao final do que o desembargador Darci Ferreira declarou empossados a todos e instalou a

primeira Assembleia Constituinte do Estado de Rondônia (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p. 1).

Acima a narrativa inicial da reportagem continha apenas informações estritamente do procedimento do ato solene de posse. Porém as falas dos oradores estavam divididas em subtítulos, começando pelo representante da oposição que foi o deputado estadual Amir Lando, entretanto esperava-se, conforme o anunciado anteriormente, pelo discurso de Tomás Correia. O posicionamento do deputado peemedebista foi conciliatório:

O deputado Amir Lando representou o PMDB na solenidade. Em seu discurso, Lando afirmou que a missão dessa Assembleia é bastante difícil, porque temos que elaborar a Constituição e as leis que regerão o destino de Rondônia. E é importante que saibamos que as vantagens da sociedade devem ser repartidas com todos, indistintamente, o que não vem acontecendo. A nós, resta elaborar leis que solucionem esse impasse”.

Ele apontou Rondônia como possível solução para a crise brasileira e disse que a bancada peemedebista será legítima. “Apesar de minoria, manteremos uma posição fiscalizadora e crítica, apontando os erros e acertos do governo e procurando indicar soluções cabíveis para os problemas que afligem nossa gente. O PMDB saberá se conduzir de acordo com seu programa e com as diretrizes traçadas pelo seu líder maior, Jerônimo Santana” (ALTO MADEIRA, 01/02/1983 p. 1).

O representante peemedebista adotou um tom cortês em relação ao executivo federal e estadual, aproveitou a ocasião para lembrar e apresentar a figura do deputado federal, Jerônimo Santana, que não alcançou a vaga de senador no pleito de 1982, mas citar o referido deputado compunha outra estratégia do PMDB, o qual já projetava como pretense candidato a governador em 1986. Já o representante governista, procurou demonstrar que a bancada pedessista estava ciente da nova realidade política:

Equilíbrio

O representante do PDS, Jacob Atallah afirmou que a tarefa de manter o sistema democrático é difícil, “mas depende apenas de nós que fomos eleitos”. Ele deixou claro que a Assembleia Constituinte tem a obrigação de criar uma “nova face rondoniense, procurando consolidar o novo Estado e oferecendo-lhe condições de progredir, impedindo que venham a acontecer erros que prejudiquem o seu povo”.

Jacob elogiou a atuação do governo e disse que a bancada pedessista se voltará para o atendimento dos anseios populares. Ao finalizar, ele enviou, pelo ministro Mário Andreazza, do Interior, um recado ao presidente Figueiredo: “o PDS de Rondônia trabalhará afinado ao programa traçado pelo líder maior dos brasileiros” (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p. 1).

Interessante na fala de Jacob Atallah, no primeiro parágrafo, a exclusão dos setores populares para participar desta nova fase política de Rondônia e do Brasil, para ele caberia aos parlamentares ditar as regras do jogo, desde que sintonizados com dois “não eleitos”, conforme destacado no último parágrafo.

As palavras do magistrado eleitoral, apesar de repetir a oratória de membros da sua classe, aconselhavam os novos políticos a buscar o equilíbrio que colaborasse para a expansão econômica de Rondônia, desde que acompanhada de melhorias para a população:

Fiscalizar

Antes de encerrar a sessão solene de instalação da Ale, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Darci Ferreira, fez um pronunciamento ressaltando a necessidade de elaboração de boas leis por parte dos homens que “ora assumem esta Assembléia, visando não apenas o desenvolvimento do Estado mas, também, o bem-estar de seu povo, de um modo geral”.

Como os demais, Darci ressaltou a responsabilidade dos 24 deputados que assumiam seus cargos, destacando a posição de fiscalizador que cada um deverá manter. “O povo está cansado de ser traído, vendo suas esperanças frustradas por bastardos que assumiram o poder. Que isso não venha a acontecer aqui. Não permitam a repetição da história. Não lavem as mãos. Basta um pilatos na história (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p. 1).

Entretanto, ao cobrar dos parlamentares o compromisso com o cargo assumido, recorria hipoteticamente a exemplos históricos, porém a fala do magistrado não levou em consideração o longo cerceamento político vivido no país, onde o papel do poder legislativo foi esvaziado. O coronel Jorge Teixeira, no uso da palavra, tomou para si a tutela de instalação do estado e, obviamente, de ter proporcionado o poder legislativo para os rondonienses:

Realizado

Por Sua Vez, o governador Jorge Teixeira disse que considera-se um homem realizado, porque acaba de cumprir a missão de instalação do Estado. E deixou claro que, como o PDS, também a oposição será ouvida. “Sou o governador de um Estado e não de um partido. Isso significa que o diálogo estará aberto a todos, pertençam a que partido pertencerem”.

A solenidade foi encerrada logo após o discurso do governador Jorge Teixeira e dos agradecimentos feitos pelo desembargador Darci Ferreira àqueles que ele considera ajudaram muito na realização das eleições e na instalação do Tribunal Regional Eleitoral (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p.1).

Ademais, o governador aproveitou a ocasião para reiterar que cumpriria a sua dita missão e, dialogaria com todos os deputados estaduais, desta forma poderia concretizar a transição definitiva de Rondônia na condição de estado.

Na terceira página da mesma edição, dando continuidade a cobertura da instalação do poder legislativo, o assunto foi a inauguração do prédio da Assembleia Legislativa, porém o destaque foi para o governador:

“Aqui é casa de vocês, onde serão resolvidos do ponto de vista legislativo os grandes problemas de Rondônia. Estou emocionado porque vejo completo, agora, o Estado que com a ajuda de todos e apoio do presidente Figueiredo e do ministro Andreazza, aqui ao meu lado, ajudei a criar” disse aos deputados presentes ontem, ao ato de inauguração do prédio da Assembleia Legislativa, o governador Jorge Teixeira.

Em seu discurso, feito de improviso, Teixeira lembrou que os deputados têm a missão de dividir o Poder com o Executivo e com o Judiciário. “É com a Instalação da Assembléia Constituinte, deixamos de ser um Estado para uso interno para sermos um Estado para uso externo, porque em Brasília também estão tomando posse nossos deputados e senadores”.

“Agora estamos em condições de igualdade com os outros Estados. Aqui se buscam dias melhores para nós e nossa família e nesta busca ainda resolvemos nem 60% dos graves problemas de Rondônia” (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p. 3).

Segundo o governador, os acontecimentos só ocorriam graças a boa vontade do presidente da república e do seu amigo ministro Mário Andreazza, em outras palavras, todo aquele acontecimento era um presente do governo ditatorial. Também, sabendo da nova conjuntura administrativa, onde seria preciso negociar para governar, minimizava atribuindo a todos os poderes a tarefa de conceder e estarem prontos para negociar, destarte, deste modo, se encontraria harmonia institucional.

Na narrativa do *Alto Madeira* sobre o início da instalação do poder legislativo em Rondônia, recepcionou-se na maioria os discursos da classe política, porém o povo, foi citado com pouca frequência, nas considerações do líder da bancada governista, Jacob Atallah, a total responsabilidade pelo futuro do estado caberia somente aos políticos.

Mas não era por acaso, a baixa menção ao povo no ato de instalação do poder legislativo rondoniense, pois o próprio periódico fez questão de registrar a ausência da população na sessão de posse dos deputados estaduais, a informação consta na edição seguinte do *Alto Madeira* quando falou da falta sentida da presença do arcebispo da capital:

[...] Outro ponto considerado falho foi a pequena quantidade de pessoas presentes ao evento, deixando quase vazias as arquibancadas do Ginásio Cláudio Coutinho (ALTO MADEIRA, 02/02/1983, p.3).

Toda a propaganda da instalação do estado, inclui-se a Assembleia Legislativa, feita pela imprensa, apontava fazer parte dos anseios da população rondoniense, mas ironicamente esta população não compareceu em peso ao ato de início do poder legislativo e, ninguém se responsabilizou pela falha. A ausência da população na solenidade, a ausência do povo na fala de alguns líderes políticos e o modo natural com que o *Alto Madeira* lidou com a ausência do povo na solenidade sugerem uma dinâmica política excludente na qual a população, quando lembrada, entra na condição de objeto da política e não como sujeito na e da política. O *Alto Madeira* não cobriu e não estava interessado em cobrir uma festa popular, mas noticiar uma formalidade jurídica, atrelada ao processo de instalação de Rondônia a condição de estado. O caráter excludente do evento é coerente com as concepções e acertos que presidiram o processo de criação do estado de Rondônia. Cujas iniciativas dependeram mais do cálculo eleitoral da

ditadura civil-militar visando aumentar sua bancada no parlamento federal e menos da sociedade civil (MATIAS, 1998, p.142).

Bem como, o trio João Figueiredo, Mario Andreazza e Jorge Teixeira (inclui-se também o secretariado do governador), apresentaram-se entusiasmados em elevar Rondônia a categoria de estado, para garantir sua hegemonia no poder (SOUZA, 2011, p.27), pois:

[...]. Haviam perdido um pouco de popularidade nos anos 1970, com o fechamento do garimpo de cassiterita²⁹, mas os milhares de colonos recém-chegados ao Território nem sequer sabiam desses fatos. A direita estava tranquila e sua salvação viria do Norte (SOUZA, 2011, p.27).

As considerações do historiador Valdir Aparecido tornam porque parcelas significativas da população estavam ausentes na posse, era justamente os recém-chegados, os migrantes, que tinham pouca identificação com a região e a classe política, sendo esta também ainda em processo de formação, e foram estes migrantes os principais eleitores que elegeram a primeira legislatura rondoniense. Todavia, a oposição parece que também se esqueceu de mobilizar suas bases, propalaram tanto na diplomação que estavam a construírem uma agenda popular e na posse, o “povo” não recebeu convite.

Num estado onde a emergência de sua, nova, classe política estava associada ao voto dos migrantes, cuja identificação com seus representantes não era algo consolidado, caberia aos deputados estaduais realizar um sobre-esforço tendo em vista a mobilização da sociedade civil.

Os fatos demonstram que o povo não foi convidado desde o início à festa, por conseguinte, nem os próprios deputados estaduais eram o centro dos holofotes, contudo os prestigiados nas páginas do *Alto Madeira* eram o próprio governador Jorge Teixeira e o ministro Mário Andreazza, os quais ganharam várias páginas na edição de primeiro de fevereiro.

Desde a capa (FIGURA 2), noticiando a honraria prestada pelo Governo de Rondônia ao ministro no plenário da casa de leis, posteriormente o *Alto Madeira* explicou a razão da presença de Mário Andreazza na coluna *Rio e Adjacências*:

O ministro Mário Andreazza, do Interior, um dos responsáveis pelo desenvolvimento de Rondônia, esteve entre nós, por algumas horas, quando recebeu a Medalha do

²⁹ Através da portaria 195/70, o governo federal proibiu a atividade manual de garimpagem de cassiterita, causando enormes prejuízos em todo o comércio regional que dependia desta atividade econômica e, para o cumprimento da medida, o exército foi usado para a evacuação dos garimpeiros nos postos de garimpagem. Todavia, a portaria trouxe consequências eleitorais para a ARENA, que passaria a sofrer revés nas urnas, pois justamente neste momento, o advogado e ex-integrante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), Jerônimo Santana, apresentou-se como defensor dos garimpeiros e a favor da revogação da portaria, com isto, ganhou sucessivas eleições para a Câmara dos Deputados e, tornando-se um dos principais líderes da oposição no Território Federal (SILVA, 1984, p.111-113).

Mérito Marechal Rondon, a maior comenda do nosso Estado. O ministro do Interior, cuja capacidade de trabalho todo Brasil conhece, como não deveria deixar de acontecer, trouxe recursos financeiros para o nosso Estado. Por tudo o que fez, quando ministro do Transportes, nos governos Costa e Silva e Médici, e agora como ministro do Interior –governo Figueiredo -, o coronel R|I Mário David Andreazza, está sendo apontado como candidato em potencial à Presidência da República. Dotes administrativos e, ainda, políticos não faltam ao “garoto” Andreazza, para subir em 86 as escadas do Palácio do Planalto como verdadeiro presidente da República, através do voto direto do eleitorado brasileiro. O colunista conhece, desde os idos de 67, quando o coronel Mário Andreazza, surgiu no cenário administrativo nacional como ministro dos Transportes. Continuando o que desejava JK, quando presidente da República, ligou esse imenso Brasil através de estradas de rodagens. E, por isso, a figura simpática do cel. R|I Mário Andreazza, é uma das mais conhecidas pelo povão brasileiro. “Alca jacta est”- a sorte está lançada: Mário Andreazza para o Planalto! (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p.1).

No trecho acima da coluna foi apresentada uma breve trajetória do ministro do Interior, dizendo aos leitores o quanto era competente Mário Andreazza, e comprometido com os rondonienses, assim, o dito desenvolvimento econômico da região só aconteceu graças a qualidades técnicas e políticas do ministro.

O direcionamento das notícias da terceira página do mesmo dia estava quase toda preenchida no tocante a honraria recebida pelo ministro do Interior, das mãos do governador Jorge Teixeira na festividade de inauguração do prédio da Assembleia Legislativa:

Ao receber a medalha do Mérito Marechal Rondon, o ministro Mário Andreazza, fez um discurso simples, - “sem comprometer”, como disse um assessor em que advertiu os deputados estaduais para a responsabilidade que estariam assumindo ontem à noite (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p.3).

O periódico reproduziu na íntegra o pronunciamento de Mario Andreazza na cerimônia, “Num pronunciamento de três laudas, Andreazza preferiu enfatizar a expansão de Rondônia”. Eis o texto:

Esta homenagem que o Estado de Rondônia me presta, distinguindo-me com a medalha da Ordem do Mérito Marechal Rondon, toca profundamente o meu coração. Quero agradecer ao dileto amigo e irmão de ideais, Governador Jorge Teixeira de Oliveira, o gesto de amizade e de estímulo. Quero agradecer às demais lideranças deste Estado o apoio, sempre que tenho a ventura de colocar os pés neste solo sagrado de Rondônia. Esta Medalha não me pertence apenas. Pertencem também a todos os brasileiros que acreditaram no futuro desta terra e que se empenharam e se empenham para o progresso e para o bem-estar do seu grande povo. Particularmente esta homenagem se dirige a todos quanto compõe a Secretaria de Estado que tenho a honra de dirigir. O ministério do Interior vê e sente Rondônia com o orgulho de quem ajudou e manteve a nova unidade, no árduo caminho de sua formação amparando-se quando ainda não dispunha de forças bastantes para manter-se por si. Com orgulho de que pressentiu e apoiou a velocidade do seu crescimento, confiando nas suas potencialidades e na determinação e no trabalho do seu povo com o orgulho de quem batalhou junto com as lideranças desta região, notadamente com esta figura extraordinária que é o Governador Jorge Teixeira, nos estudos e nas medidas que

culminariam com o marco histórico de criação do Estado de Rondônia. Com o orgulho de quem soube confiar uma grande missão a um grande homem – Jorge Teixeira meu grande amigo.

Alcançada a emancipação, ampliada as responsabilidades das lideranças e do povo desta Unidade da Federação, assiste-se com orgulho e esperança a epopéia de trabalho e de fé que todos daqui impulsiona e que por todos os recantos se propaga. Aqui em Rondônia, efetivamente, mais do que em qualquer outro lugar no Brasil, se escreve, no momento. Uma das mais memoráveis páginas de nossas lutas pelo desenvolvimento.

Já está em andamento a pavimentação da BR-364 espinha dorsal do Estado e elo vital da integração nacional. Serão concluídas as rodovias que cortarão transversalmente o Estado, ligando o Guaporé às cidades centrais, constrói-se Samuel, cuja energia modificará radicalmente as perspectivas econômicas do Estado, permitindo a expansão das indústrias leves e das agroindústrias, para as quais Rondônia oferece matéria-prima e mercado. Equaciona-se problema urbano, com projetos, programas e obras destinados a ordenar o espaço nas novas cidades, disciplinar o crescimento da Capital e atender às necessidades de água, saneamento básico, habitação e outros equipamentos urbanos.

Expandem-se a produção agrícola, seu crescimento será ainda mais estimulado pela melhoria nas condições de transporte e acesso aos mercados nacionais e regionais, quer pela BR-364, quer pela navegação no Madeira. Amplia-se a colonização e a ocupação do território do Estado, enquanto se procura regularizar a posse da terra, dirimir e evitar conflitos e assegurar a ampliação e sedimentação da base social da agricultura rondoniense, única na Amazônia a fundar-se sobre uma sólida massa de pequenos e médios agricultores.

Estimula-se a pesquisa e o aproveitamento dos recursos minerais, que podem vir a ser a base de uma indústria metalúrgica especializada. Paralelamente a esse esforço de construir, realiza-se o esforço de preservar. É um dever de todos nós o de manter o patrimônio natural desta grande e variada região.

Desejo ressaltar finalmente a instalação da primeira legislatura de Rondônia, com a tarefa de elaborar Constituição desta nova Unidade da Federação. Formulo os melhores votos aos eminentes representantes do povo rondoniense que, sob a inspiração de Deus e apoiados nos fundamentos da democracia social que o Presidente João Figueiredo deseja ver implantado no Brasil, saibam delinear os caminhos que levem esse Estado à paz e ao progresso.

O marechal Rondon, se vivo fosse, estaria seguramente aqui conosco, compartilhando desta aventura única de erguer o futuro desta terra e de seu povo, pelo trabalho, pela perseverança e pela fé. Presentimos, contudo, por toda a parte, o seu exemplo e seu patriotismo, a nos inspirar em cada vez mais para o acerto do nosso esforço e para fortalecer em nosso espírito o compromisso de lutar hoje e sempre pelo futuro de Rondônia e do Brasil (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p.3).

No início, o discurso do ministro Mário Andreazza reafirma os méritos da criação do novo estado atribuídos a ele próprio, Jorge Teixeira e João Figueiredo. Também enaltece as políticas de colonização na Amazônia e a construção da Usina Hidrelétrica de Samuel. Dirige o seu discurso diretamente ao público migrante, o que segundo o mesmo merecem homenagem por terem “desbravadas” as “terras desocupadas”, desta forma contribuindo na economia nacional, mas não deviam esquecer os principais responsáveis por isso: os militares citados no pronunciamento.

Interessante como os anfitriões da casa receberam meros cumprimentos da parte do ministro do Interior, ainda mais tiveram dificuldades na acomodação dentro do plenário, abaixo segue um dos tópicos onde falou acerca da composição dos membros na cerimônia:

O discurso do governador foi feito momentos depois de ele haver entregue ao ministro Mário Andreazza, a Comenda do Mérito Marechal Rondon, no grau de Grã-Cruz, em ato presenciado por todos os secretários, convidados e autoridades como o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fouad Dawich Zacharias, reitor Euro Tourinho Filho, prefeito Sebastião Valladares, general Paulo Meirelles, comandante da 17ª. BIS, além dos deputados da bancada do PDS (faltou apenas Francisco Nogueira) e três da bancada do PMDB (João Dias, Sadraque Muniz, Sérgio Carminato. Os deputados Jerzy Badocha, Ângelo Argelim da bancada do PMDB, assistiram ao ato na área destinada ao público (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p. 3).

Depois, o jornal simplesmente tentou explicar o porquê de alguns deputados pedessistas estarem sentados no local destinado à bancada oposicionista e não junto aos seus pares como esperava-se:

Faltou lugar no lado direito do plenário da Assembléia Legislativa e, desse modo, os deputados pedessistas Jacob Atallah e Oswaldo Pianna, que entraram no local depois da maior parte dos parlamentares estarem acomodados, acabaram tendo que se sentar no lado esquerdo, onde ficam as cadeiras da oposição. Sejam bem-vindos e temos dois votos, ironizou o peemedebista João Dias, enquanto Jacob se acomodava atrás dele e Pianna sentava bem atrás de Sadraque Muniz. No entanto, Jacob alegou que o fato de estar no outro lado não representava que iria passar para o PMDB. “Apenas que não havia vaga no meu lado” (ALTO MADEIRA, 01/02/1983, p. 3).

Assim explicava aos leitores que alguns pedessistas não estavam se rebelando ou mudando de lado político. Mas cabe percebermos o quanto no prédio recém-inaugurado, no qual trabalhariam os deputados estaduais, a primeira atividade era para enaltecer e promover os membros do executivo. Acompanhado dos poucos detalhes da abertura do prédio que foram registrados no periódico.

Retornando a fala de Mário Andreazza, justifica o desprestígio aos ocupantes da Assembleia Legislativa devido, naquela ocasião, o ministro estava cobrando a fatura do investimento feito pelo PDS e o governo na campanha de 1982, aqueles homens só ocupavam tais cadeiras graças ao presidente João Figueiredo, Jorge Teixeira e Mário Andreazza.

O discurso enfatizou bastante as matérias primas presentes no solo de Rondônia, logo deveriam ser exploradas, então cabia aos deputados estaduais quando recebessem projetos na casa a este respeito, evitar postergar, mas tratá-lo com urgência e rapidez.

Finalizou o discurso mencionando o patrono da unidade federativa, rememorando o passado dele enquanto agente responsável pela integração na comunicação entre a região e o resto do Brasil, a ação do marechal Rondon foi crucial na concretização das demais políticas ocorridas no estado. Assim, o novo “desbravador” das commodities rondonienses era ele Mário Andreazza, seu amigo Jorge Teixeira que àquela altura no sentido figurado de guarda de uma fronteira, estava cumprindo a tarefa brilhantemente.

Também nas considerações do ministro do Interior foi apresentado o modelo ideal de “desenvolvimento” do novo estado, sendo necessário para concretização definitiva da integração nacional. Então, fica clara a sugestão do *Alto Madeira* dada aos eleitores e leitores rondonienses dias antes da posse, a respeito de quais temas a serem cobrados aos deputados estaduais:

Na segunda-feira, dia 31 de janeiro, quando chegar a noite final do primeiro dos 12 meses do ano de 1983 anos depois de Cristo, eis que o Estado de Rondônia compõe seu terceiro segmento, isto é, terá completado o quadro de poderes inerentes à Unidade Federativa. Estará sendo instalada a Assembléia Legislativa, com seus 24 membros, escolhido pelo mais antigo meio de demonstrar a vontade popular, tão antigo que os gregos, há mais de 2 mil anos, já o usavam: o voto universal depositado nas urnas.

E não foi fácil percorrer este caminho até aqui. Quem está acompanhando a evolução política de Rondônia sabe que não foi. Mas agora, que estamos no alvorecer de uma nova era, a Legislativa, iremos poder discutir e decidir nosso próprio destino numa sala de 100 metros quadrados, chamada de plenário, da Assembléia. E ali deve ser desenrolado o que se tiver sobre os projetos, programas, problemas e dramas deste Estado nascente.

É necessário, por outro lado, que cada eleitor e cada cidadão deste Estado se acostume a ter seu Poder Legislativo e a sustentá-lo regulamente, mas há necessidade, também, de que este mesmo cidadão que vai pagar os 24 deputados exija deles o cumprimento efetivo do juramento que farão individualmente durante a cerimônia do dia 31. E que o povo se acostume a exigir dos deputados o estrito cumprimento do dever, acompanhando pelos jornais os andamentos dos projetos e outras questões em debates. Verificando se tal obra ou tal programa está mesmo sendo executada ou se houve algum fato que a mudou (por quê?) e quem a mudou.

Lógico que aplaudimos o Poder Legislativo. Mas aqui fica a advertência para os deputados: zelem bem pelo mandato que ganharam, porque haverá sempre alguém acompanhando seus movimentos. Justifiquem os vencimentos que farão jús e, principalmente, valorizem o mandato popular se fará, quando seus membros retornarem, em 1986, pleiteando novamente uma vaga entre os eleitos naquele ano. E então, será a hora de julgar (*ALTO MADEIRA*, 29/01/1983, p.2).

Pareciam sugestões acertadas do periódico “imparcial” aos seus leitores, para fiscalizarem os novos agentes, estavam dizendo para os rondonienses confiarem fielmente no que fosse publicado no jornal, e o *Alto Madeira* faria o compromisso de noticiar e intermediar as pautas do legislativo junto a sociedade. O periódico até aplaudiu a constituição do novo poder, porém os deputados estaduais seriam fiscalizados pelo *Alto Madeira* se iriam comportar-se no caminho de modelo econômico proposto pelo executivo, principalmente estaria na mira do matutino a bancada pedessista.

O jornal *O Guaporé* realizou uma tímida cobertura da posse dos estaduais, restringindo aos pontos protocolares, como a composição da mesa de honra e a ordem que foram feitos o juramento de posse, inaugurado por Amir Lando e fechado por Walderedo Paiva. Na tiragem de 1º de fevereiro, a posse do novo Congresso Nacional, precisamente o registro que naquela data, Múcio Athayde se tornaria deputado federal, foi a manchete do dia.

1.6 Horizonte de Expectativa Proposto

O resultado da eleição de 1982 em Rondônia assevera que os governistas tiveram ganhos positivos com a criação do estado, correspondendo com a expectativa no processo eleitoral. Pois conseguiram a maioria dos deputados no parlamento estadual, na bancada da câmara federal e os três senadores (MATIAS, 1998, p.153).

Das nove prefeituras disputadas o PDS venceu em todas as vagas do executivo municipal, nas câmaras municipais ao todo elegeu cem vereadores, o PMDB fez cinquenta e sete e o Partido dos Trabalhadores, dois edis³⁰. Para a câmara federal o PDS conseguiu cinco vagas, já o PMDB somente três cadeiras, na disputa pelo parlamento estadual, foram eleitos nove peemedebistas e quinze pedessistas³¹.

A capital Porto Velho e as cidades de Guajará – Mirim, Costa Marques e Colorado do Oeste, devido serem na época área de segurança nacional, escolheram somente os vereadores (MATIAS, 1998, p.153).

Portanto, o governo estadual e federal obtinha, aparentemente, o controle sobre a maior parte dos parlamentares rondonienses e nas prefeituras os pedessistas preenchiam todas as cadeiras. Embora a oposição representada pelo PMDB também tivesse conseguido eleger números significativos de parlamentares. A vista disso ficou explícito nos pronunciamentos de Jorge Teixeira e Mário Andreazza, igualmente a postura do *Alto Madeira* e dos parlamentares peemedebistas ao tratarem da instalação do poder legislativo, demonstraram a formação de um horizonte de expectativa almejado a respeito das funções deste poder e da economia regional.

Desta forma, as considerações de Reinhart Koselleck tornam-se pertinentes para entender o contexto histórico rondoniense, segundo o historiador as projeções de expectativas feitas pelos humanos são direcionadas para uma possibilidade de experimentar algo novo, embora seja previsível tal novidade (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Ainda de acordo com Reinhart Koselleck, quanto ao aparecimento das expressões que passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade, a título de exemplo, liberalismo e socialismo, estavam no campo da abstração ao serem apresentadas a opinião pública, sendo opções para modelos de organizações social, antes da efetivação das terminologias no campo empírico, tais

³⁰Dados extraídos em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-eleicoes-1982-resultado-para-prefeitos-e-vereadores-por-zona> acessado em 10 de janeiro de 2019.

³¹ Dados extraído em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-eleicoes-1982-resultado-para-deputados-estaduais-e-federais-organizado-por-zona> acessado em 10 de janeiro de 2019.

palavras somente agregavam bandeiras ideológicas de grupos políticos, mas apontavam a um novo a ser descoberto (KOSELLECK, 2006, p. 326).

Oposição e situação (autoproclamadas pelos próprios parlamentares estaduais) eram palavras existentes nas páginas dos periódicos rondonienses, cuja intenção almejava apresentar a população o lugar de fala de cada grupo político, tanto quanto as propostas defendidas para a redação do projeto de carta magna de Rondônia.

No tocante a relação institucional entre Executivo e Legislativo, segundo o jornal *Alto Madeira*, a experiência de bom convívio entre os poderes acontecia na distribuição de cargos e outras benesses para os parlamentares, ponto que deveria ser examinado pelo governo local, para não prejudicar os planos de consolidação do estado.

Deste modo, nos círculos palacianos, o poder executivo tinha a ótica que aprovaria a agenda de governo com total facilidade no legislativo estadual, pois detinha a maior bancada, e com isto, poderia diminuir a ação dos opositores, que prometiam fazer valer o papel de fiscalizadores do governo. Além disso, o governo estadual contava com um veículo de comunicação ao seu lado para vigiar a Assembleia Legislativa.

O governo de Jorge Teixeira precisava cumprir a missão de consolidar os mecanismos de exploração econômica de Rondônia, conforme tinha ficado evidente no pronunciamento de Mário Andreazza ao receber a comenda Marechal Rondon, dado o sucesso político de ter estruturado as bases de formação da elite política do novo estado, ideologicamente no campo à direita.

As projeções iniciais extraídas de consultas no jornal *Alto Madeira* e *O Guaporé*, apresentadas anteriormente, apontavam para um futuro que desejavam construir de imediato, pois a exploração das matérias-primas estava em andamento e deveria ser acelerada, cabendo aos legisladores estaduais colaborar com o governo neste ponto.

Todavia o projeto de Jorge Teixeira e de seus aliados tinha uma fragilidade, enxergava os deputados estaduais, os pedessistas, como seguidores disciplinados e esperava exercer controles eficazes sobre os parlamentares de modo geral. Neste sentido, acreditava que os parlamentares temessem represálias do executivo e que não tentariam rebelar-se. Porém o preço deste método foi alto, os parlamentares pedessistas esperavam aumentar a sua influência política e, portanto, irem além de ficar defendendo o executivo no parlamento. Assim, ainda em janeiro, os deputados situacionistas passaram a cobrar mais espaço nas tomadas de decisões, reivindicando que o governador, antes de decidir sobre algum tema, deveria escutar os parlamentares que garantiam o seu governo.

Os peemedebistas, como era esperado, apresentaram-se enquanto opositores ao governo de Jorge Teixeira enquanto representante da ditadura civil-militar na Amazônia. Neste sentido, precisavam apontar as falhas do governo visando desconstruir a imagem de “bom gestor” e, no futuro, a condição de oposição poderia ser revestida nos próximos quatro anos, ou seja, na eleição de 1986. Entretanto, enquanto minoritários, estavam dispostos a dialogar com o governo estadual sobre certos assuntos, o diálogo era facilitado em virtude de que alguns deputados também comungavam do modelo desenvolvimentista proposto para a região, desejando colaborar com o dito “progresso”.

Mas, os destinos da oposição estariam nas mãos do líder de bancada e, no depender do deputado escolhido, a agenda do governo no legislativo seria dificultada, algo que o executivo e o *Alto Madeira* ignoraram, pois alimentavam a retórica que “tinham obtido uma vitória esmagadora nas urnas de 1982”, uma verdadeira falácia, a qual os peemedebistas prometeram, com o auxílio do *O Guaporé*, desconstruir logo na fase constituinte.

2. A Assembleia Constituinte: 1º fase do Legislativo Rondoniense

No período de 1º de fevereiro a 6 de agosto de 1983, a ALE/RO funcionou em caráter constituinte, ou seja, os poderes dos parlamentares eram limitados, por isso os deputados estaduais não podiam exercer fiscalização sobre os atos do governador, que continuou decretando leis através dos decretos –leis, portanto nesta fase o parlamento esteve trabalhando somente para a elaboração e posterior promulgação da carta magna.

A estreia do parlamento contou com dificuldades logísticas, a começar pelas acomodações físicas, nos gabinetes dos constituintes faltavam móveis, como cadeiras, e a Assembleia não tinha um corpo burocrático, dependente da remoção de funcionários do governo estadual para assessorar a instituição provisoriamente (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.3).

Ainda, tivera que lidar com um orçamento de 995 milhões de cruzeiros disponibilizado pelo executivo estadual, para cobrir as despesas de pessoal e manutenção, gerando críticas de deputados que alegaram serem irrisórios frente as despesas. A precariedade ficou notória logo no início dos trabalhos (na eleição da mesa diretora) teria faltado de tudo, até mesmo água, revertida quando um assessor do deputado Walderedo Paiva, solicitou ajuda de um vizinho do prédio ao pedir 3 litros de água, copos e bandeja. Em seguida, a sujeira deixada no plenário de cinzas de cigarros que ficaram nos carpetes e embalagens de cigarros sobre as mesas, devido à ausência de um cinzeiro (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.3). Devido as dificuldades estruturais os trabalhos constituintes chegaram a serem suspensos, definindo uma previsão de retorno no 21 de fevereiro, neste recesso aguardava-se melhorias nas dependências do prédio (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.5). Todavia na sessão de 21 de fevereiro não tivera taquígrafos, portanto os discursos não foram registrados (ALTO MADEIRA, 22/02/1983, p.5)³².

Aos poucos a instituição organizava o quadro burocrático, dentre os primeiros departamentos estava o de assessoria de imprensa, composto de profissionais locais como: Carlos Sperança³³, Elveste Lyman Jhonson, Ivalda Marrocos, Lúcio Albuquerque e, como fotógrafos, Fábio Grutzmcher e o Marcos Grutzmcher (ALBURQUEQUE, 18/10/2019).

³² Devido ao status de Assembleia Constituinte, a instituição indispunha de condições legais para conduzir o processo licitatório, por isto recorreu-se a Polícia Militar para conduzir a operação de licitação de mobília, restando ao legislativo o acompanhamento licitatório com a supervisão dos deputados Clóter Mota e Arnaldo Martins (O GUAPORÉ, 30/03/1983, p.3).

³³ Ciro Pinheiro – anunciou na sua coluna social que Carlos Sperança Neto, então presidente da associação dos jornalistas, havia sido nomeado no cargo (ALTO MADEIRA, 20.02/1983, p.5).

Posteriormente, a equipe de comunicação criou o *Boletim Informativo*, contendo os assuntos tratados diariamente, o documento era disponibilizado a todos os órgãos de comunicação: desde jornais, emissoras de rádios e televisão (SPERANÇA, 18/10/2019)³⁴.

Cada deputado estadual foi contemplado com dois assessores, veículos oficiais e auxílio aluguel. Os valores destas despesas não eram detalhados à imprensa, foi anunciado que os parlamentares perceberiam proventos no valor de 1,200 milhão de cruzeiros (4,364 reais, nos valores atuais), definidos pela Comissão de Subsídios da casa (ALTO MADEIRA, 26/02/1983, p.4; 10/02/1983, p.12; 05/02/1983, p.5).

Paulatinamente as dificuldades foram sanadas e a Assembleia Constituinte definiu seu organograma, destacando, como tarefa inicial, a elaboração de uma carta magna espelhada nos valores sociais defendidos pelos constituintes. O documento explicitaria trajetórias políticas que, transpostas num conjunto de parágrafos, idealizaram a Rondônia do futuro, segundos as crenças dos legisladores.

A constituição era o pacto social e político de consolidação de Rondônia, através dela o novo estado teria, entre outras coisas, a garantia da autonomia dos poderes. A redação da carta contou com inúmeras sugestões de setores organizados da sociedade civil, coletadas nas audiências públicas realizadas na sede da ALE/RO, ou mediante consultas realizadas por deputados junto as suas “bases”. Outrossim, embora vivendo sob uma ditadura civil-militar, os parlamentares recorreram aos juristas renomados tendo em vista a elaboração de uma constituição moderna e coerente com princípios democráticos. E, deste modo, os constituintes desejavam definitivamente, encerrar a mudança de Território Federal para estado.

No período constituinte aconteceram intensas negociações entre oposição e situação, também foi uma fase de afirmação do poder legislativo, que duelou, constantemente, com o executivo, ao mesmo tempo, a sociedade assistiu a verdadeiros “rachas” no partido do governo, com deputados da situação fazendo duras críticas ao governador, inclusive, chegando a questionar a sua capacidade administrativa. Foi quando a população soube de uma minoria oposicionista que, utilizando a tribuna, o fazia um enfretamento constante com o executivo e que, nas votações, demonstrava coesão e respeito ao líder da bancada.

Mas quais pessoas comandaram a instituição nesta época, de onde eram, que bandeiras defendiam, quais arranjos foram feitos para a Constituição ganhar forma, houve somente consensos e, quais eram os motivos dos atritos, quais outros assuntos os parlamentares

³⁴ Em algumas edições, o *Alto Madeira* reproduz o boletim, no *Museu da Memória Rondoniense* existem alguns exemplares do documento.

debateram, e como a imprensa cobriu e opinou sobre o contexto? As respostas para estas perguntas serão respondidas no desenvolvimento do capítulo.

2.1 A Costura de Acordos na Eleição da Mesa Diretora da ALE/RO

O primeiro teste político da ALE/RO concernente a convivência da oposição e situação aconteceu na definição dos ocupantes da primeira mesa diretora da ALE/RO, porém a disputa se estendeu até o poder executivo, este último, com objetivos expressos de controlar a pauta de votações e minimizar a influência de futuras contestações aos projetos do governo.

E a imprensa também não fugiu desta disputa, cobrindo com frequência os acordos firmados para a formação da chapa com ênfase no candidato postulante à presidência, porém é preciso destacar que o *Alto Madeira* foi quem mais opinou a respeito, diariamente, noticiando o assunto.

O Guaporé preferiu tratar do tema como notícia corriqueira do momento, em suas páginas consta-se matérias meramente informativas de quem disputava as vagas na mesa diretora, mas esta postura do jornal está relacionada com o posicionamento da bancada peemedebista, que optou por costurar aliança com o PDS, desistindo da presidência, por outro lado receberiam cadeiras importantes da mesa diretora, a justificativa da oposição foi a seguinte:

Quanto a eleição da mesa diretora da Assembleia Legislativa em 1983, nós sabíamos que não tínhamos como elegermos um presidente do PMDB, teria que ser um do PDS. Então nós chegamos à conclusão que se tratando de Assembleia Estadual Constituinte, nós do PMDB, não deveríamos partidizar excessivamente a escolha da direção da casa, pois deveria ser um consenso, até para facilitar depois na elaboração da constituição, porque desejávamos a mais moderna constituição, como de fato foi, então optamos por um acordo (CORREIA, 07/11/2019).

Nas palavras de Tomás Correia, seria algo desproporcional, por parte do PMDB, almejar o comando do legislativo, atrelado a isso, a elaboração da carta magna demandaria capacidade política de ambas bancadas a formarem construção de consensos. Para os opositoristas, uma rápida tramitação da constituição resultaria em ganho político à medida que o governador perderia os poderes de continuar legislando por decreto-lei, além do mais, finda a constituinte, a oposição poderia aumentar a fiscalização sobre o executivo, instalando as sonhadas CPIs (comissão parlamentar de inquérito), prometidas, desde a campanha política, à sociedade.

Com o pacto firmado entre a oposição e os pedessistas, caberia a estes, definirem o nome de quem presidiria o primeiro biênio do legislativo e conduziria os trabalhos da

constituente. É preciso salientar que o primeiro presidente da ALE/RO seria uma figura de destaque entre os grupos políticos rondonienses, pois ganharia visibilidade na imprensa e sabendo utilizar do cargo seria protagonista importante numa sociedade onde o campo político estava em formação.

O executivo estadual, ciente do papel atribuído ao cargo disputado, escolheu seu candidato, que era o deputado Jacob Atallah e, para isso, contou com a simpatia da imprensa. O jornalista Esron Penha de Menezes, figura importante do jornalismo regional, defendeu enfaticamente sua candidatura, a posição do jornalista deve ser entendida como expressando a opinião de alguns setores sociais de Porto Velho, principalmente daqueles que se colocavam como defensores da cultura regional, pois o candidato em questão além de ter passagem na prefeitura da capital, era rondoniense, natural de Porto Velho, deste modo, seria a pessoa mais viável para ocupar aquela presidência.

O jornalista Esron Penha de Menezes, escrevia livros de história regional, devido a isso muitos os chamavam de historiador e, era colunista do *Alto Madeira* desde 1954, sendo considerado exemplo para vários colegas de profissão. Sua principal obra foi *Retalhos para História de Rondônia*³⁵, este livro, resultado de um concurso realizado pela prefeitura de Porto Velho em 1978, numa encomenda do governador Humberto Guedes, para preparar os discentes acerca da história local já que se encontrava em curso a criação do novo estado, mesmo sendo o único título inscrito no concurso, o livro não foi aprovado, mas com o apoio de empresários e políticos publicou a obra; em síntese o autor construiu uma memória na qual os militares, seringalistas e administradores locais teriam sido os fundadores daquela sociedade, desta forma, indígenas, seringueiros, soldados da borracha, ferroviários ou mesmo os religiosos católicos³⁶ estavam fora da memória oficial rondoniense (SOUZA, 2011, p. 80 – 84).

Ainda, Esron Penha de Menezes morava no bairro Caiari, que fica no centro da cidade de Porto Velho e, foi local de moradia das elites locais, os moradores fundaram até uma escola de samba, denominada de *Os Pobres do Caiari* (1965), rivalizando com a escola *Diplomatas do Samba* (1958), esta última para demarcar posição trouxe no título de forma simbólica, ser graduada no tema do samba, pois Rondônia ainda não tinha uma universidade e, os desfiles

³⁵ Que foi leitura obrigatória no ensino médio na disciplina de história regional.

³⁶ Destaque-se este grupo, devido a obra *Os Desbravadores* volume I e II (1959), do ex-padre salesiano Victor Hugo (ainda será feita menções sobre o mesmo mais adiante), o qual reivindicava de forma romântica para os jesuítas e salesianos o papel de organizadores das fronteiras amazônicas, numa clara divergência do papel desempenhado pelos bandeirantes na região (SOUZA; DANTAS, 2005).

eram na avenida presidente Dutra em frente ao antigo hotel *Porto Velho Hotel*, atualmente UNIR –Centro (reitoria da instituição) (MOURA, 2018, p.115)³⁷.

Este pequeno panorama acerca do bairro e do jornalista, serve para elucidar o lugar de fala de Esron Penha de Menezes, bem como das batalhas simbólicas que acompanharam a definição do nome do PDS à presidência da ALE/RO.

Às vésperas da eleição, o jornalista teceu críticas aos pedessistas, na coluna *História Antiga* com o título – *Para onde caminha a nossa assembleia legislativa*, Esron Penha de Menezes afirmou que o governador era quem tinha entregue o legislativo para Rondônia, por isso o presidente do novo poder deveria ser pessoa próximo de Jorge Teixeira. Lançou dúvidas do apoio do PMDB à candidatura do PDS e, para sustentar o argumento, o jornalista se apresentou na condição de especialista do assunto e provocou:

Será que alguém em sã consciência e com conhecimentos primaríssimos de política vai acreditar que Amir Lando, Tomaz Correia, Jerzi Badocha e Cloter Mota se empenhem na campanha de alguém do PDS, se poderão ter um presidente de suas hostes? ...

Por isto, sempre lembro em meus artigos esta frase do velho político alemão Konrad Adenauer: “não sei como classificar esse ato: asnice ou asneira, burrice ou besteira” (ALTO MADEIRA, 23-24/01/1983, p.5).

Ele fez questão de citar os nomes da oposição para ilustrar o argumento de que com aquelas pessoas, não se poderia esperar o cumprimento das promessas, ainda com muita ironia duvidava do intelecto dos pedessistas. Continuou através de exemplos vivenciados por ele como assessor do executivo municipal, o qual lembrou que projetos de interesse do governo haviam sido derrubados com aval dos próprios governistas ao se alinharem com o PMDB no legislativo portovelhense:

[...] Eram os próprios Vereadores do PDS quem torpedeavam os projetos, como também votaram a favor de verdadeiras aberrações como no caso de um projeto oriundo do PMDB que acabava com um “elenco” de tributos que todos os Vereadores do PDS votaram à favor (ALTO MADEIRA, 23-24/01/1983, p.5).

Note-se que as menções aos edis governistas foram propositalmente colocadas em letras maiúsculas, com isso questiona-se quem era o receptor da mensagem? Pois o recado foi esclarecedor, ao afirmar que fazer pactos com a oposição sempre resultaria em prejuízos para

³⁷ No carnaval de 1982 por ordens do governo estadual as escolas deveriam fazer alusão a criação do estado, desta forma, a *Pobres do Caiari* apresentou o enredo “Adeus, Meu Território, Adeus” de Silvio Santos e Marise Castiel, que ganharam a categoria de melhor enredo, mas a campeã foi a adversária *Diplomatas do Samba* através da música “Rondônia e suas riquezas” de Bainha e Oscar Knightz (MOURA, 2018, p.118-119).

o partido do governo, então o mais viável seria não aguardar qualquer proposta de consenso do outro lado.

Da atividade política, os cidadãos esperam dos políticos às costuras de acordos em meios aos diversos credos ideológicos, fato que pode ser demonstrando na definição do presidente do legislativo. Porém, Esron Penha de Menezes parecia discordar desta perspectiva e insistia no confronto, nas entrelinhas o jornalista dá entender esperar uma disputa semelhante das jornadas eleitorais com um duelo entre candidaturas do PDS *versus* ao PMDB. Nas entrelinhas, o colunista traz outras intenções, mais radicais, à medida que postula um poder legislativo submisso as conveniências do governo estadual, por isto, logo de início, para o articulista, o aparato do executivo deveria minar qualquer articulação em curso da oposição.

Ao longo da coluna, o jornalista referiu-se diversas vezes à Eudes Lustosa, por isso nossa hipótese baseia-se na premissa de que a coluna daquela edição, era cobranças ao assessor político, o mesmo deveria agir com muita atenção a respeito da presidência da ALE/RO, pois experiências na Câmara de Porto Velho, revelavam o quanto a oposição manobrava votações obtendo êxitos e impondo derrotas amargas ao governo. E iniciou com a seguinte ponderação:

Se ele me permitir, como ajuda ao Eudes, vamos analisar as potencialidades de cada candidato ao cargo de Presidente da Assembléia Legislativa: Dr. Bianco, o mais votado do PDS, contou com todos os votos de Ji-Paraná, Ouro Preto, Presidente Médici e parte de Ariquemes e de Jaru pelo apoio dado às candidaturas de Assis Canuto e Francisco Salles à Câmara Federal. O Dr. Bianco é desconhecido em Porto Velho onde funcionará a Assembléia e não sei do seu entrosamento com o Executivo Estadual; Cel. Arnaldo, foi eleito por Vilhena e Colorado e está quase nas mesmas condições do Dr. Bianco, salvo por ter sido sub-comandante do CFAR e ser companheiro de farda do governador (ALTO MADEIRA, 23-24/01/1983, p.5).

O colunista colocou-se na condição de analista do governador para auxiliar o assessor político, adiantando quanto aos dois primeiros nomes serem desconhecidos do público da capital, a respeito dos demais salientava o seguinte:

Dr. Heitor reivindica que teve votos em todos os quadrantes do Estado. Está também nas mesmas condições dos dois outros, ainda restando-lhe a desvantagem de ser funcionário da prefeitura. Os votos que obteve em Porto Velho, sede de seu trabalho não lhe deram as condições de se eleger; Professor Amizael, já foi eleito pelas sobras da legenda e apesar de ter como “hnotHow” a experiência em assuntos legislativos, experiência essa de dois mandatos na Câmara de Vereadores, ainda fica muito para traz das condições que apresenta o DR. Jacob Atallah, que no meu entender será o que melhor se entrosará com o Poder Executivo, por ter sido Prefeito de Porto Velho e o município muito lhe dever, soma ainda como ter sido Secretário de Saúde e Chefe da Casa Civil do Governador. Sobra-lhe ainda ter sido estagiário da Escola Superior de Guerra, ter sido o mais votado na capital e já ter um entrosamento regular com o Governador.

Então o Eudes terá que se desdobrar para conseguir que todos os Deputados Estaduais se congreguem em torno da candidatura do Dr. Jacob para essa primeira legislatura.

Eu aconselho isto, mas acho muito difícil o Eudes conseguir esse consenso (ALTO MADEIRA, 23-24/01/1983, p.5).

As justificativas quanto a incapacidade de Heitor Costa são frágeis ou a desconsideração da vivência legislativa de Amizael Silva, mas o jornalista estava insistindo na tese de um presidente tutelado pelo governador, pois os desconhecidos ou o deputado experiente poderiam trazer riscos a proposta de transição política, neste caso, a delegação do futuro colégio eleitoral de 1985 (no aspecto nacional), e o resultado poderia ser sentido com uma Assembleia Legislativa independente, ou seja, fiscalizando o executivo ou minando cobranças dos aliados ao solicitarem mais espaço no governo.

O jornalista não poupou elogios ao abordar o nome de Jacob Atallah, entretanto o deputado só tinha vivência no executivo, exercendo cargos de confiança no governo do estado. Para o colunista estes eram os méritos do pedessista, o passado de Jacob Atallah era exemplo da lealdade deste com governadores. Todavia, estava nas mãos de Eudes Lustosa conseguir um presidente da ALE/RO “entrosado”, que dizer subordinado, ao executivo. Tal missão seria difícil de ser alcançada pelo assessor político, ou seja, o consenso na perspectiva de Esron Penha de Menezes, estaria na aceitação silenciosa pelos pedessistas em acatar o candidato de Jorge Teixeira, afastando qualquer aproximação com o PMDB, ao mesmo tempo com Eudes Lustosa longe das negociações de bastidores.

Todavia, as manobras do executivo fracassaram em emplacar seu candidato, pois os deputados do eixo da BR-364 uniram-se em torno de José Bianco, em troca a liderança da bancada foi dada a Jacob Atallah (ALTO MADEIRA, 09/02/1983, p.2), mediante este arranjo, as prévias foram entre José Bianco e Amizael Silva.

Assim, no dia 24 de janeiro, os pedessistas reuniram-se na sede do partido na rua José Bonifácio, para a realização das prévias, tendo como candidatos José Bianco e Amizael Silva, os demais nomes aventados optaram por desistirem da disputa, o único momento tenso foi quando o deputado Heitor Costa que chegou com 45 minutos de atraso, classificou de arbitrária a decisão da não inserção de seu nome na lista da vice-presidência, tendo sido rebatido por Arnaldo Martins e Zuca Marcolino, apesar deste imprevisto, a votação foi tranquila, o resultado confirmou José Bianco candidato a presidência da ALE/RO com 12 votos, Amizael Silva recebeu 2 votos e um em branco (ALTO MADEIRA, 25/01/1983, p.3).

Amizael Silva ao reconhecer a derrota tentou afastar qualquer divisionismo, porém ao comentar as razões da perda da indicação do partido, atribuiu a vitória de seu adversário devido a força dos parlamentares da BR-364 que optaram pelo candidato desta zona e, ainda afirmou que faltou apoio dos colegas da capital. Segundo Amizael Silva estes blocos só prejudicavam

Porto Velho, algo que esperava não acontecer na ALE/RO, embora tal prática fosse comum na Câmara Municipal de Porto Velho³⁸ (ALTO MADEIRA, 26/01/1983, p.3).

Logo em seguida, José Bianco e Jacob Atallah reuniram-se com os peemedebistas Cloter Mota e Amir Lando para definirem as indicações de nomes da oposição para a mesa diretora e das comissões da casa, e Tomás Correia informava que o PMDB iria querer a presidência das comissões de *Constituição e Justiça* e a de *Agricultura*, consideradas como de grande importância (ALTO MADEIRA, 25/01/1983, p.3).

O preço do “consenso” peemedebista viria com a cessão pelo PDS da presidência de duas comissões de destaque, através delas a oposição teria força para acompanhar os trabalhos executados pelo governo, o acordo, caso selado, representava uma preocupação futura ao executivo.

As conversas entre os representantes das duas bancadas seguiram por vários dias, na primeira reunião não houve “consenso”, o PMDB exigiu a primeira vice-presidência e secretaria, cargos também almejados pelo PDS, pois, ainda nas prévias pedessista, já havia sido acordado a seguinte distribuição: 1º vice-presidência com Zuca Marcolino e a 1ª secretaria com Oswaldo Piana (ALTO MADEIRA, 27/01/1983, p.1).

Em 30 de janeiro na manhã de domingo numa reunião na Câmara Municipal da capital, o impasse foi resolvido, Cloter Mota, Amir Lando, José Bianco e Jacob Atallah, chegaram a um consenso, deixando ao PMDB a 2ª secretaria e o governista Walderedo Paiva alocado para a 3ª secretaria.

Devido a ALE/RO não dispor de qualquer instrumento jurídico para o ordenamento da instituição, a divisão dos cargos e a sessão de votação da mesa diretora seguiu o rito estabelecido pela resolução legislativa nº1, lida por Jerzy Badocha no plenário e posteriormente aprovada por unanimidade (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.1).

Com poucas alterações, os parlamentares definiram a composição da mesa diretora da ALE/RO sobre a presidência do desembargador Darci Ferreira, com 22 votos, um branco e ausência de Messias Silva do PDS, a chapa: José Bianco – presidente, Zuca Marcolino – 1º vice-presidente; Ronaldo Aragão – 2º vice-presidente; Oswaldo Piana – 1º secretário; Ângelo Angelim – 2º secretário; Walderedo Paiva, 3º secretário, Jerzy Badocha – 4º secretário, os suplentes Jô Sato, Francisco Nogueira e Cloter Mota foram eleitos e empossados (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.1).

³⁸Na coluna Opinião em 30 Linhas, data o ano de 1977 a formação na casa de um bloco de vereadores da BR-364, onde votavam coesos e lutavam por recursos nos seus distritos, em 1983 eram Municípios, como Ariquemes e Ji-Paraná (ALTO MADEIRA, 08/02/1983, p.2).

Em seguida, José Bianco, num discurso de quatro laudas, enfatizou com frequência a necessidade de união, pedindo a superação das diversas divisões existentes para o início dos trabalhos constituintes, mas começou com referências a proposta de abertura política conduzida por João Figueiredo, defendendo a unidade em torno da abertura para garantir o retorno da democracia. Agradeceu aos presidentes do TRE /RO e do Tribunal de Justiça, não esquecendo de registrar gratidão a Jorge Teixeira pelo prédio cedido ao parlamento, finalizou tentando desconstruir a imagem de representante do eixo da BR-364, sustentando que seria um parlamentar do povo de Rondônia:

[...] Uma casa dividida não pode subsistir. Aqui não está um presidente que representa apenas o interior, como sugerem alguns. A tarefa do Deputado Estadual, entendo ser abrangente. Capital e interior representam a força de toda a extensão do Estado e alegro-me em saber que essa divisão existe apenas no bairrismo de alguns, pois, de nossa parte deixamos bem claro que somos um Deputado de todo o Estado de Rondônia e estamos aqui para buscar a solução de todos os problemas, indiferente do município, desde Guajará-Mirim até Vilhena (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.5).

José Bianco foi incisivo ao afirmar que o localismo seria restrito a uma parcela restrita, naquele momento embora fosse de Ji-Paraná, cidade que o recebeu assim como os demais migrantes, estava disposto a encetar uma conciliação, não por coincidência definiu a fronteira entre Vilhena, cidade de entrada de migrantes e Guajará –Mirim, município considerado tradicional. Ao tentar rebater a pecha de regionalismo o deputado acabava por enfatizar a clivagem entre interior e capital, duelo em que imprensa e setores da classe política estavam engajados.

Agora, restava saber se a proposta do presidente do legislativo teria resultados práticos e, por quais meios seriam alcançados e, se a imprensa estaria disposta a virar a página. No entanto, a trajetória do *Alto Madeira* na maioria concerniu em evitar confrontação, e *O Guaporé* que não se opôs a candidatura de José Bianco, embora referiu-se como “deputado interiorano”, tinha outra perspectiva de atuação daquela do ano de 1982.

2. 2 As Lideranças da ALE/RO

O trio: José Bianco, Jacob Atallah e Tomás Correia, foram os indivíduos que na grande maioria direcionaram os rumos das votações e o comportamento parlamentar. Devido aos postos que ocuparam, eram os personagens de destaque nas notícias ou sendo as manchetes dos jornais.

Logo no início dos trabalhos constituintes, os jornalistas que cobriram a sessão, definiram os olhares para as primeiras declarações do trio, pois mediante o tom das falas, os leitores teriam uma prévia dos que seriam discutidos ou como se comportaria cada bancada ao longo daquele ano.

A liderança do PMDB também surgiu de uma disputa interna, vários nomes pleitearam o cargo, como Amir Lando, Ângelo Angelim, João Dias, este último retirou a candidatura e apoiou o nome de Tomás Correia (O GUAPORÉ, 30/01/1983, p.3), que por ter sido o mais votado do partido reivindicava o cargo, na votação interna da bancada recebeu 5 votos, contra quatro dados a Amir Lando e Ângelo Angelim (CORREIA, 07/11/2019).

E, na sessão de eleição da mesa diretora, foram apresentadas as primeiras questões de ordem pelos líderes das bancadas, Jacob Atallah e Tomás Correia, informaram a indicação dos mesmos pelos partidos para serem os líderes na casa. Tomás Correia pediu ao presidente do poder constituinte, que: “faça valer o Poder Legislativo para que não se transforme num órgão de assessoramento de outro poder”. O líder do PDS, sugeriu ao colega José Bianco utilizar dos caminhos necessários para a efetiva independência do legislativo, desde que com harmonia aos demais poderes e, José Bianco disse aguardar sugestões da sociedade nos debates de elaboração da carta magna (ALTO MADEIRA, 03/02/1983, p.1).

No dia seguinte, o *Alto Madeira*, na sua coluna principal, expressou as primeiras impressões daquela legislatura, dedicando comentários a respeito das declarações dos líderes das bancadas durante a sessão inicial procurando prever qual seria o comportamento das respectivas bancadas:

Quem esteve presente à cerimônia de eleição da Mesa diretora da assembleia Legislativa, ainda Constituinte, já observou o nível de marcação “homem-a-homem” que as lideranças dos dois partidos farão durante o desenrolar dos trabalhos. Falando primeiro, o deputado Thomás Correia, líder do PMDB deu uma “cacetada” no líder do PDS, Jacob Atallah. Mas, em seguida, Jacob deu o troco, com um “puxão de orelha” em Thomás, demonstrando, na ocasião, que um vai ficar atento ao que o outro disser, até mesmo por questão de sobrevivência.

E por que o termo “sobrevivência”? Muito simples: veja-se, primeiro, que esta eleição que passou, a nível de estaduais só mostrou liderança de três dos atuais parlamentares, os ex-vereadores Cloter Mota, João Dias e Amizael Silva. Os outros, neófitos na política, ganharam apenas a preferência natural e precisam, então, “mostrar serviço” para que em 1986 voltem para a ALE ou então voem mais alto, rumo a Brasília – para onde certamente alguns dos que foram agora não retornarão. E então o importante é mostra serviço, aproveitando todas as oportunidades disponíveis.

Citando primeiro. Há segundo? Claro que sim. É a questão já abordada há dias aqui neste mesmo local: o PMDB, que ganhava todas as eleições no antigo Território desde 1970, estreou o Estado perdendo. E levando uma bordoadá atordoadora. “Não tínhamos mensagem”, disse o deputado Amir Lando no encontro regional do partido. E como perdeu, vai precisar usar de uma das formas que encontrará, a tribuna da Assembléia, para tentar mandar sua mensagem de fiscalização ao público. Para tal, vai precisar agredir (não no sentido físico ou do palavrão) e, por isso, qualquer

oportunidade será muito bem aceita e usada pelos nove deputados de oposição que, como bem disse o deputado Thomás, “vai querer fazer valer o poder da minoria”. E se deixarem, faz mesmo. Disso ninguém duvida. Daí haver sido importante o posicionamento do deputado Jacob mostrando que bem ao lado da bancada do PMDB, o PDS não quer deixar por menos e vai, realmente, marcar homem-a-homem (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.2).

Percebe-se o quanto o periódico via no líder do PMDB, uma disposição para fazer uma oposição forte ao governo, fato demonstrado logo nas questões de ordem e, para isso, Tomás Correia contaria com vantagens, de ter na sua bancada deputados com experiência nos bastidores do legislativo, com isto na avaliação do matutino, os opositores, embora na condição de minoritário, sabiam como fazerem barulho ou mesmo manobrar sessões ao seu favor.

Para o jornal, a oposição recorrerá ao denunciamento como estratégia de conquistar a opinião pública, formando uma base eleitoral ao pleito de 1986, para resistir ou frear este projeto dos opositores, os deputados governistas precisariam estar atentos aos passos da oposição, conforme fez o líder do PDS, Jacob Atallah, ao responder, imediatamente, as invertidas de Tomás Correia.

A terceira página do matutino complementava o raciocínio com a informação sobre as comissões de *Orçamento, Constituição e Justiça e Agricultura*. Mesmo sem prazo para efetivação, já havia discussões sobre os titulares do PMDB, vale dizer que a comissão de agricultura era alvo de articulação por parte da bancada opositora visando ocupar a presidência, no caso, sob a justificativa de “fiscalizar de perto” o governo. Estava em jogo o acompanhamento dos usos e abusos dos recursos voltados a agropecuária, principalmente do POLONOROESTE. Os deputados opositores vinham buscando informações do programa e recebendo negativas em relação a detalhes da aplicação das verbas. Como forma de pressionar o executivo a dar informações, o líder da bancada do PMDB antecipou que convocaria alguns integrantes do secretariado do governador para dar explicações ao parlamento, com especial atenção ao titular do Planejamento, considerado o coração do governo (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.3).

Os meios e os caminhos para a oposição conseguir êxito no projeto de desidratar o governo convergia ao seu favor. Segundo o *Alto Madeira*, a bancada peemedebista era composta de parlamentares experientes, a participação dos opositores nas comissões da casa, meio privilegiado para pôr em prática a fiscalização do executivo, atestava essa capacidade combativa. Portanto, caberia ao líder da maioria conter os passos da oposição.

Mas, a influência dos líderes tinha certos limites. Na votação da resolução número 2, que estabeleceria as regras de funcionamento da casa, normatizando o horário das sessões, livro de presença e tempo de uso da tribuna, transcorrida num clima tenso, a proposição de Ronaldo Aragão recebeu aprovação, estipulando 10 minutos de uso da palavra pelos parlamentares, os líderes 20 minutos individualmente e, as sobras (90 totais da reunião) destinados para debates da constituinte, os deputados da BR 364 votaram coesos e com o apoio de alguns deputados da capital acabaram definindo o horário das reuniões ordinárias (segunda a sexta) e, fixando as sessões entre 15 às 18 horas, embora sob protesto dos deputados Amizael Silva, Jacob Atallah, Jerzy Badocha e Heitor Costa, que ressaltaram que as reuniões matutinas facilitariam para a imprensa. Tomás Correia foi acusado por Amizael Silva de não estar trabalhando pelo coletivo sobre o horário das reuniões, pois se empenhou pouco sobre esta deliberação (ALTO MADEIRA, 04/02/1983, p.5).

Quanto ao presidente da ALE/RO, desconhecido da capital, procurou reverter esta imagem e fazer jus ao seu discurso de posse, estrategicamente recorreu a uma aproximação com a imprensa, no dia 7 de fevereiro visitou todos os meios de comunicação com sede em Porto Velho, na companhia de Tomás Correia e Jacob Atallah, as visitas aos órgãos da imprensa na capital, tinha finalidade, segundo o presidente da Assembleia Constituinte, aproximar o legislativo da imprensa que, segundo o deputado, seria o elo entre o Estado e a sociedade civil (ALTO MADEIRA, 08/02/1983, p.1; O GUAPORÉ, 08/02/1983, p.3).

A estratégia de José Bianco parecia começar a apresentar resultados positivos, pois a colunista social, Marlene Rolim, ao voltar das férias visitou a sede da Assembleia Constituinte e na sua coluna não poupou afagos ao presidente da entidade, afirmou ter sido bem recebida pelo deputado, acrescentando que era bastante simpático, traço de um bom político (ALTO MADEIRA, 23/02/1983, p.5).

O marketing de José Bianco serviu para construir a imagem de político conciliador, tendo como primeiro passo acenar aos veículos de comunicação da capital que a partir de então passaram a ver com bons olhos o deputado da BR-364, referindo-se ao parlamentar com elogios e raríssimas críticas.

Por outro lado, o líder da oposição ganhou um apelido não muito agradável do *Alto Madeira* através do colunista Josias de Macêdo, “*o carcará*”. Deste modo, o impresso criava imagens estigmatizadas, onde no legislativo teria um político conciliador, uma liderança de bancada moderada e, um líder oposicionista semelhante a um animal de rapina que todos deviam ter cuidados redobrados.

Ainda sobre a visita dos deputados à imprensa, de acordo com Tomás Correia, foi de cunho apertado, pois a Assembleia Constituinte precisava do apoio da imprensa na divulgação dos debates da constituinte, com isto a população saberia dos andamentos da elaboração daquele documento de suma importância (CORREIA, 07/11/2019), porém esta explicação não exime a constatação de estreitamento entre o presidente da Assembleia Constituinte com os meios de comunicação.

2. 3 A Elaboração da Constituição

Em janeiro de 1983, os deputados estaduais eleitos, foram “agraciados” pelo governo do estado com um curso de legislação, ministrado pelo jurista Joaquim Castro Aguiar do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). Por seu turno, os futuros constituintes demonstraram pouco interesse pelo curso, segundo cálculos do *Alto Madeira* menos de 45% dos deputados participaram da atividade (ALTO MADEIRA, 29/01/1983, p.2; 23-24/01/1983, p.5; 27/01/1983, p.3).

O líder do PMDB, que afirmou ter participado de todo o curso, denunciou aquilo que seria uma tentativa por parte do governo de influir nas ações da Assembleia visando facilitar a elaboração de uma constituição que atendesse aos seus interesses (CORREIA, 07/11/2019). Tal perspectiva não era compartilhada pelo governista José do Prado que afirmou ter obtido conhecimentos sobre temas até então desconhecidos: “este curso constitui-se um dos eventos de maior importância antes da instalação do legislativo, porque nem todos nós tínhamos conhecimento do funcionamento de uma assembleia” (ALTO MADEIRA, 19/01/1983, p.3). A desconfiança em relação à generosidade do coronel Jorge Teixeira, afinal, diz o dito popular; “quando a esmola é demais o santo desconfia”, parece confirma-se no fato do professor Joaquim Aguiar ser, desde longa data, próximo ao staff político dirigente, inclusive tendo prestado assessoria sobre a “questão fundiária” durante a gestão Humberto Guedes. Certamente que o exame do material utilizado no curso ou, na falta dele, uma breve análise da produção do eminente jurista, poderá contribuir na elucidação da intencionalidade do executivo ao, recorrendo a outro dito popular, tentar “ensinar o padre a rezar a missa”.

Encerrado ainda em janeiro, o curso de legislação, ao que parece, não teve o resultado esperado, ou seja, falhou em instruir os constituintes sobre a redação de uma constituição e os deputados, como era de se esperar, buscaram outros suportes. No período foram criadas comissões constitucionais de temáticas específicas, cada uma com reduzido número de parlamentares, a composição dependeu da proporcionalidade e o tamanho das bancadas

partidárias, com isso o partido governista fazia maioria, sendo de responsabilidade dos líderes indicarem os respectivos titulares.

Dentre os critérios dos nomes apresentados pelos partidos em cada comissão temática, procurava-se estar condicionado aos perfis profissionais ou formação intelectual dos constituintes (CORREIA, 07/11/2019), embora esta norma nem sempre aconteceu. Num acordo de cavalheiros, os líderes fecharam o seguinte pacto: onde um partido presidisse a comissão, a relatoria caberia ao outro, deste modo a relatoria da versão final estaria nas mãos do PMDB com Amir Lando (ALTO MADEIRA, 25/02/1983, p.3).

As comissões foram subdivididas por letras, A, B, C, D e E, os constituintes estabeleceram no plenário um prazo de 60 dias para concretização dos trabalhos das áreas temáticas e, mais 30 dias para a apreciação do plenário com debates, seguido de votação referendado por 2/3 da casa, os deputados que não integrasse uma comissão poderiam usar da palavra nas reuniões das comissões e, a divisão foi a seguinte:

- A – Responsável por discutir a organização do Estado, disposições Preliminares, competência do estado, municípios e Competência Tributária – Arnaldo Martins, Francisco Nogueira e Manoel Messias (PDS), - PMDB – Ronaldo Aragão e Sérgio Carminato;
- B – Acerca da organização do Estado, Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo – PDS: Amizael Silva, José Prado e Zuca Marcolino, PMDB: Cloter Mota e Sadraque Muniz;
- C: Direitos e da Ordem Econômica e Social, PDS: Márvel Falcão e Genivaldo Souza e Amir Lando (PMDB),
- D: Família, da Educação e da Cultura: PDS – Heitor Júnior e Genivaldo Souza e Amir Lando (PMDB).
- E: Das disposições Gerais e das Disposições Transitórias: Silvernani Souza e Jô Sato (PDS) e João Dias (PMDB) (ALTO MADEIRA, 25/02/1983, p.3).

A comissão B, organização dos poderes de Estado, foi a primeira instalada, obedeceu ao acordo dos líderes, tendo Amizael Silva (PDS) na presidência e Sadraque Muniz (PMDB) como relator. O presidente José Bianco manifestou-se por aguardar propostas vindas da sociedade tendo como referência para os trabalhos a dinâmica adotada na elaboração da Constituição Federal, sem deixar de lado o texto elaborado pelo professor Joaquim Aguiar (ALTO MADEIRA, 26/02/1983, p.4). Sucessivamente as demais comissões foram instalando-se.

Dentre as primeiras propostas divulgadas, no âmbito da comissão constitucional A, repartição das competências, presidida por Arnaldo Martins, foi aventada a isenção de impostos para o setor industrial na Carta Magna, previa-se que o estado conseguiria obter outros impostos com esta estratégia, a notícia agradou empresários da área. O secretário de indústria e Comércio,

Silvio Persivo, considerou boa a ideia, porém entendeu que inserir na constituição fugiria das finalidades da constituinte (ALTO MADEIRA, 18-19/03/1983, p.3-4).

Diversos convites eram distribuídos para entidades ou secretários estaduais palestrarem na constituinte, o presidente do TJ/RO, Fouad Zacarias, fez conferência no dia 8 de março no plenário da Assembleia, atendendo convite da Comissão Constituinte “B”, abordou sobre o Poder Judiciário, defendeu o aumento de 9 para 11 de desembargadores devido ao crescimento da população e, ainda salários compatíveis aos juízes e desembargadores. No uso da palavra, Tomás Correia ponderou que os colegas estavam enfrentando dificuldades em relação ao Direito Constitucional faltando leituras e experiência na matéria jurídica (O GUAPORÉ, 09/03/1983, p.3).

Em seguida, foi a vez do presidente da OAB/RO, Miguel Roumiê, palestrar no dia 10 de março, enfatizando a importância do documento jurídico, citou o jurista português Marcello Caetano, para quem a carta magna estadual deveria sofrer as adaptações que atende-se a carta federal nas áreas relativas à saúde, assistência social, educação, cultura, ordem econômica e social e a família, terminando a conferência com o pedido para que os constituintes incluíssem vagas destinadas ao TJ por indicação da OAB, conforme a Constituição Federal determinava (O GUAPORÉ, 11/03/1983, p.3).

Em 15 de março, Edson Jorge Badra, Procurador Geral da Justiça, palestrou na Assembleia, tratando do papel do Ministério Público (MP) e da diferença entre o MP o Poder Judiciário. O Chefe do MP/RO pediu que a garantia da autonomia do órgão fosse incluída na constituição. Na letra da lei, a nomeação do procurador geral deveria sair de uma lista tríplice, eleita pelos pares com mandato previsto para 2 anos, somente após este procedimento o nome do procurador geral deveria ser submetido a apreciação do governador, quanto a estrutura financeira, solicitou a fixação de receita na lei maior (O GUAPORÉ, 16/03/1983, p.3).

A tranquilidade das audiências rompeu-se no dia 17, o secretário do Interior e Justiça, Arquelau de Paula, ao mencionar a Lei complementar de nº41, teria atribuído ao executivo a transformação de Território em Estado, principalmente a Jorge Teixeira, porém Tomás Correia contestou, mencionando o projeto de lei de Jerônimo Santana em 1974 que teve parecer favorável da Câmara dos Deputados, porém ficou engavetado. Tomás Correia ainda discordou da defesa de excessivos poderes ao executivo e, voltava a discordar da criação do TCE por decreto-lei, Amir Lando reafirmou a posição do líder a este item, dizendo entender ser assunto da Constituinte, porém na sua defesa o convidado afirmou ser um adepto dos princípios liberais (O GUAPORÉ, 18/03/1983, p.3). O jornal opositorista recortou somente este ponto, numa

clara estratégia de mostrar uma oposição combatente, com bagagem jurídica para contestar um dos principais secretários do governador.

No dia 18, coube a José Adelino titular da secretaria de saúde à exposição aos constituintes e, esteve marcada por momentos de atritos, pois Oswaldo Piana questionou a condução da presidência ao permitir falas fora do tema, Oswaldo Piana e Heitor Costa deixaram a sessão depois de desavença com Tomás Correia que elogiou o secretário por responder as duas bancadas com igualdade. O jornal não deu muitos detalhes da fala do convidado, somente frisou que o titular da saúde defendera mais investimentos no setor (O GUAPOORÉ, 19/03/1983, p.3).

Prosseguiu-se as conferências, na data de 24 de março, a cultura esteve na pauta da sessão, Vitor Hugo da Secretaria Estadual de Cultura, Esporte e Turismo (SECET), proferiu palestra na Constituinte, abordando as dificuldades de conduzir a área, defendeu uma estreita ligação com a cultura, salientou não ter ainda em Rondônia um turismo comercial (sua pasta também atendia pelo turismo), e lembrou dos encontros culturais no estado, citando o chimarrão consumido pelos migrantes e o tacacá, prato típico da Amazônia (O GUAPORÉ, 25/03/1983, p.3; ALTO MADEIRA, 25/03/1983, p.3). Os dois periódicos estiveram sintonizados na cobertura desta palestra, o tema ganhou um tratamento respeitoso, a manchete do *Alto Madeira* foi “**SECET QUER Criar Uma cultura Rondoniense**” e, *O Guaporé* completou citando a fala do titular da cultura:

Cabe a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo integrar as diferenças culturais dos migrantes de Rondônia, criando condições propícias a formação de uma identidade cultural legitimamente nossa, o que sem dúvida – disse ele- é fator essencial para a fixação à terra adotiva (O GUAPORÉ, 25/03/1983, p.3).

A mensagem de Vitor Hugo aos constituintes foi de disposição da pasta na integralização dos antigos e novos moradores, percebendo como positivo a presença de múltiplas manifestações culturais existentes na região, possibilitando naquele momento a construção da identidade de Rondônia.

Mas, a palestra do secretário de planejamento José Renato Uchôa, teve repercussão longa, na manhã de 25 de março disse aos deputados que o governo esperava uma classe política bastante ativa, ainda defendeu a agricultura (pequena propriedade) pois segundo o mesmo esta seria a vocação do estado, falou da crise econômica do mercado internacional e o impacto no país (ALTO MADEIRA, 26/03/2018, p.3).

Nos corredores os políticos afirmaram que a SEPLAN era a principal pasta do governo, então o secretário seria “o cérebro do executivo”, devido a isto os oposicionistas não pouparam perguntas. A conferência focou na política agrícola, o secretário fez referência a criação do Mato Grosso do Sul, onde a questão agrícola teria sido fundamental. Questionado pelo líder da oposição sobre a situação das estradas, Renato Uchoa respondeu que a trafegabilidade estava garantida no verão, mas que, devido as condições amazônicas, por outro lado era recuperada a cada ano. Já Ronaldo Aragão, indagou sobre o custo das despesas com publicidade e se o estado tinha participação em alguma empresa do setor, com resposta negativa quanto a segunda e sobre a primeira não tinha como fornecer dados na ocasião, a indagação de Ronaldo Aragão foi justificada com o intuito de sugerir a inclusão na carta um teto de publicidade a ser usado (O GUAPORÉ, 26/03/1983, p.3).

Na avaliação de Josias de Macêdo a conferência do secretário de planejamento, ocorreu positivamente, pelo motivo de responder com êxito as indagações, porém falhou ao responder à pergunta do líder do PMDB sobre as elevadas despesas com as rodovias e estradas, (ALTO MADEIRA, 27/03/1983, p.2), ou seja, perdeu a oportunidade de pôr fim às denúncias do “carcará da oposição”.

Todavia, nos bastidores o governo estava sendo confrontado pelos próprios pedessistas que exigiam mais espaço dentro do executivo e, uma melhora no atendimento dos parlamentares por parte dos secretários do governador. O titular da SEPLAN era visto como aquele que tinha relação mais próxima com Jorge Teixeira, ao mesmo tempo era considerado o mais distante da bancada governista, por isso sua fala foi interpretada como um aceno do governador aos situacionistas (ALTO MADEIRA, 27/03/1983, p.2).

As reclamações sobre a ausência de diálogo por parte do governador com a bancada pedessista iniciaram logo, no começo da constituinte, ao mesmo tempo, tais questionamentos alimentavam a retórica da oposição de luta pelo término de um “governo autoritário”. E, para coroar a empreitada da oposição, o governador Jorge Teixeira, em um evento com prefeitos na cidade de Ouro Preto do Oeste, proferiu críticas aos trabalhos da Assembleia Constituinte ao afirmar que, do ponto de vista legal, os deputados não podiam fiscalizar sua administração, pois não possuíam um regimento da casa, e disse “*Eu poderia mandar para a Assembleia uma Constituição para eles aprovarem ou não*” (o governador estaria respondendo críticas dos deputados com ironia), deputados (não citados na reportagem), regiram com supressa na base governista, inclusive apontando a necessidade de conversar com o governador para esclarecer as suas colocações. Na oposição Jerzy Badocha classificou como desespero a declaração e, por

isso o governador estaria “botando fogo” para atrapalhar os trabalhos da constituinte (ALTO MADEIRA, 05/03/1983, p.1).

Retornaremos mais adiante sobre este episódio e os atritos do executivo com os situacionistas, a priori pode-se afirmar que a conferência de Renato Uchoa aos constituintes foi aquela que levou mais recados políticos e almejou silenciar a oposição, embora o titular da SEPLAN, com auxílio da imprensa, apresentava-se como um quadro estritamente técnico.

E, um dos temas que preocupou os constituintes tangeu a questão fundiária, Ângelo Angelim, afirmou que o tema deveria ser prioritário nos debates da constituinte, com ênfase nas grandes áreas de terras, ao que correspondesse o espaço urbano competia as Câmaras Municipais realizar as regulamentações (O GUAPORÉ, 26/02/1983, p.3), em um pronunciamento Jacob Atallah chegou a tratar especificamente deste assunto (ALTO MADEIRA, 24/03/1983, p.3).

Convidado de Amir Lando, o procurador geral do INCRA em Brasília Almir Morais, na tarde de 10 de abril, esteve na constituinte, com a comunicação “Terras públicas da união e dos Estados” abordando sobre os conflitos entre INCRA e FUNAI, devido o órgão antes de realizar a entrega de terras aos colonos esperava da FUNAI a negativa de área doada não estar em terras indígenas, exemplificando como o setor 10 da gleba Corumbiara (ALTO MADEIRA, 19/04/1983, p.1; O GUAPORÉ, 20/04/1983, p.3). Porém o assunto parecia ser de competência estritamente do governo federal, até hoje a divisão das terras aos respectivos entes federativos é alvo de consultas dos órgãos competentes, o problema das terras públicas permanece.

Mas nesta última conferência, a presidência e alguns deputados passaram por constrangimento, a Assembleia Constituinte negou o uso da tribuna por 40 minutos aos docentes estaduais da ARP (Associação Rondoniense dos Professores), que discorreriam da luta pela redução da carga horária de trabalho de 8 horas diárias e a elaboração de um Estatuto do Magistério, José Bianco jogou a responsabilidade a Amir Lando, que em condição de presidente da Comissão C, não achava elegante fazer o conferencista do dia esperar, acrescentando a justificativa José Bianco dissera que se tivesse tempo disponível, duas pautas seriam vistas, o caso dos professores e o Centenário de Vargas (ALTO MADEIRA, 20/04/1983, p.3; O GUAPORÉ, 20/04/1983, p.3). O *Alto Madeira* amenizou o episódio na terceira página com o título “**Bianco não proibiu os professores**”, salientando que seria dado 20 minutos no plenário, mas a falta de acordo entre o PMDB, impossibilitou a cessão de fala (ALTO MADEIRA, 20/04/1983, p.3), no *O Guaporé* ninguém fora poupado com “**Professorado Não Consegue Ser Ouvido No Plenário Da Assembléia**”, ao término da matéria:

Após encerrada a conferência de Almir Morais, alguns deputados, imprensa e demais presentes comentavam nos corredores da Assembléia Constituinte que o fato ocorrido ontem tornou-se histórico, já que foi o primeiro pedido de apoio feito por uma categoria profissional aos parlamentares do futuro legislativo rondoniano (O GUAPORÉ, 20/04/1983, p.3).

Embora as reivindicações dos professores de acordo o jornal competiria a apreciação dos deputados na fase legislativa, a recusa de escuta das pautas na tribuna pelos constituintes, gerou perplexidade nos jornalistas presentes, além do mal-estar sentido por parlamentares frente a opinião pública, pois se a entidade representativa da educação foi cerceada, o que esperar do cidadão comum ao se dirigir a instituição do povo?

Na oposição havia dois professores, Ângelo Angelim e Jerzy Badocha, o último declarou ser o Estatuto do Magistério, ponto de cobrança da ARP, umas das prioridades do mandato (O GUAPORÉ, 09/02/1983, p.3); e Amizael Silva na campanha de 1982 adotou o slogan “ei de vencer mesmo sendo professor”, com uma carta distribuída aos colegas de profissão e reproduzida no *Alto Madeira*, num trecho dizia:

O que estou tentando dizer-lhe é que sou o elemento indicado para representá-lo (a) na constituinte, porque VIVÊNCIA o magistério seja como professor, secretário ou diretor de estabelecimento de ensino.

Ainda mais: sou de uma família de professores -eu, esposa, sogra, cunhados, filhos e sobrinhos pertencemos à classe.

Portanto, escolha o que é melhor para você: um colega de profissão, a seu serviço, na Assembleia Constituinte deste Estado que você ajudou a fazer (ALTO MADEIRA, 07/08/1982, p.4).

Para conquistar os votos e apoio dos colegas, o então candidato descreveu-se como o mais apto da categoria para representá-los na constituinte, até recorrendo ao parentesco. No episódio em tela a priori a situação teria invertido e colocando o deputado numa situação delicada.

A solução do impasse veio com a formação de uma comissão de deputados nomeados por José Bianco, para acompanhar a entidade nas negociações com o governo estadual, com Amizael Silva, Jacob Atallah, Ângelo Angelim e Jerzy Badocha e, agendou para a terça-feira às 15 horas uma sessão exclusiva para tratarem do assunto (ALTO MADEIRA, 20/04/1983, p.3).

Porém, importante destacar que educação foi tema constante dos deputados, principalmente dos legisladores professores, o próprio Amizael Silva muitas vezes desagradava a pasta da educação pelas cobranças que fazia. Após o episódio dos professores silenciados no parlamento, por meio de discurso escrito, lido pelo colega José do Prado devido a problemas

na voz, defendeu, sem obter êxito, a convocação de entidades da educação, como ARP, nos debates da Constituinte, solicitou mais escolas voltadas para o pré-escolar, principalmente para as pessoas mais pobres, e uma regulamentação na carta magna estadual do ensino religioso, pois embora a Constituição Federal dizia ser opcional, os alunos estavam sendo obrigados a assistir tais cursos (ALTO MADEIRA, 27/04/1983, p.3).

Enquanto isso, o governador acelerou o processo de institucionalização do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, criado através do decreto-lei nº47, expedido no dia 31 de janeiro de 1983³⁹. Na oposição a reação se deu imediatamente, pois os parlamentares discordaram da atitude do chefe do executivo, prometendo derrubar com artigos específicos na constituição a instauração daquele órgão, seguidamente Tomás Correia fazia declarações ácidas do assunto, porém para o líder do PMDB:

Você pode questionar a autorização da lei complementar que concedia ao governador legislar por decreto-lei, e o TCE foi criado por decreto-lei, mas discordo neste item, por entender existir uma restrição, pois tal competência de matéria constitucional seria da Assembleia Constituinte, ainda mais que estava em funcionamento a Assembleia Constituinte, e o caso do TCE foi mencionado na carta. Deste modo, se eu fosse a favor da forma como foi criado o TCE, também poderia aceitar uma constituição através de decreto-lei pelo executivo, e o PDS fez silêncio e defendeu a posição do governo (CORREIA, 07/11/2019).

Seguindo este raciocínio, percebe-se plausibilidade nos argumentos, além de que o órgão é uma extensão do poder legislativo, atuando de maneira a auxiliar na fiscalização do executivo, por este motivo causa estranheza a pressa do governador em compor o colegiado e, indicado sem consultar os legisladores. Realmente os pedessistas deram pouca importância, alguns preferiram em reservado confidenciar aos jornalistas sua discordância⁴⁰.

Outra frente foi na esfera judicial, com uma ação popular impetrada no Tribunal de Justiça, o desembargador Cesar Montenegro, relator da ação contra a criação do TCE, remeteu o processo a vara da Fazenda, entregue ao juiz João Batista Vendramini Fleury, negando o prosseguimento (ALTO MADEIRA, 10/06/1983, p.4; 23/06/1983, p.4). A oposição ainda apresentou recursos nas instâncias superiores e, restava a própria constituinte fazer alterações, porém a oposição não teve sucesso.

³⁹ Foram anunciados no dia 12 de abril, os nomes dos conselheiros: José Melo (secretário da Casa Civil), Bader Massud Jorge (prefeito de Guajará-Mirim), Hélio Máximo Pereira (secretário de Segurança Pública), Zizomar Procópio de Oliveira (secretário da Fazenda), José Batista de Lima (diretor econômico-financeiro da CERON), José Renato Uchôa (secretário estadual de Planejamento), Miguel Roumié (presidente da OAB/RO) e como procurador do TCE/RO, Kazunari Nakashima, foram empossados em cerimônia no Palácio do Governo no dia 22 de abril (ALTO MADEIRA, 13/04/1983, p.3; 23/04/1983, p.4).

⁴⁰ Na coluna Opinião em 30 Linhas, consta que deputados teriam feitas as declarações (ALTO MADEIRA, 13/04/1983, p.2).

Após dias e dias de conferências, as comissões temáticas trabalharam para apresentarem os respectivos relatórios finais, a rotina acontecia normalmente, mas no caminho surgiu um empecilho cuja resolução levou certo tempo, quem seria o relator da constituição?

No mês de março chegou a ser cogitado a troca do deputado Amir Lando no papel de relator geral, conforme o título do *Alto Madeira* datando em 23, “*PMDB Não Aceita Mudança: Relator Da Constituição*”, e na edição de 24, Josias de Macêdo comentou de um possível rompimento do acordo com a mudança afetando a boa relação dos dois partidos (ALTO MADEIRA, 24/03/1983, p.2); de acordo com as afirmações do PDS, subscritas pela imprensa, tratar-se-ia de mais umas das “denúncias” isolada e sem fundamentação do PMDB que, como outras, portanto ficando de escanteio.

Todavia, quando os tramites finais seriam da Comissão de Revisão Final, presidida por José Bianco, o embate da relatoria tomou a pauta e paralisou parcialmente a constituinte, José Bianco e o líder pedessista negaram qualquer acordo que teriam definido Amir Lando como relator do documento, o impasse chegou a tal ponto que o PMDB instituiu uma comissão paralela para redigir a versão final da carta magna (ALTO MADEIRA, 06/05/1983, p.3-5).

Segundo a resolução nº4, votada em 21 de fevereiro no plenário, havia estipulado a data de 22 de abril para os constituintes entregarem seus estudos, mas o relatório da Comissão Constitucional B, sob responsabilidade de Cloter Mota sofreu atrasos propositalmente, justificando que não iria participar do marketing do PDS e, por não dispor de condições adequadas de trabalho no seu gabinete, embora estivesse uma placa na entrada de sua sala na qual constava “trabalhando” (ALTO MADEIRA, 07/05/1983, p.3).

A situação perdurou por vários dias, com trocas de farpas entre as bancadas do PDS e do PMDB, a reunião de 6 maio foi suspensa por causa da falta de quórum, os pedessistas não compareceram ao encontro, numa resposta a uma nota veiculada na imprensa pela oposição, no *Alto Madeira* contém trechos da mesma, no *O Guaporé* a reprodução está completa, num quadrado do lado direito da terceira página. Abaixo partes da nota:

Queremos, portanto, deixar patenteado ao povo de Rondônia, que a propalada abertura democrática estabelecida pelo Presidente da República, ainda não se incorporou à Bancada do PDS deste Estado, cujo Líder, faltando à palavra, comprometeu-se seriamente com os princípios da ética e da moral Parlamentar.

Ao ensejo informamos que a Bancada do PMDB já instituiu uma comissão Constitucional composta pelos seus integrantes, cujo Presidente e relator-geral já foram designados.

O PMDB não fará o papel de mero assessor da Bancada do PDS.

Usurparam o direito do PMDB de participar como legítimo representante de uma ponderada parcela do povo de Rondônia na elaboração da Constituição, obrigando o partido a apresentar projeto próprio, o que não era do seu desejo, pois a Constituição

não deveria ser documento de um partido como deseja o PDS (O GUAPORÈ, 06/05/1983, p.3).

Os opositoristas reiteraram a existência de um acordo firmado entre os líderes, outra vez, tomaram para si, em caráter exclusivo, o qualificativo de “democráticos”, com ironia lançaram dúvidas do real alinhamento dos pedessistas locais a abertura política apregoada pelo chefe do executivo brasileiro, ao mesmo tempo, afirmavam que aquela distensão política estava longe da realidade. Também se ocuparam em demonstrar que continuavam trabalhando numa comissão extra, com isto jogando toda a responsabilidade de atrasos no colo dos governistas.

Durante a maior parte da constituinte, o PMDB sempre dizia que o governo estadual fazia interferências no legislativo, almejando retardar ao máximo de tempo a promulgação da constituição e, desta forma, o governador manteria o controle da agenda legislativa, ou seja, expedindo decreto-lei, a batalha pela relatoria, fora um prato cheio para a oposição exemplificar esta fala.

Todavia, a narrativa continha fragilidades, para o executivo seria muito cômodo a concretização disso, mas naquela altura era de conhecimento público os rachas dentro do PDS, portanto aos pedessistas interessava rapidez na entrega da carta magna, pois, liberados do encargo e respaldados pela constituição, poderiam aumentar a pressão sobre o executivo. E, depois numa declaração, Tomás Correia sugeriu a entrega da presidência da Comissão de Revisão Final ao PMDB, como opção de aceitação pela oposição da relatoria ficar com o PDS⁴¹, esta nova guinada de discurso, leva a questionar se realmente houve o acordo ou se era teste de força para barganhar posto estratégico?

Diante da repercussão da nota da oposição, na manhã de 6 de maio na sala do vice-presidente, Zuca Marcolino, a bancada situacionista reuniu-se para defender-se através de uma manifestação à imprensa e, redigiram uma resposta com o título, “*Ao Público*”, a qual, segundo Jacob Atallah, foi uma resposta a “agressão do PMDB”:

Se alguém está tramando o adiamento da promulgação de nossa carta Constitucional, são os deputados opositorista que, insatisfeitos por não terem o Relator Geral escolhido dentre seus membros, não entregam seus trabalhos, retiram-se das comissões e alegam, infantilmente: “já instituiu uma Comissão Constitucional composta pelos seus integrantes, cujo Presidente e relator geral já foram designados”, atitude que demonstra a imaturidade política daqueles deputados, já que deveriam saber ser isto inviável por ferir frontalmente a Resolução nº 04/83 da Assembleia Constituinte.

A ética e a moral parlamentar foram realmente feridas, mas pela bancada do PMDB, ao publicarem uma nota baseada em pressupostos falsos (ALTO MADEIRA, 07/05/1983, p.3).

⁴¹ALTO MADEIRA. **Tomás: solução é nossa proposta.** 07/05/1983, p.3.

Os pedessistas declaradamente refutaram a existência da definição prévia do deputado relator, por outro lado jogaram na oposição o retardamento da carta magna, ademais deram a entender que o único acordo rompido se deu nas palavras redigidas da nota do PMDB. O documento não esteve no *O Guaporé*, somente no *Alto Madeira*, *A Tribuna* e no *Estadão do Norte* (SILVA, 1984), ou seja, com direito a reprodução nos periódicos alinhados ao PDS.

Enquanto as bancadas não se entediam alguns parlamentares isoladamente tentaram selar um novo acordo ou mesmo atrair dois votos do PMDB para a aprovação do projeto final, José Bianco sugeriu as duas alas parlamentares a indicação de dois relatores de ambos os partidos, porém os deputados do PDS não queriam Amir Lando, alegaram terem sido alvos de ataques do opositor. No campo da oposição Cloter Mota, Jerzy Badocha, Ângelo Angelim e Tomás Correia, empenhados para apresentarem o texto da constituição até o dia 15 de junho, lembravam os pedessistas que eles precisavam de dois votos para aprovar a matéria, acrescentando que o partido fecharia questão do assunto registrada no TRE/RO, por isso a desobediência ao posicionamento do líder do partido levaria a perda do mandato. O escolhido para relatar o projeto final foi Amizael Silva, o qual reconheceu não ter formação acadêmica na área de ciências jurídicas (ALTO MADEIRA, 08/05/1983, p.1-4).

No dia 12 de maio, as duas bancadas voltaram a reunirem-se nas comissões temáticas, Tomás Correia negou ser um recuo, pois a oposição vetaria pontos que não aprovassem, para Jacob Atallah era amostra que as divergências podiam ser deixadas de lado e, Cloter Mota resolveu entregar o relatório retido da Comissão Constitucional B (ALTO MADEIRA, 13/05/1983, p.1). Apesar da trégua com o PDS, a oposição continuava elaborando o texto paralelo e pretendia levar ao plenário na metade de junho, antes seria enviado a OAB, MP, TJ e sindicatos para debaterem as propostas (ALTO MADEIRA, 17/05/1983, p.7).

Em dezenove de maio, os parlamentares receberam a versão preliminar da carta magna, ao todo o projeto tinha 234 artigos, mas na sessão daquele dia uma proposta do presidente José Bianco, de interromper as reuniões plenárias até a aprovação da constituição, abriu outro atrito com a oposição, o PMDB queria mais uma sessão para expor o projeto de constituição da oposição, porém o PDS tinha toda a bancada no encontro e impôs veto no PMDB, assim ficou decidido que somente haveria sessão com debates do texto final no plenário, levando Tomás Correia instruir a sua bancada para não comparecer mais na comissão de revisão (ALTO MADEIRA, 20/05/1983, p.1-3).

José Bianco explicou a proposição alegando que a oposição só queria tumultuar, quanto ao projeto deles que fosse levado a comissão de revisão, quanto a questão dos dois terços

dissera que sua bancada estaria sempre nas convocações de reunião constitucional e esperaria bom senso dos opositores, para Cloter Mota aquilo seria um AI-5 na casa (ALTO MADEIRA, 20/05/1983, p.3). Seguiu-se trocas de acusações, Tomás Correia enviou uma carta ao presidente da UPI (União Parlamentar Interestadual), o deputado catarinense Moacy Bertolli, acusando o fechamento do parlamento:

Com essa manobra evidencia-se o desejo do PDS de retardar ainda mais a promulgação da Constituição do Estado, favorecendo o coronel governador nomeado que continuará legislando por decreto-lei, tornando-se assim um autêntico senhor feudal” (ALTO MADEIRA, 21/05/1983, p.3).

Novamente a oposição seguia o enredo de interferências externas na constituinte, e agora com medidas autoritárias para barrar as vozes discordantes. Com isto o partido construía com outros argumentos a memória de autênticos democráticos cujos direitos foram vilipendiados.

Por meio dos jornais, os presidentes regionais dos partidos entraram na cena, Jerônimo Santana do PMDB publicou uma nota. *O Guaporé* divulgou somente a versão da oposição e o *Alto Madeira* não informou a autoria, o cacique peemedebista comparou o caso a fase de fechamento do Congresso Nacional:

A medida relembra os macabros tempos dos atos institucionais, quando as casas parlamentares foram fechadas a baionetas de fuzis e metralhadoras. Com objetivos escusos, contando com o apoio da bancada do PDS, o presidente da Assembléia Constituinte fechou aquela casa em tal desrespeito ao povo de Rondônia e aos princípios democráticos.

O PMDB condena veemente o autoritarismo e a ditadura implantada na Assembléia Constituinte pelo PDS, onde seus parlamentares, maioria, funcionam apenas para aplaudirem o coronel governador, em detrimento dos princípios e dos anseios do povo rondoniense traindo os seus compromissos assumidos na última campanha eleitoral (O GUAPORÉ, 27/05/1983, p.3).

Reforçando a narrativa de Tomás Correia, o presidente do PMDB, o ex-deputado federal Jerônimo Santana, avaliava que a situação era gravíssima, pois as manobras do partido governista desrespeitaram os princípios democráticos para satisfazer o governador

Mas, os peemedebistas entregaram o projeto alternativo de constituição, construído em meio a disputa, na ocasião o presidente da Assembleia Constituinte pediu para que os opositores retornassem a comissão de Revisão Final (O GUAPORÉ, 26/05/1983, p.3), o ato possibilitou a oposição responder os questionamentos da autenticidade do material reiterando críticas a postura autoritária dos pedessistas.

Ademais, os deputados da oposição não gostaram das palavras de José Bianco sobre o projeto constitucional do PMDB, o qual denominou de “sugestões”, Amir Lando dissera que o projeto de constituição entregue, não fosse debatido entre os pares, a oposição recorreria a Justiça com mandato de segurança contra a presidência da Assembleia Constituinte. Assim como o PDS tinha o seu projeto de constituição, a oposição havia elaborado a sua constituição e, como os situacionistas, também possuía o direito de discutir o projeto no parlamento (ALTO MADEIRA, 26/05/1983, p.3).

Claudionor Roriz manifestou apoio a atitude da bancada pedessista e a seu líder José Bianco refutando a tese de que a Assembleia foi fechada, tratar-se-ia de apenas de uma suspensão das atividades necessária para que a carta magna fosse acelerada. Acusou o PMDB de retardar a promulgação da Constituição para reforçar o discurso de que o povo de Rondônia estaria sendo governados por decreto-lei, e, arrematou acusando de autoritária e ditatorial a presidência do PMDB / RO (ALTO MADEIRA, 27/05/1983, p.3). O contraditório do senador esteve na terceira página por “coincidência”.

A trégua aconteceu parcialmente com o anúncio feito por Cloter Mota, o qual a bancada do PMDB confirmava presença nas sessões de debates do anteprojeto e, o relator da carta magna elogiava publicamente o material de autoria da oposição, porém algumas divergências permaneceram, o PMDB não aceitava a forma de instauração do TCE/RO, o que poderia haver destaque no documento final (ALTO MADEIRA, 28/05/1983, p.4; 31/05/1983, p.3).

Depois, Arnaldo Martins confirmou que muitos itens do projeto oposicionista tinham sido debatidos na comissão de revisão e seriam acolhidos, dentre eles, o tempo de ausência do governador fora do Estado, sem a necessidade de transmissão do cargo definido em 10 dias, antes era de 15 dias (proposta da comissão de revisão). Outra pauta inserida discorreria da autorização dada ao governador para intervir nos municípios somente com aval do legislativo, sendo necessário 2/3 dos votos dos deputados, a mesma porcentagem a ser aplicada para a cassação de um parlamentar, além disso ficaria proibido a nomeação de parentes de até 2º grau do Governador, vice-governador, presidentes da Assembleia e do TJ ou secretários, sem a realização de concurso (ALTO MADEIRA, 31/05/1983, p.3).

É inegável os avanços feitos pelos constituintes mesmos sobre atritos internos e setoriais, esforçaram-se constantemente para não paralisar a redação dos artigos do anteprojeto e, no momento propício, exporem aquilo que foi produzido nos gabinetes. Paulatinamente a sociedade tinha acesso às informações do texto final, como a fixação do orçamento destinado a alguns órgãos e poderes:

Tabela 1 - Teto Constitucional do Orçamento dos Poderes

Órgão	Percentual	Valor
Poder Judiciário	4%	1,849 bilhão
Poder Legislativo	3%	1,380 bilhão
Ministério Público	2%	920 milhões
Tribunal de Contas	1%	460 milhões

Fonte: Adaptação do Alto Madeira, 24/05/1983, p.3.

A priori, a oposição contestou somente a receita do TCE/RO, pois discordava da legalidade de sua institucionalização e ainda sonhava com a possibilidade de derrubar o decreto-lei de criação do órgão, inclusive recorrendo a apresentação de destaque nas votações do anteprojeto constitucional.

Outra novidade se deu na questão do ensino religioso, cuja oferta, por parte da escola seria obrigatória, contudo a matrícula ficaria a cargo da livre escolha do discente. Ficou estipulado que quando os matriculados não corresponderem a 30%, a escola deveria proporcionar atividades de lazer ou programações extraclasses aos demais alunos (ALTO MADEIRA, 24/05/1983, p.3).

O texto da constituição contava com assessoria constitucional de Murilo Cantu, cedido pela UPI, a revisão gramatical sendo feita desde o dia 26 pelos professores Luci Michalski (UNIR) Luiz G. Medeiros, Vanessa Darwich, Antônio Gonçalves (Núcleo da UFPA / RO) e Gerson Magalhães (SEDUC), (ALTO MADEIRA, 24-27/05/1983, p.3).

Treze propostas da oposição foram inseridas no anteprojeto, entre eles um item de Cloter Mota, prevendo o destino dos recursos auferidos com as multas do Detran e outras arrecadações, revertidos as cidades de origem, e também de um artigo específico aos servidores públicos, contemplados com uma bonificação, semelhante a remuneração-base do contrato (mas em gratificação), paga no mês de dezembro de cada ano (ALTO MADEIRA, 02/06/1983, p.3).

Alguns deputados e o líder do PDS discordaram do item relativo ao Ministério Público, contemplados na proposta do PMDB, como aquele que garantia a inamovibilidade dos promotores e igualdade de salários aos membros do MP e os juizes de Direito, alegaram serem

inconstitucionais como a exemplo da carta de Minas Gerais, mas Tomás Correia bateu o martelo no tópico.

O líder da oposição sofreu até dentro do partido reclamações pelo empenho nos pedidos dos membros do Ministério Público, muitos entendiam que o próprio peemedebista seria beneficiado com as prerrogativas inseridas no anteprojeto, devido ao cargo público de procurador, todavia pertencia a esfera federal e aqueles itens atendiam aos procuradores estaduais.

Contudo, no dia 6 de junho, os deputados constituintes receberam do presidente José Bianco telegrama da comunicação da Sessão Plenária de leitura do anteprojeto, para 7 de junho, caberia ao rondoniense Oswaldo Piana, primeiro secretário da mesa diretora realizar a leitura, o parlamentar afirmou na véspera estar ansioso e frisou que seria o momento de relevância para os nascidos na terra e para aqueles que residiam no estado (ALTO MADEIRA, 07/06/1983, p.4).

Desta forma, numa sessão esvaziada presenciada pelos poucos funcionários da casa e de promotores, o anteprojeto foi lido pelos secretários alternadamente, na metade da reunião só estavam na galeria 10 pessoas (ALTO MADEIRA, 08/06/1983, p.1-3), o matutino preferiu enfatizar isto com a manchete “*Falta De Interesse Pela Leitura Da Constituição*”, todavia não se perguntou das razões, *O Guaporé* alfinetou “*Sob Expectativa Do Povo de Rondônia: Assembléia Volta A Funcionar*”, porém a população estava longe daquela reabertura dos debates plenários.

A presença dos integrantes do MP causou repercussão com informações divulgadas sobre vetos judiciais sobre tópicos da carta magna que versavam sobre o órgão, Rostrand Agra, presidente em exercício da Associação do Ministério Público de RO, afirmou que somente os constituintes decidiriam a constitucionalidade das matérias, portanto deveriam trabalhar sem sofrerem pressões (ALTO MADEIRA, 08/06/1983, p.5), esta entidade foi a que registrou maior circulação na Assembleia Constituinte, uma das únicas detectadas na pesquisa, frequentemente pressionando, com sucesso, pela inclusão de suas propostas na constituinte.

Os passos seguintes deram-se nos debates de artigo por artigo, na oposição numa reunião deliberada pela bancada, cada deputado, afinado com suas áreas, tomariam a frente, assuntos do Judiciário ficaram com Amir Lando e da saúde com Ronaldo Aragão, na questão do TCE/RO, Tomás Correia recuou, e a oposição proporia em lei complementar o número de conselheiros (ALTO MADEIRA, 08/06/1983, p.3).

Enquanto as sessões de debates aconteciam, alguns parlamentares contatavam juristas para dar suporte ao anteprojeto, o reitor da UNB, José Carlos de Azevedo, em portaria

publicada, criou uma comissão de professores: presidente, Josafá Marinho, e como membros, José Francisco Paez Landim, Oziris Lopes de Azevedo Filho e Intuna Evangelista Weintr, para assessorem os deputados Cloter Mota e Amizael Silva nos últimos detalhes da carta magna (ALTO MADEIRA, 10/06/1983, p.4).

O docente da UFRJ, Alberto Cotrim⁴², atendendo convite de José Bianco reuniu-se com os deputados constituintes em 10 de junho na própria sede do legislativo, elogiou o projeto da carta magna, a respeito do TCE/RO não viu inconstitucionalidade, no capítulo dos municípios estranhou o detalhamento (ALTO MADEIRA, 11/06/1983, p.1).

Internamente os parlamentares faziam as modificações a todo vapor, José do Prado se empenhava para a nomeação do Procurador Geral do Estado se dar através de uma lista tríplice feita pelos procuradores, citava como exemplo os casos do Paraná e São Paulo (ALTO MADEIRA, 17/06/1983, p.4); Oswaldo Piana teria incluído no anteprojeto da Constituição tópicos referentes ao combate à febre aftosa do rebanho bovino, este item atendeu a pedido de Nagato Nakashima, presidente da Associação de Medicina Veterinária de Rondônia (O GUAPORÉ, 05/06/1983, p.3).

Também o relator acatou uma emenda do deputado Walderedo Paiva, assegurando estabilidade aos servidores estaduais, contratados até 31 de dezembro de 1982, sendo inserida no artigo 242 do anteprojeto de constituição (ALTO MADEIRA, 14/07/1983, p.3).

Tudo indicava o término daquele capítulo no legislativo, o PMDB e o PDS tinham feito as pazes, mas o governador Jorge Teixeira impetrou uma ação na justiça contra o líder do PMDB acusando-o de calúnia e difamação⁴³, após o parlamentar, numa entrevista à rádio Eldorado, no dia 27 de maio, afirmar que o partido do governo só venceu as eleições de 1982 com uso de verbas ilícitas da administração pública (ALTO MADEIRA, 15/06/1983, p.3).

Havia acordo entre os líderes de suspensão de sessões plenárias até a promulgação da carta magna, mas no dia anterior houve uma sessão e, Ronaldo Aragão foi o único a discursar, comentou o fato manifestando solidariedade ao líder do partido, convalidava a fala de Tomás Correia de que a vitória do PDS se deu por irregularidades (O GUAPORÉ, 16/06/1983, p.3).

⁴²Ocupava a cadeira de Direito Público na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (ALTO MADEIRA, 15/06/1983, p.3).

⁴³Segundo o *Alto Madeira*, o parlamentar se fosse condenado cumpriria pena de prisão calculada em 30 meses, acrescida de multa em torno de 6 mil cruzeiros (ALTO MADEIRA, 17/06/1983, p.1). O opositor recebeu telegramas de solidariedade de manifestação de apoio sobre o processo, os autores das mensagens era Ulisses Guimarães (presidente nacional do PMDB) e do senador Humberto Lucena, este disse que um telex de Tomás Correia foi lido no plenário do Senado pelo senador Mário Mota (O GUAPORÉ, 28/06/1983, p.3). Os processos movidos por Jorge Teixeira contra o líder do PMDB foram prescritos (CORREIA, 07/11/2019).

Jacob Atallah, ausente na sessão, falou em rompimento de acordo pelo líder do PMDB com o discurso do colega, todavia em anonimato um deputado do PDS questionou a atitude do governador de processar o líder da oposição e, Heitor Costa foi mais enfático, disse que o chefe do executivo deveria ter ouvido primeiro a bancada governista, queixou-se da desatenção dos secretários para com os deputados, prometendo falar sobre isso em reunião com o governador, e foi além: “[...] O governador corre o risco de ficar em minoria na Assembléia, justamente porque toma posições de caráter político sem qualquer participação nossa” (ALTO MADEIRA, 16/06/1983, p.4).

Na verdade, a situação piorava entre governistas e executivo, apesar de alguns pedessistas terem optado por não comentar a declaração de Heitor Costa, tendo em vista garantir o avanço dos trabalhos de revisão do anteprojeto. Jacob Atallah pôs panos quentes na fala do colega, no governo estadual Eudes Lustosa mostrou-se surpreso com a declaração, alegando estar o governador exercendo o direito de defesa (ALTO MADEIRA, 17/06/1983, p.3).

Na tiragem de 30 de junho, o *Alto Madeira* publicou em anexo um suplemento especial do anteprojeto contendo 20 páginas, fazendo uma breve retrospectiva de episódios da elaboração do documento, abarcando os conflitos pela relatoria e os convites para os constituintes ouvirem as entidades e palestrantes.

Reservou-se um espaço especial para o comentário do relator a respeito dos trabalhos da Comissão D, responsável pela À Família, A Educação e À Cultura – composta por Sadraque Muniz (presidente), Genivaldo Souza e Heitor Costa (relator). Entre os vários temas abordados na comissão, incentivo ao esporte, turismo, preservação de sítios arqueológicos, as matérias referentes a educação e a elaboração, em lei complementar, do estatuto do magistério foram aqueles que receberam maior atenção por parte dos constituintes (ALTO MADEIRA, **Suplemento Especial**, p.11), por isso:

[...] Quis também a Comissão “D”, que a vocação agrícola de Rondônia fosse premiada com escolas de ensino técnico, naturalmente atendendo as peculiaridades de cada região do território rondoniano (ALTO MADEIRA, **Suplemento Especial**, p.11).

Ao defender a “vocação agrícola” do estado, inclusive privilegiando o ensino técnico voltado para os interesses da agropecuária, os deputados não faziam mais do que naturalizar o avanço das frentes de expansão agropecuárias em detrimento de outras experiências e projetos de sociedade. E, reproduzia-se, localmente, o mito fundante do Brasil, segundo o qual da terra, transformada em valor, viria o sustentáculo do país.

Num estado com grande concentração de evangélicos, a providência divina, através da figura do relator geral, não poderia deixar de ser acionada tendo em vista “proteção” dos constituintes que, embora eleitos pelo povo e seus representantes, também colocavam-se na posição de fiéis que “acatavam” a vontade de deus:

Como vimos, os senhores membros das Comissões, além de aceitamos a delegação auferida através do voto secreto e direto, eleitos portanto, ainda invocamos a proteção de Deus para confiarmos ou decretarmos a Lei, em evidente demonstração de acatamento à demonstração de fé religiosa (ALTO MADEIRA, 02/07/1983, p.3).

Em outras palavras, a importância do sufrágio na delegação de poderes aos deputados foi crucial no processo, todavia nas considerações do relator os constituintes pediram resguardas divinas na segurança dos mesmos. Maria Lúcia Montes pondera que nas décadas de 1980/1990, o país presenciou muitas novidades na arena política e econômica, cada qual responderiam aos desafios da nação que buscava reinventa-se, e o campo religioso acompanhou todas estas conjunturas, adaptando-se para integrar-se a nova ordem. Também se adaptando, a religião, diante de tudo isso, mantivera-se como força presente entre os brasileiros (as), impactando nas fronteiras do público e o privado (MONTES, 1998, p.170).

Com todos os ajustes prontos, os constituintes reuniram-se para aprovar, em dois turnos, o anteprojeto. Tomás Correia tentou adiantar a promulgação, mas Jacob Atallah discordou e José Bianco tomou para si a decisão final. No dia 15 de julho, em sessão extraordinária, realizada numa sexta-feira, os constituintes votaram o projeto da Constituição. O líder do PMDB encaminhou o voto da bancada com restrições aos seguintes itens do relatório: elogios à transição política de Figueiredo; adoção de um modelo tributário igual ao praticado pela União, visto como nocivo ao estado federado; a permanência de decreto-lei, vista como inconstitucional; o poder de nomear prefeitos, “ato contra o qual nos curvamos, mas não concordamos”; pouco poder de decisão dado ao legislativo e “cerceamento das prerrogativas” (ALTO MADEIRA, 16/07/1983, p.3).

A sessão começou as 9h5 e terminou as 12h10. A votação durou 6 minutos, a bancada do PDS disse “sim” e os do PMDB “sim, com as restrições expostas pela liderança” (ALTO MADEIRA, p.3, 16/07/1983). Desta vez, segundo o *Alto Madeira*, a galeria da casa estava lotada (ALTO MADEIRA, 17/07/1983, p.1). Ainda na sessão solene de 15 de julho, o líder do PMDB tinha proposto acelerar a promulgação da constituição para o dia 16 de julho, alegou a existência de um pacote do executivo que esvaziaria o poder legislativo, dentre os decretos-leis estariam os Estatutos da Polícia Civil, Funcionários Públicos e Magistério, mas o líder do PDS

discordou da proposição e José Bianco tomou para si a agenda da promulgação, e o governador Jorge Teixeira descartou enfaticamente expedir tais decretos-lei. A sessão de 16 de julho marcou a votação em segundo turno do texto constitucional, mantidas as restrições por parte da oposição, a carta foi aprovada finalizando os trabalhos da constituinte (ALTO MADEIRA, 16-19/07/1983, p.3).

O passo seguinte aconteceria com a festa de promulgação, nas dependências do ginásio Claudio Coutinho que contaria com convidados ilustres, no dia 19 de julho, após reunião com os líderes o presidente da casa marcou para 6 de agosto o grande dia (ALTO MADEIRA, 20/07/1983, p.3).

Festa sempre lembra alegria, mas o ditado brasileiro diz que “nem tudo que reluz é ouro”, portanto quem seriam os agraciados com aqueles convites dos constituintes, e por que foram selecionados? Com esta pequena curiosidade passaremos ao exame da sessão de promulgação da primeira carta magna rondoniense.

2.4 A Festa de Promulgação

[...] E o interessante é que com esse ... (**palavra inelegível**) de milhões de cruzeiros, não vai sobrar quase nada para o povo, talvez uma missa e uma partida de futebol. O restante o povão só terá o direito de ouvir pelo rádio ou ver pela televisão. Os deputados e seus ilustres convidados é que irão se banquetear (ALTO MADEIRA, 23/07/1983, p.6 **Grifos nosso**).

O colunista João Tavares expusera indignação com as primeiras informações da promulgação da constituição, como a possibilidade de torneio de futebol de um time de futebol nacional, ou pode-se dizer pessimista, pois a população em geral seria desconvidada do ato, apesar de sua relevância para o estado de Rondônia, mas será que se concretizou aquela perspectiva?

Sabe-se que, independentemente de tempo e lugar, festas geram despesas, porém manobrar o dinheiro público exige responsabilidade, ainda mais num país tão desigual, num período, a década de 1980, marcado por dificuldades financeiras, quando os mais pobres eram duramente atingidos pela recessão econômica e por uma inflação “galopante” que, do dia para noite, corroía os proventos dos trabalhadores. Para pôr em vigor a lei maior do estado, os constituintes tinham agendado uma festa, todavia, dependendo dos valores gastos, qual seria a impressão da opinião pública, justamente quando os civis, eleitos pelo voto popular, retomavam o protagonismo da administração pública.

O PMDB aventou a possibilidade de uma festa popular em frente ao prédio da ALE/RO, com o fechamento da avenida Major Amarante e a CERON providenciando as instalações de iluminação para o dia, até o tempo ajudaria, pois, naquela fase do ano o inverno amazônico estaria cessado, haveria a presença de lideranças do partido como o presidente interino nacional, Teotônio Vilela e o líder na Câmara Federal, Feitas Nobre e o senador Humberto Lucena (ALTO MADEIRA, 09/07/1983, p.1-3), e o *Alto Madeira* elogiou o projeto piloto da bancada oposicionista, pois além de João Figueiredo, estaria as estrelas do PT e do PDS, assim o povo contemplaria a energia democrática do momento (ALTO MADEIRA, 10/07/1983, p.2).

Todavia, cabia a comissão organizadora formada pelos deputados Ronaldo Aragão, Oswaldo Piana e Walderedo Paiva (presidente da mesma), designada pela presidência da Assembleia Constituinte fazerem os preparativos (ALTO MADEIRA, 20/07/1983, p.3). E, aos poucos apresentaram o roteiro:

- Na parte religiosa, culto ecumênico e missa de ação de graças, em seguida distribuição de medalhas aos deputados constituintes e, homenagens aos demais presidentes dos legislativos estaduais, e aos ministros Mário Andreazza, Cesar Calls, Haroldo Matos e Abi-Ackel e Cloratino Severo, além de Darci Ferreira (presidente do TRE/RO).

- Almoço na residência do empresário José Ribeiro (localizado nas margens da cachoeira de Santo Antônio), com governadores da Amazônia, gestores dos municípios rondonienses e, os presidentes dos legislativos municipais. Também, partida de futebol no estádio Aluízio Ferreira de Oliveira, de um time com jogadores da capital, Ji-paraná, Guajará-Mirim, Ariquemes e Vilhena contra um time grande, Corinthians e Flamengo tinham sido contatados no dia 20.

- A promulgação seria no ginásio Claudio Coutinho, no período noturno, seriam utilizados 700 metros de carpete para não danificar o piso do local, aguardava-se a presença do presidente da república em exercício. Depois haveria um coquetel no restaurante do servidor público, somente para os convidados e os anfitriões. Walderedo Paiva conversaria com o governador para checar o apoio do governo estadual na festa. Por fim tudo ficaria na casa dos 30 milhões de cruzeiros (ALTO MADEIRA, 21/07/1983, p.3).

Toda organização era para atender 1600 convidados de honra, conforme distribuição das cotas aos constituintes, que individualmente poderiam convidar 50 pessoas, ainda teriam ministros de estado, o presidente da república em exercício Aureliano Chaves (João Figueiredo estava em Cleveland em tratamento de saúde), prefeitos etc. (ALTO MADEIRA, 30/07/1983, p.1).

Aos poucos, Walderedo Paiva, confirmava presença dos presidentes das Assembleias Legislativas estaduais e, esperava um grande público mediante mobilização dos líderes de categorias profissionais e associações de bairros de Porto Velho (ALTO MADEIRA, 23/07/1983, p.3).

Em relação aos convidados, muitos dos contemplados eram os possíveis chefes de delegações de eleitores do colégio eleitoral de 1985, tratava-se de uma oportunidade que os principais postulantes não deixariam perder, e Jorge Teixeira convidou o correligionário, Mário Andrezza.

No passado, o governador dava as ordens e ajudava na publicitação do aliado político, agora os legisladores do seu partido, que estavam descontentes com o executivo, convidaram outros personagens, distante das relações do governador, como, por exemplo, um certo Paulo Salim Maluf.

O convite ao político paulista⁴⁴ esteve no centro das atenções, o *Alto Madeira* trouxe na capa do quinto dia de agosto “*É ou não é convidado oficial para a promulgação? Maluf Causa Celeuma Entre Os Deputados*”, Heitor Costa justificou o convite a Paulo Maluf em nome da Casa, mas Walderedo Paiva e Ronaldo Aragão negaram e atribuíram o caso como convite do deputado e não da Assembleia Constituinte, independentemente o paulista chegaria às 16 horas em jato particular e seria recepcionado por políticos de seu grupo no aeroporto da capital (ALTO MADEIRA, 05/08/1983, p.4).

Semanas anteriores ao término da Assembleia Constituinte, os jornais tinham publicado matérias envolvendo denúncias de corrupção de Paulo Maluf, ao mesmo tempo, falaram do aumento de apoios a sua candidatura rumo ao Planalto, tendo ganhado simpatizantes no território rondoniense, dando origem uma ala de malufistas na ALE/RO (no próximo capítulo adentraremos no assunto).

Na tiragem de 18 de junho, véspera da convenção regional do PDS, no segundo caderno do *Alto Madeira*, um parágrafo solto, falava sobre a insatisfação dos generais com um

⁴⁴ Por meio de contato telefônico com a secretaria da presidência e a assessoria de comunicação da ALE/RO, a instituição informou indispor de documentação contendo a lista de convidados oficiais ou mesmo de assuntos deste ano, pois muita documentação não está nos arquivos, destarte indicaram conversa com o jornalista Lúcio Albuquerque então assessor de imprensa da época. Durante a entrevista o mesmo disse não ter como apresentar o convite, mas que Paulo Maluf estivera na condição de convidado da entidade (ALBURQUEQUE, 18/10/2019). Acerca da resposta da ALE/RO ao nosso pedido, deve-se registrar que nas comemorações dos 37 anos da promulgação da Constituição de 1983, a comissão organizadora do evento recorreu aos jornais do Centro de Documentação do Museu da Memória Rondoniense, ademais no telefone as atendentes disseram desconhecer que a Biblioteca Municipal Francisco Meirelles guarda o enorme acervo de jornais contemplando o período em questão.

candidato à sucessão da presidência devido a escândalos de corrupção que, por assim dizer, acompanhavam sua biografia, embora sem citar o nome, tratava-se de Paulo Maluf.

Em maio *O Guaporé*, na segunda página, no título de uma reportagem “*VASP Paga 1 Bilhão Pelas “Cortesias” De Maluf*”, narra sobre um relatório da Casa Civil de São Paulo, contendo dados das despesas com passagens aéreas dos governos de Paulo Maluf e José Maria Marin, verbas públicas usadas para fins privados teriam chegado a mais de 1,2 bilhão de cruzeiros com amigos e familiares de Paulo Maluf, como, por exemplo, nas férias pagas a família do ex-deputado Manoel Sala para Salvador (O GUAPORÉ, 26/05/1983, p.2).

Naquele ano o periódico tecia elogios ao governo de Franco Montoro, por isso, desconstruía as gestões anteriores do PDS, e a auditoria sobre os aliados de Paulo Maluf, era prato cheio, com isto mostrava o quanto nos anos sombrios do país, a corrupção esteve debaixo dos tapetes e que muito dinheiro público havia sido gasto com mordomias para os aliados da ditadura civil-militar.

Voltando aos antecedentes da promulgação, o executivo estadual e o poder legislativo estranharam-se devido ao convite do político paulista, circulando o boato de uma possível ausência de Mário Andreazza em virtude da presença do seu principal adversário (ALTO MADEIRA, 06/08/1983, p.2).

Mas, desde o quarto dia de agosto os convidados começavam a chegar, para recebê-los a Assembleia Constituinte locou automóveis e, emprestou veículos de instituições federais e estaduais, ainda o governo estadual cedeu dois ônibus para circulação, no dia 5 representando Sergipe, vieram Leopoldo Souza (PMDB), Reinaldo Moura e Luiz Machado (PDS) ambos recepcionados por Amizael Silva (ALTO MADEIRA, 06/08/1983, p.3).

50 motoqueiros, representantes do interior rondoniense aguardavam para às 16 horas o desembarque de Paulo Maluf no aeroporto da capital, Heitor Costa citando a agenda disse que haveria um jantar do paulista com líderes do PDS naquela data, e no sábado se reuniria com a executiva do PDS estadual no prédio do diretório (ALTO MADEIRA, 06/08/1983, p.3).

No dia seguinte, Paulo Maluf desembarcou em Porto Velho num avião da TAM, abraçado na chegada pelo presidente regional do PDS /RO, Desival Ribeiro, além de quatro deputados federais, dos estaduais Amizael Silva, Silvernani Santos e Oswaldo Piana (justificou que estava como vice-presidente do partido) e, as palavras do deputado paulista agradaram os pedessista locais, pois teria seguido na linha de raciocínio de José Sarney e falado duro com a tecnocracia do governo frente aos problemas econômicos, acrescentando que os políticos precisavam de mais espaço neste assunto (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.3-8).

O governador Jorge Teixeira estava bastante irritado com a presença do ex-governador paulista, enquanto aguardava no aeroporto a chegada de Mário Andreazza, para os jornalistas comentou sobre a vinda de Paulo Maluf dizendo ser natural pelo fato da sua nacionalidade o garantir isso, o mesmo tratamento também podia estender-se à Carlos Prestes, ou seja, teria boa recepção, porém não aceitaria presentes do pedessista, citou exemplo de uma ambulância: “Se ele vier com esse negócio de doar ambulância para nós eu joga no rio” (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.3).

Mário Andreazza desembarcou em Porto Velho acompanhado de José Sarney, ambos foram recepcionados por Jorge Teixeira e o ministro da justiça Abi- Ackel, era a quarta visita que o titular do Interior fazia ao estado naquele ano, ao ser questionado por jornalistas se visitaria os convencionais, disse que não procurava votos naquela ocasião, o questionamento se deu devido a agenda de Paulo Maluf que visitaria todos os deputados estaduais que moravam na capital e dos convencionais pedessistas (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.3).

As festividades começaram às 7:30 do dia 6 de agosto, no Palácio Getúlio Vargas, houve o hasteamento da bandeira por Jorge Teixeira e José Bianco, ao som da banda da PM/RO tocando o Hino Nacional, em seguida as autoridades dirigiram-se a catedral Metropolitana, onde participaram de uma missa celebrada pelo arcebispo da capital, D. José Martins, iniciada com a leitura de abertura pelo comandante, Cel. Lauro Magalhães, o qual cobrou dos deputados a fé em Deus, por último por volta das 10:50, no prédio da ALE/RO, foram distribuídos medalhas e diplomas para os colaboradores da fase constituinte, entre os agraciados, Darci Ferreira, Hélio Fonseca, deputados federais e estaduais do estado (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.6).

O ginásio Claudio Coutinho foi decorado com tapete vermelho e ornamentado com plantas verdes, e os assentos foram planejados para dar visibilidade a mesa de honra. Paulo Maluf foi o primeiro a entrar, ladeado pelos senadores Galvão Modesto e Odacir Soares, dos deputados federais, Assis Canuto, Rita Furtado, Francisco Sales e do peemedebista Orestes Muniz, sendo saudado pela banda da PM/RO, honraria dispensada aos convidados oficiais (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.8).

Paulo Maluf estava sentado na primeira fila, lugar destinado aos convidados especiais, recebendo cumprimentos e dividindo os aplausos com Mário Andreazza. O político paulista encontrou um antigo correligionário, Zuca Marcolino que recusou abraçá-lo, afirmando que se fosse convencional não votaria em Maluf, lembrou de promessas não cumpridas quando foram aliados em São Paulo (ALTO MADEIRA, 07-10/08/1983, p.8-5).

O comportamento de Mário Andreazza teria sido considerado por aliados como “formal demais”, diferente do paulista, que quando se dirigia aos parlamentares chamou-os pelos nomes, mostrou-se conhecedor da história de Rondônia e não dispensou cumprimentos. Naquela festa participaram 50 deputados do PMDB e PDS, 15 presidentes de Assembleias Legislativas, por isso na perspectiva dos correligionários do ministro do interior, ele perdera uma grande oportunidade de aproximação com a classe política, pois Paulo Maluf visitou os delegados regionais (dois deputados delegados) e, conforme Heitor Costa, o paulista fizera questão de se apresentar como “político” (ALTO MADEIRA, 09/08/1983, p.3).

A solenidade tinha reunido futuros chefe de delegações ou mesmo eleitores do colégio eleitoral na sucessão presidencial, portanto na avaliação dos aliados, o parlamentar paulista tinha conquistado os ilustres convidados, ou seja, aquela solenidade serviu de palanque para os principais candidatos do PDS. Fato demonstrado na ênfase dada na edição de cobertura do evento pelo *Alto Madeira* destacando o desempenho dos principais presidenciáveis. Diferentemente de outros eventos comemorativos no estado, quando somente o titular do interior e o governador eram os destaques da imprensa, na promulgação Mário Andreazza dividiu a manchete com Paulo Maluf.

Todavia, questiona-se onde estava o povo no meio de tanta pomposidade da festa? Distante de tudo aquilo, pois a maioria do público externo acomodado na arquibancada, era composta de pessoas ligadas aos grupos partidários tais como, de Jerônimo Santana representante de Ulisses Guimarães, presidente nacional do partido, o qual recebeu mais aplausos em comparação aos outros componentes da mesa, e Múcio Athayde, que distribuía chapéus com seu nome ao público, em outra ala estava pessoas segurando faixas de apoio a Mário Andreazza, alguns vestindo camisas com a mensagem: “Obrigado Andreazza” (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.8). Múcio Athayde ao recusar tirar o chapéu na cerimônia causou incômodo entre os seus partidários que o reprovaram (ALTO MADEIRA, 09/08/1983, p.3). Marlene Rolim opinou a respeito da festa:

[...] Os aparatos ornamentais poderiam até ser necessários dado a importância do evento, a presença de ilustres visitantes, etc e tal ... Porém, importante também, era a presença do POVO que contribuiu para sua existência, quando através do voto, nomeou seus representantes, que seriam os responsáveis pelo maior documento do Estado, cuja promulgação deveria ser presenciada pela comunidade de Rondônia, numa festa popular.

Não houve mobilização de massa, daí se pode dizer que a Promulgação da CARTA MAGNA DO ESTADO DE RONDÔNIA, foi elitizada (ALTO MADEIRA, 10/08/1983, p. 1 do 1º caderno).

Ou seja, coube à colega de profissão de João Tavares confirmar a previsão acerca de todos os preparativos da festa, o ato foi reservado a uma parcela pequena da sociedade de Rondônia, os constituintes teriam optados por uma cerimônia restrita e, bem distante do grande público. Numa pesquisa realizada pelo *Alto Madeira* durante aquele dia, 70% dos ouvidos, consideraram a divulgação feita sobre o assunto “em cima da hora”, afastando a possibilidade de a população conhecer a importância do documento em questão (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.6).

O único evento da promulgação de cunho popular teria sido mesmo a partida de futebol no estádio Aluizio Ferreira de Oliveira, no domingo de 7 de agosto, tendo como campeões do troféu “Assembleia Legislativa”, os times *Ipiranga* e *Mixto* (ALTO MADEIRA, 09/08/1983, p.8).

Ao que tudo demonstra, os deputados estaduais perderam uma grande oportunidade de aproximação com a sociedade civil, a imagem de outro evento inteiramente “elitizado” era péssima no momento, pois como o país iria “redemocratizar-se” se o povo nunca era convidado aos eventos políticos capitais, como a opinião pública perceberia diferenças de atitudes do trato da tecnocracia militar em detrimento dos “políticos”? Práticas excludentes, como a que marca a criação da ALE/RO e a Promulgação da Constituição do estado de Rondônia, derrubam o mito de que o brasileiro tem aversão ao debate político, ao contrário disso, pois, na verdade, eles, “brasileiros”, têm enfrentado barreiras, nem sempre visíveis, que insistem, ao longo do tempo, em manter o povo longe das arenas de decisão.

No interior do Brasil, o poder legislativo era implementado com vícios da nossa república, o qual mantinha falhas de comunicação entre o parlamento e a sociedade civil, em situações decisivas para a cidadania, parecia reeditar o bordão da proclamação: “o povo viu tudo bestializado⁴⁵”, nós acrescentamos que “o povo viu tudo distante devido não ter sido convidado”.

Porém a mesma imprensa que fizera questão de registrar estas falhas do legislativo, contribuía para reiterar a memória de que no Brasil, as rupturas e inovações da República são sempre feitas pelos “grandes homens”, pois os constituintes tiveram pecados, mas conseguiram cumprir a missão conferida, e não foi por acaso que o *Alto Madeira*, na oitava página, cobriu na sua integralidade o discurso proferido pelo presidente da Assembleia José Bianco na promulgação da constituição que instituiu o poder legislativo no estado:

⁴⁵ Esta frase é do jornalista republicano Aristides Lobo, sobre o registro do golpe que derrubou a monarquia no Brasil, na sua perspectiva o povo esteve ausente de todo protagonismo na instauração do novo regime, tendo assistido tudo como se fosse um desfile dos militares (CARVALHO, 1987, p.9).

“Homens e Mulheres de todas as origens, que com suas crenças, suas esperanças e seu trabalho, erguem na parte setentrional do Brasil, o Estado de Rondônia, este dia lhes pertence. Pertence tão profundamente quanto forte e verdadeiro lhes é dado o ideal de acreditar no porvir.

Hoje, nesta hora e neste momento – que os anais da história pelos tempos hão de registrar – neste pedaço da Terra Brasileira, que a inteligência e o pioneirismo do homem conquistou da floresta, promulga-se, não apenas um texto legal, mas sim, a Carta Política de um povo.

Documento pleno de autenticidade e de legitimidade, traz no seu teor, as aspirações, os anseios, os reclamos, os direitos e os apelos, traz, em suma, a própria alma da Gente de Rondônia. Vamos todos – com os olhos postos no futuro – presente e viver, a promulgação da Constituição do Estado (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.8).

O pronunciamento de José Bianco estava carregado de mitos como do pioneiro associado ao “bandeirante” agora registrado na Constituição de Rondônia, pois teriam desbravado a região enfrentando a grande selva amazônica, mediante o novo ordenamento jurídico, cabia ao povo e os legisladores consolidarem o projeto de “construção do estado”, o primeiro passo teria sido dado pelos constituintes, quanto a isto o *Alto Madeira* concordou ao não emitir qualquer contestação das palavras proferidas pelo então presidente da ALE/RO. No discurso que tanto citou o “povo de Rondônia”, esqueceu-se de explicar o porquê “da ausência de convite ao povo”, pois os anais da história o registraram.

Após a promulgação, tudo indicava que Jorge Teixeira governou sem limites até a tarde de 5 de agosto, quando, através do Decreto lei nº71, criou os municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras e garantia para o executivo a decisão de nomear os prefeitos (ALTO MADEIRA, 06/08/1983, p.1). A decisão gerou revolta de parlamentares do PDS, mas em contrapartida, Jorge Teixeira via velhos correligionários os quais ajudou a eleger entrarem na campanha presidencial de Paulo Maluf.

Por volta das 22:50 de 6 de agosto de 1983, José Bianco promulgou a primeira constituição de Rondônia, tendo a partir daquele momento marcado oficialmente a instalação do poder legislativo no estado (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.8). E, da ótica institucional, o término da transição de Território Federal que adquiria o status de estado, encerrando uma fase no qual todas as decisões sobre a região eram centralizadas no Palácio Getúlio Vargas através da caneta de interventores, mas desta data em diante, o futuro do novo estado e da população também passariam pelo crivo de vinte e quatro legisladores.

A afirmação do poder político perante ao público é feita semelhante ao espetáculo teatral, com detalhes que procuram compor o enredo simbólico de demonstração da verdadeira força daquele que detém o poder nas suas mãos (SCHWARCZ, 2001, p.7). E, a cerimônia de promulgação não deixou de teatralizar o poder na instalação da ALE/RO, a presidência da sessão constitui um nítido exemplo de demonstração de poder à medida que, pela primeira vez,

o poder legislativo sobressaia-se frente ao executivo cabendo a um parlamentar, o deputado estadual José Bianco, conduzir a sessão assinalando uma posição de protagonismo frente ao governador.

Ademais, o *Alto Madeira*, na edição de 7 de agosto, preparou um enredo que num primeiro olhar da tiragem passa despercebido aos nossos olhos, pois nela tinha-se o representante do novo poder na figura do deputado José Bianco, que ao longo das páginas que abordaram o evento, trouxeram bastantes fotografias do presidente da constituinte o qual as lentes dos fotógrafos souberam na mira captar aquelas em posição de perfil, e foi o único que saiu na capa.

Nossa discussão não irá aprofundar-se pelo fotojornalismo, porém algumas questões de diagramação mereceram nossa análise e atenção sobre a narrativa confeccionada pelo matutino. Sendo que o *Alto Madeira*, para a tiragem em tela, tivera quatro fotógrafos: Rubens Nascimento, João Alberto, Telmo Fábio e Rosinaldo Machado (ALTO MADEIRA, 07/08/1983, p.3).

Enquanto os deputados estaduais festejavam a instalação do poder legislativo, os pedessistas almejando uma maior abertura no governo, a oposição estava animada com a ideia de instaurar as CPIs, esqueciam de que o Brasil ainda vivia numa ditadura civil-militar e a transição política continuava controlada.

3. Os Políticos: Entre Oposição e Situação

3.1 . Oposição e Situação: Diferenças?

Somos um Poder desarmado, nossa trincheira é esta Tribuna e nossa arma é nossa palavra. Vamos usá-la, com galhardia, com serenidade, com coragem e principalmente com objetivos claros, visando horizontes amplos, que convirjam para ideal comum (Trecho do discurso de Tomás Correia na sessão de promulgação da Constituição de Rondônia de 1983).

Na breve citação de abertura deste tópico, o então líder do PMDB elencava a função do parlamento numa sociedade democrática, espaço reservado para exposição dos anseios populares, com isto a tribuna virava campo de batalha, a retórica as armas investidas aos combatentes. Porém, todos os deputados ou as bancadas compartilhavam desta perspectiva? A priori as evidências demonstraram existência de visão dicotômica dos dois blocos partidários com Tomás Correia, todavia ao passar do tempo as fontes mostraram confluências de ideias em determinados pontos, mas por qual motivo?

Começando pela oposição, a própria palavra já anuncia as razões dela, se opor há alguma coisa ou alguém, no campo político daquele momento, o PMDB, oriundo do antigo MDB, conduzia o bloco contestatório à Ditadura Civil-Militar nos parlamentos (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais) (SOUZA, 1992).

Ademais, o PMDB teria atuado como o modelo de oposição possível, pois afastava qualquer “radicalismo” na lógica institucional do regime autoritário e, segundo Maria D’Alva Kinzo, a agremiação teria sido a oposição consentida, embora não pudesse encontrar uma homogeneidade programática (KINZO, 1988). Todavia, Rodrigo Motta, com base nos dados de filiações da formação da legenda, demonstrou que a maioria dos integrantes pertenceu aos quadros do antigo PTB, identificados com a defesa das reformas sociais (MOTTA, 1997).

Por isso, resumir a oposição simplesmente como sinônimo de contestação a todas as ações do governo, oculta todo o ideário democrático travado para a redemocratização do Brasil, deixando a mercê algumas das denúncias feitas nas tribunas sobre o arbítrio exercido pelos ocupantes da máquina governamental e os projetos voltados para as reformas econômicas.

Recapitulando nossa memória, tem-se deixado evidente que a instalação do estado de Rondônia tivera conexão com a transição política iniciada por Ernesto Geisel. Por isso é preciso recordar que na eleição o qual elegeu o citado ex-presidente no colégio eleitoral de 1973, derrotando a chapa de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, uma dobradinha agregando duas alas do MDB, os moderados e os autênticos representados respectivamente entre os dois,

pelo acordo Ulisses Guimarães retiraria a candidatura na véspera da sessão de votação, porém ele manteve a “anticandidatura” (denominada pelo deputado), amargou uma derrota sentida na diferença dos votos, 400 para Geisel e 76 na sua chapa, atrelado ao boicote dos autênticos que abstiveram-se (FICO, 2015, p.91).

A candidatura de Ulisses Guimarães percorreu todo o Brasil e contribuiu significativamente no reagrupamento da oposição, tendo resultado desta jornada no pleito de 1974, quando o partido alcançou resultados positivos, conseguindo 161 deputados federais e 16 vagas no senado, sendo que 22 eram disputadas (FICO, 2015, p.92). Outrossim, com esta vitória eleitoral, o MDB ganhou força entre os jovens despontando como o partido das classes menos favorecidas e, assustou o governo que passou a temer uma possível hegemonia emedebista na condução da abertura política. Respondendo ao crescimento do MDB, os militares manipularam a legislação eleitoral com intuito de manter o controle da distensão, como ficou claro, por exemplo, na edição do pacote de abril de 1977 (SOUZA, 1992, p.168).

Devido as manobras do governo, denominadas de “casuísmos”, Ulisses Guimarães entrou em diversos atritos com os militares, por isso foi tachado de radical, pois discordava dos passos governamentais da abertura política, então a partir de 1983 o governador mineiro Tancredo Neves ganha o papel de “negociador da oposição”, visto como um “moderado” (SILVA, 2007, p.268).

Até aqui tem ficado claro o significado de moderado para os militares, ou seja, uma oposição consentida, que não ultrapassasse a lógica desenhada institucionalmente do lugar dos oponentes do governo. Porém, esta premissa rompeu-se por um grupo de emedebistas denominados de autênticos, nome dado pelo jornalista do *O Globo*, Evandro Paranaguá, pois estes parlamentares tinham uma atuação de maior contestação da Ditadura Civil-Militar nos pronunciamentos da Câmara dos Deputados (NADER, 1997, p.103).

Para os autênticos, a oposição devia comportar-se com mais rigor em relação ao governo, isso significava, entre outras coisas, questionar a corrupção, as torturas e as perseguições políticas, bem como defender a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. Para estes deputados, a superação do autoritarismo aconteceria pelas vias jurídicas, por isso, discordavam da luta armada, fato que gerava desconfiança por parte de setores mais à esquerda do espectro político (NADER, 1997, p.118-120).

Dentre os integrantes dos autênticos⁴⁶, encontrava-se Jerônimo Santana, principal liderança da oposição em Rondônia, responsável pela formação de uma geração de

⁴⁶ O grupo tinha os seguintes membros: Alencar Furtado, Álvaro Lins, Amaury Müller, Eloy Lenzi, Fernando Cunha, Fernando Lyra, Francisco Amaral, Francisco Pinto, Freitas Nobre, Getúlio Dias, Jaison Barreto, Jerônimo

apadrinhados na política regional como, por exemplo, o próprio líder do PMDB na ALE/RO, Tomás Correia, que ponderou o seguinte:

Esse grupo de deputados tinha uma posição ideológica mais afinada com a esquerda e defendia avanços para romper com o sistema existente da época, então naturalmente eu tinha uma identidade muito mais próxima com este grupo do que com os aqueles que eram mais moderados, o Tancredo e o próprio Ulisses que só depois assumiram uma postura mais firme. E por eu ser muito jovem, acreditava que o caminho, como até hoje penso isso, era uma posição mais afirmativa de oposição contra o regime (CORREIA, 07/11/2019).

A fala do parlamentar transparece alguns aspectos da identidade da bancada peemedebista na ALE/RO, inspirados na ala autêntica do partido, sua estratégia institucional, a importância conferida ao parlamento, uma retórica combativa e, tendo em vista a referida proximidade com a esquerda, uma preocupação com as transformações sociais. Na análise das fontes não se detectou críticas à atuação da liderança do partido em relação a esses temas, pelo contrário, embora fosse menor a bancada do PMDB no parlamento, respeitava-se a posição do líder, o mesmo valendo para o seu comportamento no plenário. Contudo, não é possível afirmar que todos os deputados eram “autênticos”.

Ainda segundo o *Alto Madeira*, Amir Lando e Cloter Mota pertenceram a uma ala socialista do partido conhecida por *Tendência Socialista*, esta corrente pretendia em breve fundar uma nova agremiação no país (ALTO MADEIRA, 20/01/1983, p.5). Cloter Mota, conhecido por suas ideias comunistas, chegou a ter de se explicar na Polícia Federal (PF)⁴⁷. Em depoimento na sede da PF (25 de fevereiro de 1983), acompanhado pelo seu colega José Bianco, o deputado precisou falar sobre a sua presença numa reunião do Partido Comunista, ilegal na época, na cidade de São Paulo (ALTO MADEIRA, 26/02/1983, p.4). Além de sugerir uma composição diversificada da bancada (autênticos e moderados, comunistas e liberais), o episódio revela os limites da transição política com os comunistas, ainda em 1983, considerados clandestinos e passíveis de perseguição por parte do aparato jurídico e policial. Ademais no governo de Ernesto Geisel:

[...] A chamada comunidade de informações intensificou, no Rio e em São Paulo, o combate contra o PCB, considerado a verdadeira alma das vitórias do MDB. Na verdade, o PCB – vedada sua existência legal – praticava o então entrismo MDB, e vários deputados eleitos tinham algum tipo de filiação ao velho Partidão. Operações

Santana, JG de Araújo Jorge, João Borges, Lysâneas Gadelha, Marcos Freire, Nadyr Rossetti, Paes de Andrade, Santilli Sobrinho, Severo Eulálio e Walter Silva (NADER, 1997, p.12).

⁴⁷ Através de contatos com a assessoria de comunicação da Polícia Federal / Rondônia, o órgão afirmou indispor de arquivos contendo documentação de depoimentos, pois estes são remetidos ao poder judiciário, sobre o caso em tela disseram desconhecerem, portanto, nossa hipótese é que o processo possa estar na Justiça Militar de São Paulo.

feitas em Campo Grande, no Rio de Janeiro, e várias ações contra simpatizantes em São Paulo, apontavam para uma ação organizada, uma estratégia central, contra a oposição comunista capaz de desestabilizar o projeto de abertura (SILVA, 2007, p.265).

O governo que prometeu abertura, ainda promovia as retaliações políticas com a propaganda de combater o fantasma comunista no solo brasileiro. E na mesma matéria do periódico rondoniense, continha a informação de outro processo aberto na Justiça Militar de Belém em 1977, a pedido do ex-governador Humberto Guedes, processando o parlamentar, mas neste processo recebeu a absolvição (ALTO MADEIRA, 26/02/1983, p.4).

O PDS, embora fosse o partido do governo autoritário, tinha alas internas que pleiteavam entre si o controle do processo de distensão política. Duvidou-se até mesmo da existência de uma proposta de abertura por parte do presidente Ernesto Geisel, o mesmo chegou a declarar que “ não havia projeto algum”, e setores militares eram contrários a entrega de poder aos civis sem garantias contra possíveis “revanches” (SILVA, 2007, p.264).

Aprovada durante o governo de João Figueiredo, a Lei da Anistia possibilitou o retorno de políticos exiliados ao Brasil, mas também afastou qualquer eventual punição aos torturadores. Inconformados com a abertura política, grupos radicais das forças armadas tentaram inviabilizar o processo de redemocratização promovendo atentados como no Riocentro em 1981, apesar de causar certo incômodo ao núcleo do governo, levando a renúncia de Golbery do Couto e Silva da Casa Civil. A saúde debilitada do Gen. Figueiredo, na perspectiva do historiador Francisco Silva, teria permitido uma maior participação dos civis no processo de abertura política, fato que teria favorecido uma aglutinação das bases sociais em torno da campanha das “Diretas Já” (SILVA, 2007, p.264).

Em 1983 o partido governista estava totalmente dividido, com várias candidaturas internas à sucessão de João Figueiredo e o Congresso Nacional começava retomar, aos poucos, os poderes retirados desde o golpe de 1964, dentre estes, a função de examinar os decretos presidenciais. Sinal de novos tempos, naquele ano, com aval de pedessistas, o parlamento derrubou o decreto lei referente ao reajuste dos salários, a votação transformou-se numa significativa derrota para o Planalto e mais um recado da insatisfação da base aliada com o governo (REGO, p.237, 2008).

As disputas internas pela definição da cadeira do Planalto em 1985 e o retorno de prerrogativas do parlamento, não passaram em branco no PDS regional conciliado com os antigos remorsos de caciques locais. Quando o governador Jorge Teixeira tomou para ele o papel de estruturação do PDS de Rondônia, convidou o antigo peemedebista Claudionor Roriz

para comandar a legenda⁴⁸. O convite, apesar de causar surpresa, foi aceito no PDS, se o governador precisava dos seus correligionários pedessistas, o mesmo valia para qualquer membro da agremiação com aspirações políticas e todos sabiam que sem o apoio do governador não seria possível derrotar o PMDB (FORONI, 2016, p.30).

Porém, no ano de 1983, o assunto retornava a cena e desta vez os antigos “aliados” do governador estavam dispostos a enfrentá-lo, coincidia com as constantes cobranças de agilização no atendimento dos pedidos dos deputados estaduais nas secretarias, em muitas ocasiões o líder do PDS na ALE/RO ficava isolado e não sabia como responder ao fogo amigo de correligionários.

A debandada começou na bancada federal do PDS, denominada de Grupo de Brasília (o termo parece ter sido uma expressão criada pela imprensa), tendo à frente o senador Odacir Soares, acompanhado do colega Galvão Modesto e, dos deputados federais Rita Furtado, Leônidas Rachid, Francisco Sales e Assis Canuto. Não tardou para os rebelados recrutarem os parlamentares da ALE/RO, a maior exposição ficando com Heitor Costa fazendo discursos duros sobre as ações do governo estadual. Com o tempo, o grupo passou a ser visto como a base de Paulo Maluf no estado, e Jorge Teixeira tardou em entender o movimento, passando a duelar forças com os antigos companheiros. A desinteligência no campo conservador acabou em prejuízo ao governo, isto é, entre outras coisas, subtraindo votos da sonhada chapa encabeçada por Mário Andreazza em 1985.

A convenção do PDS, que definiria os nomes da executiva e dos delegados para a convenção nacional, esteve no centro dos embates entre o governador e parlamentares, no dia 10 de abril em pronunciamento da tribuna da Assembleia Constituinte, Heitor Costa dava a largada:

Querem a todo o custo montar um feudo político em Rondônia, com duração planejada de 20 anos e os eleitos do PDS além de enfrentar os da oposição, ainda temos pela frente a triagem imposta por diversos setores.

Sentimos que nesta hora procuram nos sufocar, amordaçar e monopolizar todos os políticos deste Estado. Não sou dissidente, apenas luto e sempre lutarei pela independência da classe política mas tantas são as pressões exercidas que daqui a pouco não haverá mais alternativa que não a dissidência e o rompimento.

[...] em nada que ocorra na área administrativa do Estado a classe política tem qualquer participação. Não sou contra o governador, mas favorável a que a classe política assuma sua representatividade (ALTO MADEIRA, 11/05/1983, p.3).

⁴⁸O aceite do ex-senador que na época atuava como médico e tinha a fama de ideólogo do PMDB, é episódio muito controverso, pois o mesmo encontrava-se no campo socialista, e de acordo com Sergio Gonçalves, foram vários convites dirigidos à Claudionor Roriz, tendo recusado devido o histórico de oposição ao governo discricionário, mas o motivo do aceite teria acontecido após Claudionor Roriz questionar Jorge Teixeira se tinha como trocar a construção de um complexo prisional em Ji-Paraná por uma instalação hospitalar, algo que veio a se concretizar (GONÇALVES, 2001), pondera-se ser esta uma versão de historiografia memorialística.

O deputado denunciava, segundo o jornal, o apego ao poder por setores do executivo estadual empenhado, já havia duas décadas, em controlar as decisões políticas. Segundo o parlamentar, a bancada, desprestigiada com a falta de diálogo e de entrosamento com as pautas do executivo, poderia romper com o governo.

O comportamento autoritário do governo Teixeira já não era mais tolerado pela bancada pedessista que, entre outras coisas, reclamava do tratamento nada cordial dispensado pelo governador e seus secretários aos deputados e, o próprio *Alto Madeira* cobrava uma mudança de atitude por parte do governo em relação a sua base no legislativo.

Na principal coluna do matutino, de 26 de abril, foram lembrados vários fatos, iniciando pela posse dos conselheiros do TCE /RO, nesta ocasião, sete deputados (sem detalhes dos nomes) do PDS foram instados a levantarem de seus assentos, “reservadas” para as autoridades, e procurarem um outro local e, ainda ouviram, de uma funcionária do governo, que tomarem cuidado para não ficarem em pé. Revoltados com o destrato, os parlamentares deixaram o local, embora, alguns funcionários tenham tentado emendar a situação, os deputados não retornaram. O jornal mencionou ainda um jantar oferecido pelo governador, quando o líder do PDS, representando o presidente da Assembleia, não foi convidado à mesa. Fatos como esses provocavam irritações entre os deputados pedessistas (ALTO MADEIRA, 26/04/1983, p.2), então o matutino deixou o recado:

Historiamos estes fatos apenas para demonstrar o que faltam alguns setores do Governo do Estado entender que a realidade rondoniense a partir de 15 de novembro do ano passado é bem outra, devendo haver um amoldamento face aos novos tempos, o que não está acontecendo e deixando irritado um setor que, para ver aprovados projetos de interesse do Executivo ou, pelo menos, vai ser justamente a bancada do PDS quem terá a responsabilidade de defender o Executivo quando criticado por um deslize qualquer. E é preciso que se entenda que não será bem vista nos gabinetes da Assembléia uma frase do time “temos 15 deputados lá” porque, no caso, deve haver uma reciprocidade e, em verdade parece não estar havendo isso. E a Assembléia, ao que consta, é parte de um Poder e não uma repartição do Executivo, como alguns setores insistem em trata-la (ALTO MADEIRA, 26/04/1983, p.2).

Neste recorte, ficou explícita a preocupação do jornal com a maneira com que os deputados estavam sendo tratados pelo governo estadual e, caso permanecesse, o principal prejudicado seria o próprio executivo. Outrossim, na matéria vimos como o governador e os secretários viam a bancada, ou seja, deveriam simplesmente votar as pautas encaminhadas, e pelo jeito à instituição seria um mero departamento subordinado ao Palácio Getúlio Vargas. A situação tinha sido anteriormente abordada:

[...] Um parlamentar citou para um repórter do AM uma frase: “ quem tem a obrigação de defender de ofício é o Jacob, que é líder da bancada, e ele mesmo tem feito isso contra a vontade”. Razão? o mesmo deputado concluiu: “faltava informações, não nos dizem nada e então fica difícil defender o Governo desse jeito”.

São as mudanças de comportamento que precisam ser feitas com urgência em alguns setores. Primeiro que hoje, apesar de reconhecido como o grande líder do PDS, o próprio governador já não pode falar no tom que vinha antes, para evitar que se fira a suscetibilidade de alguém porque mesmo ainda não estão esquecidos os choques de Ouro Preto, fato que deixou feridas não ainda cicatrizadas e que fez com que um grupo de deputados tido como mais independente dentro da bancada do PDS se afastasse ainda mais (ALTO MADEIRA, 06/04/1983, p.2).

Naquela ocasião, as queixas tinham partido do próprio líder do governo, isolado de qualquer informação dos projetos do executivo que seriam executados, para piorar o governador tinha insinuado que ensinaria os constituintes a maneira de se redigir o texto constitucional.

O clima de mal-estar acompanhou a visita, feita em abril, de João Figueiredo ao estado, embora tentassem amenizar as coisas, Francisco Erse (conhecido por Chiquilito) manifestou estar ao lado de Jorge Teixeira e o próprio Odacir Soares parecia ter feito as pazes na frente da principal figura da agremiação, nas páginas 7 e 8 do *Alto Madeira* de 7 de abril, os deputados estaduais saudavam o quarto ano de mandato do governante estadual e cumprimentavam o presidente pela visita. Se os pedessistas tentaram mostrar ao presidente estarem unidos e satisfeitos com a condução da nação, a oposição expos o descontentamento e negou-se a conceder o título de Cidadão Honorífico da capital, os vereadores peemedebistas votaram contra a monção do vereador do PDS João Paulo das Virgens, o encaminhamento necessitava de dois votos do PMDB e, para deixar claro seu descontentamento, a bancada estadual não participou da recepção ao general (ALTO MADEIRA, 06/04/1983, p.3).

Diante do impasse, deputados estaduais como Amizael Silva e Oswaldo Piana, entendiam que a gestão de Claudionor Roriz tinha sido importante, mas o comando da legenda deveria ficar com um membro do legislativo estadual, e Zuca Marcolino ficava isolado na defesa da permanência do mencionado senador, Francisco Erse reagiu negativamente as intenções dos colegas constituintes (ALTO MADEIRA, 07-08/04/1983, p.3-4). Galvão Modesto e Francisco Sales chegaram a elogiar a possibilidade de o partido estar sob liderança de um parlamentar estadual, ao que tudo indica a bancada federal foi paulatinamente atraindo os políticos em todas as esferas, na capital os vereadores demonstravam desconforto com o prefeito Sebastião Valadares, muitas vezes chegou-se a anunciar a demissão do mesmo⁴⁹.

⁴⁹O *Alto Madeira* chegou a fazer um editorial (com este título, tendo sido o único encontrado no decorrer das tiragens de 1983, pois a coluna OP em 30 linhas tivesse a mesma função), em 9 de junho defendendo a permanência no cargo do gestor municipal.

Jorge Teixeira chegou a ser apontado como candidato para unir o partido, mas o governador tentou manter descrição, afastando envolvimento público na definição dos delegados, na data de 10 de maio reuniu-se na capital federal com os correligionários, Odacir Soares esteve ausente, todavia acertaram que o governador indicaria oito nomes e as demais vagas de livre indicação dos depurados federais e senadores (ALTO MADEIRA, 12/05/1983, p.1), o pacto ficou conhecido por “Acordo de Brasília”, atendeu as duas alas, porém no quesito estadual a tendência seria para comporem uma chapa única.

Em 9 de junho, constava uma notícia direto de Brasília de uma reunião com Galvão Modesto, Francisco Sales, Leônidas Rachid e Assis Canuto e o prefeito de Ariquemes, Gentil Valério, convidados pelo ministro Mário Andreazza, no encontro parlamentares entregaram pedidos da prefeitura de Ariquemes, solicitando a aquisição de uma patrulha mecanizada e a construção de uma ponte no rio Jamari, conforme a matéria os temas seriam analisados pela assessoria do ministro, porém a ponte era dada como certa e, por fim, a comitiva de políticos foram ao ministro da agricultura (ALTO MADEIRA, 09/06/1983, p.1). Por que o ministro convidara políticos malufistas a sua residência? Talvez fosse uma reação de conter os ânimos e atraí-los novamente.

Próximo à convenção circulou os nomes da comissão executiva tendo: Claudionor Roriz (presidente), José Bianco (1º vice – pres.), Arnaldo Martins (2º vice – pres.), advogado Rochilmer Rocha (secretário geral), José Bianco (1º secretário), Walderedo Paiva (tesoureiro) vogais - Francisco Nogueira, Marvel Falcão, Zuca Marcolino e Jacob (na condição de líder do PDS e do governo) (ALTO MADEIRA, 18/06/1983, p.4), alguns deputados estaduais, como José Bianco, estranharam a inserção de seu nome sem consulta prévia, embora gostaram do espaço reservado aos deputados estaduais.

No domingo 19 de junho, em clima quente, os cardeais pedessistas reuniram-se e, para a surpresa de todos, Claudionor Roriz perdeu o posto numa votação apertada, ganhou 20 votos e o suplente de deputado estadual Dezival Ribeiro recebeu 22 votos, apoiado por Odacir Soares e Galvão Modesto, Jorge Teixeira desconhecia as manobras nos bastidores e não atendeu ao apelo do secretário João Wilson para ir no encontro, pois poderia ter intimidado os convencionais, o governador deixou de participar justificando evitar desgastes com a bancada federal (ALTO MADEIRA, 21/06/1983, p.1-3).

O *Alto Madeira* endereçou a derrota do governador aos seus assessores, João Wilson Gondim e Rochilmer Rocha (ex-chefe da Casa Civil)⁵⁰. Para Rocha o partido havia sido o

⁵⁰Comentários feitos na coluna Opinião em 30 Linhas de 21 de junho.

grande derrotado, pois, devido a exclusão de políticos da BR- 364 e do Vale do Guaporé na executiva estadual, somente políticos da capital controlavam a agremiação e isso, no futuro, poderia prejudicar a interiorização do partido⁵¹.

A comissão executiva ficou composta: Desival Ribeiro (presidente), Oswaldo Piana (1º vice-presidente), Rita Furtado (2º vice-presidente), Rubens Moreira Mendes (1º secretário), Oadmil Monteiro da Silva (2º secretário), João Lucena Leal (1º tesoureiro), José do Prado e Mauricio Calixto (vogais), Silvernani Santos e Luiz Melo (suplentes) e Jacob Atallah (líder da bancada)⁵².

Na segunda-feira, 20, Claudionor Roriz transmitiu o cargo e recolheu-se em seu reduto eleitoral, Ji-Paraná. Enquanto isso a nova comissão executiva encaminhou ao governador nota de solidariedade e apoio, assinada por Odacir Soares, Galvão Modesto, Francisco Sales, Francisco Erse, Assis Canuto, Leônidas Rachid Jaudy, Rita Furtado e Oswaldo Piana Filho⁵³.

De acordo alguns pedessistas, Brasília recebeu como “a grande surpresa” o resultado, em comparação as demais convenções realizadas no mesmo domingo, Rondônia teria 16 delegados à convenção nacional e, para uma fonte do governo estadual, 9 optariam por Mário Andreazza, os demais escolheriam entre, Paulo Maluf, Aureliano Chaves e Marco Maciel, porém mediante pesquisa feita no dia do encontro partidário por um correspondente do *Jornal do Brasil*, 65% optavam por Paulo Maluf (O GUAPORÉ, 21/06/1983, p.1), o matutino destacou e estampou na capa, seria uma comemoração?

Em abril de 1983, Josias de Macêdo anunciou um suposto plano para 1985, no qual seria criada a SEARA, Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica, o qual diminuiria o poder do Ministério do Interior na região e, a previsão de funcionamento seria em 28 de fevereiro de 1985, no período eleitoral, Jorge Teixeira assumiria a pasta e, Mário Andreazza deixava seu ministério para ser candidato à presidência. O PMDB levantou dúvidas das intenções da pasta, pois Cloter Mota questionou se seria gerado outros órgãos para as demais regiões do país, na sua visão só serviria de cabide de empregos, Sadraque Muniz afirmou que a intenção do órgão serviria para o Planalto mostra poder, pois os estados do Norte elegeram todos os governadores da oposição⁵⁴ (ALTO MADEIRA, 27/04/1984, p.2).

Nos corredores dos poderes, circulava notícias de listas de pessoas que seriam exoneradas devido o resultado da convenção regional do PDS, ainda os deputados estaduais

⁵¹ ALTO MADEIRA, 21/06/1983, p.3.

⁵²Op.Cit. p.3.

⁵³Op.Cit. p.3.

⁵⁴Governadores do Norte: Acre – Nabor Júnior; Amazonas – Guilherme Mestrinho; Pará – Jader Barbalho.

ficaram indignados com o fato de no dia 21 de junho, a nova comissão executiva ter ficado em pé, esperando por mais de duas horas no palácio para encontrar-se com o governador, que antes conversou com o novo presidente do partido e, não autorizou acesso ao seu gabinete de Maurício Calixto como forma de penalizar a atuação do jornal *Estadão do Norte* (ALTO MADEIRA, 22/06/1983, p.1).

As notícias de demissão ficaram somente em especulações, a única demissão detectada ocorreu na imprensa, Ary de Macedo, retornava ao *Alto Madeira*⁵⁵ após quase 7 anos no jornal *A Tribuna*, o articulista resumiu a situação ao afirmar que: “em meus quase sete lustros de jornalismo” “a censura” o havia impedido “de dizer a verdade”, ainda de acordo com o jornalista, ao defender que os secretários do governo não se aliaram a ala dissidente do partido na convenção regional do PDS, teve a sua demissão. Na estreia da coluna criticou o senador Claudionor Roriz (ALTO MADEIRA, 12/07/1983, p.2), dando a entender que o ex-presidente do partido e seus aliados tiveram papel no episódio.

Na visita ao *Alto Madeira*, Desival Ribeiro tentou pôr panos quentes, alegou que o governador demorou recepcioná-los por motivos de agenda, previamente informados, e sobre a permanência da executiva em pé se deu pela falta de cadeiras na sala, mas isto não convenceu os deputados estaduais, Oswaldo Piana disse ter estado decepcionado com a atitude de Jorge Teixeira, Amizael Silva citou os atritos do governo Humberto Guedes com o partido, reiterou que o executivo após a promulgação da carta magna precisaria muito da bancada, Heitor Costa duvidou da capacidade e habilidade política do governador em comparação a João Figueiredo, e questionava se ainda havia maioria governista na casa, Walderedo Paiva atribuiu a atitude do governador se dava na busca por culpados com a derrota (ALTO MADEIRA, 23/06/1983, p.3).

Toda esta circunstância interna contribuiu para ao longo do período constituinte que houvesse desgaste do governo com a base aliada, tendo deputados pedessistas realizados discursos duros sobre o executivo, em muitas ocasiões deixando atônita a liderança partidária sem saber os meios para explicar os motivos de tal pronunciamento próximo ao da oposição.

A situação só não escapava do controle do partido majoritário, devido a atuação de José Bianco e Zuca Marcolino na presidência das sessões, pois os opositoristas além de terem uma postura enfática e unida das suas pautas, intimidavam os governistas. Josias de Macêdo era um que, constantemente, citava os episódios, no dia 27 de abril, ironizando a viagem de Tomás Correia a Brasília, dizia que, devido a isto, a casa estava tranquila e sem debates (ALTO MADEIRA, 27/04/1984, p.2).

⁵⁵O jornalista substituiu Josias de Macedo que estava em tratamento médico na capital fluminense, desta forma na 2ª página passou a ter a coluna, *Detalhes do Cotidiano*.

Outra vez foi sobre a reunião de 8 de abril, quando Amir Lando criticava a política econômica do governo federal e atribuía os saques e motins em São Paulo, fruto da fome e desemprego, sendo consequência dos equívocos dos tecnocratas, por isto defendera o governador Franco Montoro⁵⁶. O líder do PDS rebateu os argumentos e, Tomás Correia tendo a maioria dos colegas de partido em plenário, propôs uma moção de solidariedade ao governador paulista, mas o presidente da mesa, Zuca Marcolino após ver Jacob Atallah dormindo no plenário, desistiu do ato, levando a liderança da oposição a protestar (ALTO MADEIRA, 09/04/1983, p.2).

Logo depois da promulgação da constituição, Jacob Atallah entregou a liderança do partido e do governo e, escancarou os descontentamentos com o governador. A recondução a frente da bancada deu-se rapidamente pelos correligionários, já o cargo de representante do executivo só veio no dia 10 de agosto, através de convite feito por Eudes Lustosa em nome de Jorge Teixeira (ALTO MADEIRA, 11/08/1983, p.1).

Todavia, a base de Paulo Maluf no estado estava forte, o paulista parece que com carisma conquistou muitos adeptos, a entrega da liderança do governo por Jacob Atallah, segundo o *Jornal do Brasil* (sediado no Rio de Janeiro), aconteceu com a visita do presidenciável na festa de promulgação (ALTO MADEIRA, 12/08/1983, p.2). Ainda, Paulo Maluf, em evento na cidade de Belo Horizonte, afirmou que Jorge Teixeira estava isolado e, ao deixar o estado, recebera o apoio de todos os deputados federais (ALTO MADEIRA, 12/08/1983, p.1, 2º caderno).

A péssima comunicação do executivo com os pedessistas, federais e estaduais, distanciou-os, abriu as portas para a ala malufista penetrar na região, e isto parece ter sido a identificação ausente até aquele momento da bancada pedessista, pois no começo a mesma deveria estar na vanguarda do governo, quando a oposição discordou da criação do TCE / RO, os pedessistas ficaram em silêncio, ficando a indignação dentro dos corredores, mas também por medo de enfrentar o governador, naquela altura encontraram em quem recorrer e proteger-se de retaliações, que seria por parte de Paulo Salim Maluf.

⁵⁶ A capital paulista entre 04 e 06 de abril, tinha sido palco de manifestações e saques em estabelecimentos comerciais, manifestantes entraram em confronto com as forças de segurança, culminando em centenas de detenções, levando interrogações sobre a permanência do excesso da PM na repressão as manifestações, pois a prática estava sendo reproduzida por um governo opositor. Os manifestantes usavam os seguintes bordões: “Estamos com fome”, “o povo está a fim da cabeça do Delfim”, “Chora Figueiredo, chora, está na hora de você ir embora” (SILVA, 2017, p.358-9).

3.2 Corrupção

A transformação que acontecia no cenário político nacional e regional pretendia encerrar uma etapa e dar início a Nova República, bem como consolidar as bases do novo estado, para isto demarcou-se fronteiras, através de dualidades dentro do parlamento, cada grupo político apresentando-se enquanto novidade, ou seja, romperia com todos os vícios do passado que levaram os militares a depor o presidente João Goulart em 1964, dentre estes o combate à corrupção.

Durante todo o governo de João Goulart os opositores civis o tacharam de corrupto, sendo emblemático a instalação de uma CPI, ainda em janeiro de 1964, para averiguar supostas irregularidades na Petrobras que estariam favorecendo, ilicitamente, grupos “comunistas”. As denúncias ganharam apoio da grande imprensa e, com a consumação da derrubada do presidente, alimentou a retórica dos vencedores de correção deste malfeito, inclusive justificando as perseguições políticas que se seguiram (MOTTA, 2008, p.246-248).

Porém, mesmo com a imprensa censurada, a sociedade ficou sabendo que durante os governos dos generais presidentes, a corrupção permanecia corroendo o erário público como, por exemplo, denúncias envolvendo o ministro Delfim Neto e a caderneta de poupança, os gastos exorbitantes na área da infraestrutura favorecendo as empreiteiras na ponte Rio – Niterói e na abertura da Transamazônica (STARLING, 2008, p.253).

A corrupção tem sido apontada como a principal inimiga da ordem republicana, em substituição a associação que intelectuais fizeram sobre as monarquias da idade moderna aos regimes republicanos que se instalavam, estes atuavam para exercerem o bem-estar de toda sociedade, embora a concentração de poder dada aos dirigentes da “coisa pública” pode possibilitar desvio do objetivo original do regime republicano (RIBEIRO, 2008, p.11-16). E, durante nossa história republicana, o tema tem sido usado para constantes trocas de acusações de variados grupos partidários, ou mesmo para caracterizar os governos anteriores e instaurar novos desenhos institucionais.

Na ALE/RO, as trocas de acusações entre oposição e situação eram constantes, em diversos momentos os dois blocos partidários enfrentavam-se quando um parlamentar realizava denúncias de corrupção envolvendo personalidades das respectivas agremiações, os discursos duros procuravam desqualificar o oponente ao lançar dúvidas sobre a credibilidade moral do antagonista e, angariar para si e para sua bancada a imagem de integridade que convém a vida pública.

A oposição desde o início anunciava desejo de instalação de CPI, tendo como principais alvos a CODARON e a Secretaria de Segurança, esta última por causa das constantes queixas de populares contra os excessos da polícia militar, o governo estadual respondeu através de um comunicado no qual dizia:

O Governo não tem razão para temer uma comissão Parlamentar de Inquérito e não vamos querer manobrar a bancada do PDS porque temos a certeza de que os deputados saberão se comportar à altura e o próprio governador Jorge Teixeira já disse que pode haver a investigação.

O interesse do governo é que tudo esteja certo. Entendemos ser válida a CPI desde que ela se consubstancia e não seja preparada apenas para que algum deputado aproveite para aparecer perante o eleitorado (ALTO MADEIRA, 17/02/1983, p.9).

Todavia, na mesma matéria, noticiava que a Assessoria Parlamentar iria agir para enfraquecer qualquer CPI instaurada, seja através da indicação dos nomes na comissão pelo líder do PDS, ou na comissão disputando os postos estratégicos, ainda, para o jornal, quando o ano legislativo começasse “deputados radicais poderiam desistir da ideia” (ALTO MADEIRA, 17/02/1983, p.9). O periódico afirmava que tudo não passava de propostas de deputados radicais, revanchistas que ainda não haviam digerido o pleito de 1982 e, em várias matérias, através das suas principais colunas, duvidava da capacidade do PMDB de conseguir instalar as CPIs. Esron Menezes ponderou:

[...] Estão esperançosos por 1986 que no meu pensar vai piorar e muito, porque os “líderes” de 1982 já estarão esquecidos e dificilmente voltarão a dar cartas e jogar de mão.

Ainda não começaram a atuar e já lançaram programas de perseguições, constituições de CPIs, a formar frente de combate para tudo que o Governo pretenda fazer, imagine-se quando chegarem ao meio dos mandatos e o eleitorado já o se esqueceu. Aí vai ser um estrebuchar dos diabos (ALTO MADEIRA, 20.02/1983, p.6).

Em síntese, para o jornalista o enredo da oposição tinha como horizonte a eleição de 1986, manter o eleitorado da mesma e conquistar outros adeptos. Interessante perceber como o matutino opõe-se contra qualquer tentativa de investigação do legislativo sobre o poder executivo. O líder do PDS até manifestou-se favorável a instalação de CPIs para esclarecimentos, porém elas não poderiam atender a interesses pessoais, portanto tendo maioria na casa, os governistas travariam a execução das comissões (ALTO MADEIRA, 18/02/1983, p.3). Todavia, o rito de instalação de uma CPI ainda carecia de normatização, também seria preciso saber até quando o governo e os pedessistas estariam de laços estreitos.

Enquanto isso, farpas nos discursos dos deputados eram constantes, a sessão de 23 de fevereiro agitou todo o plenário, João Dias apresentou aos pares 10 cópias de cédulas do pleito

de 1982, onde mesários teriam rubricados, um dos beneficiados teria sido o deputado Walderedo Paiva, este rebateu a oposição chamando o denunciante de “mentiroso e corrupto”, devido ao colega não ter apresentado a autoria do fornecimento das informações, em seguida Jacob Atallah considerou os resultados do PMDB na eleição anterior mediante atos de corrupção, Tomás Correia lembrou das declarações do governador de como faria para ganhar o pleito, o qual foram usados carros oficiais do governo (ALTO MADEIRA, 24/02/1983, p.4).

Amizael Silva chegou a reconhecer problemas da gestão, todavia disse que a oposição tomava para si a defesa contra a corrupção para produzir uma suposta liderança. E, então, numa ofensiva contra a oposição, Zuca Marcolino acusou Sérgio Carminato e a Jerônimo Santana no envolvimento de mortes em Colorado do Oeste, tudo isso sem a presença do líder do PMDB no dia 27 de abril, mas na reunião de 29, Tomás Correia partiu para o enfretamento dirigindo-se à Zuca Macolino exigindo comprovação das denúncias, depois relembrou supostos fatos da época em que o oponente, numa prefeitura de São Paulo, teria irritado o pároco local. Após isto Zuca Marcolino convocou a segurança para retirar o deputado do plenário, três seguranças entraram nas dependências, porém foram impedidos por deputados do PDS e do PMDB (ALTO MADEIRA, 28-30/04/1983, p.4-3).

Nos contra-ataques de supostas ligações com práticas ilícitas, oposição usava sua estratégia mais eficaz, pronunciar discursos firmes e a bancada coadunar com a liderança do partido, no PDS as respostas vinham logo em seguida nos discursos de Jacob Atallah, embora nem sempre com demonstração de apoio de sua bancada, o qual dava margens para comportamentos autoritários, como a da presidência da mesa de tentar retirar a força do plenário um parlamentar.

Todavia, como a imprensa recepcionava estas denúncias? Nos primórdios, para o *Alto Madeira* tudo era jogo de cena do PMDB, para deste modo manter-se no noticiário, e desqualificar o governo estadual. Com o passar do tempo, o periódico, acenando para a oposição, passou a considerar como positivo investigar alguns setores do governo, desde que não envolvesse o governador. Na perspectiva do matutino:

Teixeira trabalhou em todas as áreas e se houve corrupção em seu governo, garanto que não teve anuência dele. Governador e administrador nenhum pode escapar a corrupção.

Na administração de Jorge Teixeira não houve problemas de escândalos nesse sentido. Meu jornal nunca noticiou nada a respeito porque realmente nunca houve escândalo ou roubalheira (MENEZES & HOLANDA, 2006, p.169-170).

As declarações acima são de Euro Tourinho, feitas no ano de 1988, quando o governo de Jorge Teixeira tinha acabado. O proprietário do jornal chega a aventar casos isolados de corrupção durante o governo Teixeira, mas, em seguida, descarta qualquer possibilidade de envolvimento do governador com tais atos. As afirmações do empresário levam a sustentar que o jornal, ao noticiar alguns casos de corrupção denunciados pelo PMDB, procurava atribuir ao campo oposicionista uma imagem negativa comportando-se de modo irresponsável, dado a ausência de provas contra o executivo, e mesmo oportunista, já que as denúncias fictícias projetavam os políticos junto à opinião pública. Para o jornal, a corrupção poderia existir no baixo escalão da administração ou entre os membros políticos do PDS, não entre os “administradores”.

No *O Guaporé*, embora retraído, diferente de 1982, quando quase diariamente constava denúncias do governo, o tema da corrupção era abordado a partir dos discursos dos deputados da oposição, opção narrativa que combinava num mesmo enredo a crítica ao governo e a ação fiscalizadora dos peemedebistas.

A corrupção discutida nesta pesquisa refere-se àquela do modelo liberal no qual tudo passa pela propriedade privada, desta forma a apropriação indevida é vista como roubo, portanto inconcebível para o desenvolvimento da economia e, ainda segundo Renato Janine Ribeiro, a perda de credibilidade do cidadão com os agentes públicos devido ao peculato, em outras palavras a sensação de desconfiança, elo fundamental na vida republicana, tem sido pouco enfatizada pela imprensa (RIBEIRO, 2008, p.19).

A ponderação de Renato Janine Ribeiro é importante quando estudamos as estranhas relações da imprensa com governos, pois muitos veículos de comunicação apoiaram rupturas institucionais, tendo como emblemático o golpe de 1964 e atuação nos governos ditatoriais, quando diversos silêncios aconteceram na fase de distensão.

Sobre as questões levadas na ALE/RO, a imprensa na maior parte das vezes, amenizava as denúncias, apresentando-as como teatralizações cujo objetivo era desqualificar moralmente oponentes. Enquanto, pouco se debruçava acerca da permanência deste hábito perverso ao modelo republicano.

3.3 Em Defesa da “Agropecuária” e dos “Agricultores”

Assunto recorrente na ALE/RO, a agricultura teve sua importância acrescida devido aos programas de assentamentos que estavam em andamento em Rondônia, mobilizando, principalmente, os parlamentares cujos redutos eleitorais ficavam nos municípios da BR-364.

O próprio slogan oficial do governo estadual “A Nova Estrela no Azul da União”, convidava os brasileiros a desbravarem o espaço amazônico, por meio da produção agrícola (PERSIVO & NEVES, 2008, p.165-167).

A propaganda para atrair migrantes contou com apoio da grande imprensa - como *O Globo* e a revista *Veja* - produzindo reportagens sobre a ocupação da região e, as oportunidades proporcionadas aos colonos que ali se instalavam, de forma que a formação da fronteira agrícola rondoniense era parte do ideário inventado pela ditadura civil-militar do “Brasil Potência” (FRANCO, 2019, p.106-107).

Este ponto é interessante, pois em parte escritores regionais como Francisco Matias na obra, *Os Pioneiros e*, Amizael Silva no seu clássico, *Nos Rastros dos Pioneiros*, ao analisarem as eleições de 1982, argumentaram que o PDS granjeou uma vitória esmagadora nas urnas graças as obras de Jorge Teixeira, ambos, indiretamente sustentam que os votos dados aos pedessistas seriam resultados do impacto do *Brasil Potência*.

É nítido que os pedessistas tiveram mais votos e elegeram em maior quantidade seus candidatos, todavia esta vertente historiográfica, possui armadilhas aos pesquisadores, na medida que oculta os abusos do poder público naquela eleição e, de uma justiça eleitoral formada por juízes novatos, temerosos com passos que pudessem desagradar os ocupantes do poder.

Também, nem todo eleitor migrante sentiu-se devedor do governo federal, pois muitos viram a fome, a desassistência técnica, a falta de saúde e até a ausência de escolas para seus filhos estudarem, ademais assistiram de perto estradas em péssimas condições e a propaganda resumir-se a marketing. Foi justamente destas pessoas que o PMDB conquistou adeptos e reconhecimento, de partido capaz de mudar-lhes suas vidas, por isso lotavam os comícios lideradas pelo dono do *O Guaporé*, Múcio Atayde, que junto com os colegas de partido, prometiam acabar com a corrupção, redemocratizar a nação e pôr na prática o desenvolvimento da região, com apoio real aos agricultores.

Portanto, defender à agricultura e os trabalhadores agrícolas faziam parte dos programas dos dois maiores partidos do estado, assim esta atividade econômica estava posta como a melhor opção para a formação do novo estado da federação. Este discurso estivera até na esfera municipal, no governo de Marcos Donadon (no próximo tópico, será abordado melhor sobre este político), no município de Colorado do Oeste adotou-se o slogan de gestão tendo o seguinte: “Por um município Agrícola – Lutar e Vencer” (ALTO MADEIRA, 14/10/1983, p.7).

Então, peemedebistas e pedessistas reiteravam o mito de que da exploração do solo brasileiro construía-se a nação e a identidade deste povo, ou seja, o verde-amarelíssimo, como

símbolo de nossa brasilidade (CHAUI, 2007, p.40-41), os políticos locais, peemedebistas e partilhavam dessas concepções, apesar das disputas todos acreditavam, como afirma o hino do estado, ser “*sentinelas avançadas*” e “*destemidos pioneiros*”, sendo “*Que destas paragens do poente*” de onde “*Gritam com força: “Somos Brasileiros!”*”⁵⁷.

Assim, com bastante frequência na tribuna da ALE/RO ou em entrevistas dadas à imprensa, os parlamentares falavam das dificuldades dos produtores agrícolas, para conseguirem êxito nas plantações ou escoarem a produção. Na perspectiva da oposição, o abandono do colono representava a falência dos programas governamentais, e os órgãos estaduais eram ineficientes e, produziam relatórios duvidosos. Veja-se este trecho:

Ao final, o deputado Sadraque Muniz lembra que só através dos políticos é possível ao agricultor se expressar. “Mas o governador não dá crédito aos deputados, preferindo falar dos relatórios que lhe apresentam e que não espelham a verdade. Pelo que tenho conhecimento, há hoje em Rondônia uma inversão muito grande daquilo que se propôs o Governo, haja vista que enquanto o pequeno produtor abandona o lote e vem inchar a cidade, os grandes empresários se apossam das terras” (ALTO MADEIRA, 23/09/1983, p.3).

Na denúncia do deputado, existia maquiagem dos dados acerca da realidade dos agricultores, logo o êxodo rural acontecia, favorecido pelos planos de latifundiários. Devido aos “técnicos” produzirem inverdades e, ou seja, duvidosa a centralização do planejamento na tutela deste grupo, os “políticos” eram os autênticos interlocutores daquela categoria de trabalhadores.

O próprio deputado oriundo de um sindicato de agricultores consultava sindicalistas no seu reduto, Ji-Paraná, para com base nas conversas fazer os discursos na tribuna da ALE/RO (O GUAPORÉ, 23/04/1983, p.3). Deste modo, com o apoio da imprensa trazia para si a figura de legítimo conhecedor da agricultura.

Semelhantemente, Ângelo Angelim denunciou episódio de pistoleiros na Gleba Corumbiara⁵⁸, do município de Pimenta Bueno, no lote n.94 do setor, ameaçando agricultores, por isso, remeteu ofícios ao executor do INCRA/RO, Ernâni Coutinho Filho, ao secretário

⁵⁷Uma discussão acerca das ressignificações do Hino de Rondônia, pode ser lido no artigo do professor, Sandro Colferai: p.333- 346, 2010.

⁵⁸Na data de 9 de agosto de 1995, durante o governo do peemedebista Valdir Raupp, uma ação da polícia militar em cumprimento à decisão da justiça de reintegração de posse da fazenda Santa Elina, acampada por posseiros, resultou na morte de 12 agricultores, 2 policiais militares e uma pessoa sem identificação. Policiais e líderes do movimento foram condenados pelo judiciário, todavia a documentação está sob sigilo de justiça, o sigilo imposto das fontes dificulta esclarecimentos do fato. Informação com base em <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/corumbiara-caso-resultou-em-12-mortes-e-carrega-lacunas-20-anos-depois>, acessado em 13/02/2019.

estadual de segurança, Humberto Vasconcellos e, ao ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini.

De acordo com o deputado, há cerca de 3 anos, agricultores estavam ocupando legalmente, glebas de 50 hectares, mas pistoleiros circulavam na área, ameaçando a população e cobrando para saírem do local. Paulo Sacks era apontado como dono da área, mas nos documentos do INCRA, aparecia o nome de Francisco Regis Peres, “como licitante do lote”, Ângelo Angelim acrescentou que no período de ocupação das terras pelos posseiros, a floresta não tinha sido derrubada, prova que o território pertencia à União (ALTO MADEIRA, 30/06/1983, p.6).

Mas, nesta defesa dos agricultores, a oposição ficou em situação constrangedora, pois o deputado João Dias comunicou que após o término dos trabalhos constituintes, se deslocaria a Brasília, visitando o INCRA e a FUNAI para discutir a abertura de uma estrada numa reserva indígena as margens do rio Machado de Ji-paraná. Na justificativa o deputado disse ser necessária para a circulação de agricultores, que dependiam de usar a navegação no rio onde tinha três cachoeiras e dificultava a situação dos agricultores (O GUAPORÉ, 08/06/1983, p.3).

Com esta afirmação, o coordenador do Conselho Indigenista Missionário / Rondônia (CIMI/RO), o padre Mansueto Dal Maso, rebateu ao deputado João Dias, o qual não havia como sustentar os argumentos e, para resolver o problema dos agricultores de Ji-Paraná poderiam buscar outros meios. Pois a reserva do Posto Indígena Lurdes, cuja demarcação data do ano de 1977, na margem direita do rio Machado, reunia os povos Arara (70 pessoas), Gavião e Zoró (190 indígenas) (O GUAPORÉ, 09/06/1983, p.3).

Já José do Prado representava à COPAMAR (Cooperativa Agrícola Mista de Ariquemes), entidade que presidia e reunia aproximadamente 6 mil colonos⁵⁹, porém naquela data, a mesma possuía dívidas do ICM, cabendo ao parlamentar intermediar encontros do governo e a diretoria para quitarem o débito (ALTO MADEIRA, 18/02/1983, p.3).

Também apareceram como empecilho ao desenvolvimento da região, as direções de órgãos do setor estarem preenchidas por pessoas de fora do estado. O líder do PDS, Jacob Atallah começou a contatar representantes dos órgãos federais em Rondônia, como a CEPLAC, pois o resultado das urnas de 1982 exigia melhor atenção por parte do Planalto, para nomearem pessoas residentes do estado e, acentuou: “Já não basta de nós vermos sempre as melhores posições ocupadas por quem não tem identidade com nossos problemas e influenciando no que nos

⁵⁹ Informação obtida no Alto Madeira, 06/03/1986, p.1.

tange. Vamos a todos os ministérios para que atendam nossa reivindicação” (ALTO MADEIRA, 18/02/1983, p.3).

A preocupação de Jacob Atallah também expressava a sensação de desprivilegio com os “nascidos na terra”, pois alguns postos de direção das agências reivindicadas eram gerenciados por “migrantes”. Segundo a historiadora Marta Lima, desde a implantação burocrática do novo estado e, no decorrer das décadas 1980/1990, a disputa por tais pastas esteve constantemente na briga de grupos políticos, tendo as elites da capital reagido a perda de espaço com o fluxo migratório, pois:

Parece-nos evidente que um dos efeitos dessas políticas foi a perda, por parte dos grupos sociais da região, de suas identidades culturais em decorrência das imposições de novos comportamentos, valores e estilos de vida. E que estes modificaram os hábitos dessa população local e alteraram as suas identidades sociais. Convém ressaltar que até a década de 1960 não havia grandes diferenças sociais entre os indivíduos que compunham as classes média e alta em Rondônia. A classe alta era formada pelos políticos, pelos gerentes de bancos e pelos comerciantes e seringalistas. A classe média era formada pelos funcionários de bancos, pelos funcionários públicos e pequenos comerciantes (LIMA, 2013, p.92-93).

Conforme a historiadora, os projetos de colonização na Amazônia da ditadura civil-militar, alteraram toda a estrutura de classe da região, por isto, aqueles que requereram para si a identidade local tentaram reverter o quadro social. Interessante que em 1983 a luta pelas chefias de tais agências estava como dever de todos os parlamentares, todavia seria o interior ou o eixo da BR-364 a mais favorecida, tendo em vista a importância dos órgãos no desenvolvimento das políticas agropecuárias.

Mas, os incansáveis discursos dos deputados estaduais pela agropecuária e os agricultores, foi alvo de contestações do colonista Josias de Macêdo no *Alto Madeira*, que percebeu poucas menções a outros assuntos e, de explorarem outros assuntos de problemas sofridos pelos habitantes da capital e o interior:

Pelos problemas levantados, no Legislativo Estadual, até parece que Rondônia não tem problemas ou melhor os problemas do Estado residem apenas na falta de assistência aos agricultores e, o péssimo estado em que se encontram as estradas vicinais. E é, justamente, sobre esses problemas que os deputados dos dois partidos debatem no plenário. Os deputados Zuca Marccolino, PDS, acha que tudo são rosas as estradas em condições de tráfego, o colono resolvendo seus problemas etc Por sua vez, os oposicionistas João Dias, com seu discurso, diários, sobre a situação do interior, citando as mesmas dificuldades em que se encontram os colonos para sobreviver. Enfim é uma lengalenga que irrita qualquer um. Os grandes problemas não são apreciados, como o aproveitamento da madeira da área ser alagada para a construção da UH de Samuel; o problema da exploração do minério e suas consequências; a exportação de peles de animais silvestres, que apesar de proibida a matança, continua sendo exportada; a falta de energia elétrica, não só na capital, como no interior, causando sérios problemas aos usuários; a situação de quase 13 mil

servidores, que estão sob a ameaça de serem despedidos, por falta de uma solução federal; o menor carente e abandonado; a criação da delegacia de Economia Popular, como principal órgão de defesa da bolsa do povão, e outros. Mas como Rondônia começa a ser um Estado que terá base de sua economia, a agricultura, o colono é o enfoque dos discursos de todos os parlamentares, quer estadual, quer federal (ALTO MADEIRA, 11/05/1983, p.2).

O texto do jornalista foi escrito na fase constituinte da ALE/RO e, para o mesmo os discursos da constituinte resumiam-se à agricultura e neste ponto, não diferiam da atuação da bancada federal. Todavia os parlamentares deveriam debater outros assuntos, como os temas sugeridos por ele na coluna. O colunista parecia não compreender razoavelmente o perfil dos novos políticos que tentavam, no plenário, apresentarem-se como defensores de seus eleitores.

Apesar de no item dedicado à área econômica do Título IV da Constituição de Rondônia, garantir incentivos ao ramo industrial, os deputados estaduais dedicaram mais espaço no documento constitucional ao setor agrícola e aos colonos, expressando qual modelo econômico elegeram como prioritário. A prioridade não deixava de mostrar a força política e ideológica da ditadura civil-militar, que havia elegido a Amazônia como terra de expansão da fronteira agrícola.

Isto também refletiu nas disputas pelos cursos da recém fundada Universidade Federal de Rondônia, embora alguns políticos da BR-364 tentaram levar medicina e agronomia as suas localidades, na reunião de 18 de fevereiro do PDS de Ji-Paraná, os pedessistas definiram estratégias para conseguirem os dois cursos, o prefeito da cidade, Roberto Jotão, dissera tratar-se de uma promessa da campanha de 1982, feita pelo governador (ALTO MADEIRA, 19/02/1983, p.4).

Contudo, as elites da capital frearam o movimento de tirar medicina de Porto Velho. Sobrando ao interior definir qual cidade receberia as graduações mais convenientes as mesmas, por isto Agronomia e Medicina Veterinária, eram assunto de muitos parlamentares que apresentavam seus domicílios como os mais adequados para a instalação. Na batalha pela sede do curso de agronomia da UNIR, estiveram Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Ouro Preto do Oeste (ALTO MADEIRA, 03/03/1983, p.4).

Sobre este cenário, constata-se a naturalização da atividade agropecuária para a economia de Rondônia, intencionalmente pelo governo federal e estadual, já para alguns deputados estaduais parecia a única alternativa, tendo alguns sujeitos raízes profissionais no ramo e, outros limitados aquele assunto para permanecer na vida política. Ademais, os impressos foram baluartes em defenderem esta agenda ou mesmo porque satisfaziam os

propósitos de seus patrocinadores, portanto a grande imprensa e a regional e os segmentos políticos locais trabalharam para enquadrarem a região no imaginário do “Brasil Potência”.

3.4. Redefinindo *Os Políticos*

As sessões do poder legislativo tiveram apresentação e discussão de variados temas levados pelos legisladores: violência policial, crise econômica e litígios agrários. Para a imprensa, num primeiro momento, tocar nestes assuntos parecia uma denúncia da oposição, posteriormente interpretada como verdadeira atuação parlamentar perante a opinião pública, portanto os deputados deveriam mais do que serem ouvidos pelo executivo, necessitavam de lugar dentro do executivo para melhorar a vida dos cidadãos, ainda que 1983 era o ano do retorno dos políticos.

O governo no processo de escolha da executiva do PDS falhou por deixar de ouvir os correligionários e os constantes apelos do *Alto Madeira* neste sentido. Parecia que não entendia a conjuntura, ariscou-se em duelar com as alas internas numa demonstração de afirmação de poder, do executivo. Ainda durante os primeiros sinais do racha na agremiação, Josias de Macêdo advertiu:

[...] Agora, no entanto, a coisa mudou de figura. Os parlamentares eleitos acham que devem assumir o poder político. Mostrando o que sempre disse este jornalista: é muito fácil conter os parlamentares fisiológicos, deve-se negociar e não impor (ALTO MADEIRA, 08/04/1983, p.2).

Na opinião do jornalista, os políticos ainda deveriam estar distantes da máquina pública, ou mesmo de decisão da escolha do comandante da sua legenda. O remédio para as cobranças estava nítido, pôr na mesa as cartas de negociação, um xarope antigo receitado para tratar indivíduos destituídos de comprometermos, ou seja, os deputados fisiológicos.

Diante do episódio da convenção e da visita de Paulo Maluf, o governo parecia ter recuado, estaria disposto a atender aos pedidos dos pedessistas, a começar com a eleição dos municípios fronteiriços, Guajará-Mirim, Colorado Do Oeste e Costa Marques, entregando o comando da campanha ao partido, na justificativa de Jorge Teixeira: “Eu já ganhei uma eleição. Agora é a vez dos políticos” (ALTO MADEIRA, 24/07/1983, p.1).

Publicamente o governador esteve nas bordas das decisões da eleição na fronteira de 1983, diariamente a imprensa relatava o empenho de parlamentares e da executiva pedessista na campanha, a grande estrela dos comícios coube ao senador José Sarney presente nos atos eleitorais (ALTO MADEIRA, 27/08/1983, p.4). Curiosa esta penetração tímida do então

presidente nacional do PDS, o fato de ser figura nacional não explica a presença, pois em 1985 desempenhou papel importante na cooptação dos eleitores da ALE/RO no colégio eleitoral.

Ainda, salienta-se que na Convenção Nacional do PDS, realizada em 10 de julho, a chapa *Participação*, composta por malufistas, surpreendeu ao conquistar 35% das cadeiras do diretório nacional e, quase José Sarney foi derrubado da presidência, permaneceu devido a manobras com os malufistas fazendo vistas grossas, porém pelo constrangimento o senador cogitou renunciar ao cargo, tendo desembarcado em 1984, quando João Figueiredo descumpriu a promessa de fazer as prévias do partido (RIBEIRO, 2016, p.48-49).

Moreira Franco, presidente do PDS fluminense, que apoiava a chapa oficial, lembrou que a chapa dissidente aglutinou vozes do partido devido “[...] a necessidade de politizar a ação governamental, inibindo a atuação dos tecnocratas”. E frisou que, caso a estratégia dos discordantes tivesse focado na cobrança da consolidação do Legislativo e numa oposição mais dura as diretrizes econômicas, a chapa dissidente teria saído fortalecida (ALTO MADEIRA, 12/07/1983, p.1 - 2º Cad.).

Após o fortalecimento dos malufistas no PDS / Nacional, o paulista aumentava as possibilidades de suceder a João Figueiredo em 1985, por isso, segundo o matutino rondoniense, a tese do governador mineiro Tancredo Neves, de um pacto para consenso, podia ganhar mais adeptos (ALTO MADEIRA, 12/07/1983, p.2).

José Sarney percebia o aumento do poder de Paulo Maluf na agremiação e, ao participar da promulgação da constituição de Rondônia, viu de perto os afagos de políticos de vários estados ao paulista, também teve conhecimento que Mário Andreazza não detinha o apregoado apoio dos pedessistas rondonienses, ainda Jorge Teixeira caminhava para completo isolamento no ninho pedessista. Os fatos permitem argumentar que a visita do senador maranhense na eleição de 1983, estava relacionada a projetos políticos pessoais.

Retomando a eleição de 1983, lembra-se que com as sublegendas, os partidos poderiam lançar até três candidaturas⁶⁰, recortaremos somente Colorado do Oeste, pivô do rompimento de armistício de paz do governador e correligionários, mas antes ressalta-se que o pleito eleitoral mobilizou deputados estaduais os quais faltavam sessões para estarem presentes nos municípios.

⁶⁰ Em Guajará Mirim, Isaac Bennesby, de família tradicional foi o eleito para a prefeitura e, segundo Esron Menezes outras famílias detinham votos no município: Arouca, Pontes, Melhem, Massud, Castelo Branco e Elage (ALTO MADEIRA, 31/07/1983, p.4 - 2º caderno). Já em Costa Marques, a disputa se deu somente no PDS, o PMDB não conseguiu estruturar a agremiação em tempo hábil, e para Francisco Matias neste lugar teve a única candidatura apoiada pelo governador, tendo vitorioso, Ruy Rodrigues Almeida (MATIAS, 1998, p.167-168).

O resultado confirmou outra vitória do PDS, em Colorado do Oeste, Marcos Donadon⁶¹ com apoio de Arnaldo Martins, apontado como o principal cabo eleitoral do comerciante, mas para o PMDB e o Partido dos Trabalhadores, a eleição foi fraudulenta com o candidato pedessista lançando mão de seu poder econômico para comprar votos da população e, tudo isso, com a conivência da justiça eleitoral.

Segundo Sergio Carminato, cuja base estava naquele município, o prefeito de Vilhena (cidade ao lado), mandou no dia 30 de agosto, camisas e outro produtos para distribuição em 35 caçambas nas linhas vicinais que levaram os eleitores para votarem, ou seja, numa flagrante infração eleitoral, a denúncia foi confirmada por Celio Montezuma do PT, o qual dissera ter presenciado a ação. Para João Dias:

Não havia condição de concorrer. Houve, uso abusivo da máquina administrativa e muita coação com uso do dinheiro do povo a favor do PDS. ... mas em 86 será diferente porque lá os juízes já terão estabilidade, sem medo do coronel e vamos então ter mais peso para a luta.

O governador disse publicamente que onde a oposição ganhasse o Governo não daria atenção⁶², então foi coação e assim eu não posso considerar uma derrota do nosso partido (ALTO MADEIRA, 11/09/1983, p.3).

A explicação dos opositoristas coincide com as mesmas dadas nas análises sobre os motivos da derrota de 1982: Medo como forma de coagir eleitores, pressão em cima dos juízes novatos, e receitas financeiras à disposição dos candidatos pedessistas para estruturarem os comitês de campanha.

Enquanto os partidários do governador negaram envolvimento na disputa, o colunista Ary de Macedo, ao expor sua análise do pleito, mencionou o duelo de dois grupos do PDS nas eleições, a ala dos políticos (Galvão Modesto e Odacir Soares) e a do governo, composta pelos secretários e o conselheiro do TCE/RO, José Renato (ALTO MADEIRA, 31/08/1983, p.2).

Isto ficou mais claro numa notícia vinculada na imprensa após o término da campanha, dando conta de nos atos de campanha em Colorado do Oeste, que parlamentares fizeram críticas

⁶¹ Esta eleição dava início a formação de uma das dinastias políticas de Rondônia, a família Donadon, que em seguida estendeu o poder sobre a cidade de Vilhena e na ALE/RO. Mas, uma série de escândalos de corrupção desgastaram parte da imagem da família, o mais famoso sendo do ex-deputado federal, Natan Donadon, condenado pelo STF em 2014 por formação de quadrilha e peculato. Em consequência do enorme desgaste público dos homens da família, o clã passou a lançar candidaturas de Rosângela (esposa de Marcos) e Rosani (cônjuge de Melkizedeck) na prefeitura de Vilhena, esta perdeu o mandato no ano de 2018 depois do TSE considerá-la inelegível no pleito de 2016, ocasionada de condenações por abuso de poder econômico e político em 2008. Informação obtida em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/ficha-limpa-barra-candidatura-de-membros-da-familia-donadon/>; <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-determina-novas-eleicoes-em-vilhena-ro-apos-cassar-registro-de-rosani-donadon>.

⁶² Referência a entrevista dada por Jorge Teixeira na TV Rondônia, emissora reprodutora da Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo, (ALTO MADEIRA, 02/08/1983, p.2).

duras ao governador, o qual deixaram desnorteados os eleitores, o mais incisivo teria sido o senador Odacir Soares ao afirmar que: “O Absolutismo de Jorge Teixeira acabou. Agora é a vez dos políticos, escolhidos pelo povo, traçarem os destinos do Estado de Rondônia” (ALTO MADEIRA, 23/08/1983, p.3).

As declarações de Odacir Soares não foram negadas pelo senador, mas os deputados estaduais, Heitor Costa e Amizael Silva negaram o caso, direcionando a autoria da informação à assessoria pessoal do governador e, o objetivo seria distanciar os políticos ainda mais do executivo. Tudo isto aconteceu próximo de uma reunião do governador com os deputados estaduais do PDS para tentar recompor sua base aliada, mas diariamente a imprensa trazia fatos que pareciam acirrar os ânimos.

Em 16 de setembro, vésperas de reunião da bancada federal rondoniense do PDS com João Figueiredo, o governador recebeu na sede do governo lideranças políticas, prestando-lhe apoio devido a notícia de possível queda de Jorge Teixeira articulada pelo Grupo de Brasília com a audiência cedida pelo presidente, emocionado o governador declarou ter aventado renúncia do cargo, mas continuaria o seu governo, ninguém assumia a iniciativa da corrente de apoios, na agenda oficial era esperado para aquele dia José Bianco, Claudionor Roriz, Zuca Marcolino e do vereador Lucindo Quintans (ALTO MADEIRA, 17/09/1983, p.1), o vazamento da notícia esteve atribuído ao círculo de assessores próximos do governador.

Diante do fato, o *Alto Madeira* defendeu a manutenção de Jorge Teixeira no cargo, com uma matéria “*Povo –com restrições- quer que Teixeira fique*”, teriam coletado opiniões da sociedade civil apoiando o governador, entre os ouvidos estavam funcionários do governo como Iêda Borzacov, do setor da SECET (ALTO MADEIRA, 18/09/1983, p.3).

Odacir Soares telefonou para o jornal *Alto Madeira*, dando a versão do Grupo de Brasília sobre o encontro com o presidente, os ministros (Casa Civil, Leitão de Abreu e Interior), também estiveram presentes, quanto a um pedido demissão de Jorge Teixeira, a informação seria falsa, pois eles teriam reclamado do tratamento dispensado aos deputados federais pelo governo estadual e por isso João Figueiredo convocaria o governador para conversarem (ALTO MADEIRA, 17/09/1983, p.3).

Até lá as coisas agravavam-se, na tarde do dia 22 de setembro, aviões jogaram no estado panfletos com o título “*os golpes desse Odacir Soares*”, o qual seria o líder de uma traição ao governador, em Porto Velho um carro sem identificação distribuiu nas ruas o material (ALTO MADEIRA, 23/09/1983, p.1).

Oswaldo Piana considerou os panfletos com erros ortográficos, semelhantes aos distribuídos por Claudionor Roriz quando perdeu o comando do partido, o parlamentar que

estava em Cacoal, endereçou a distribuição em Ji-Paraná ao radialista Luiz Rivoiro que levava consigo dois pacotes do material, o diretor da Rádio Caiari, refutou a acusação, prometendo processar o deputado (ALTO MADEIRA, 23-24/09/1983, p.3-6).

Outra vez a autoria do dossiê ficou sem resposta e, Odacir Soares pediu ao ministro da justiça proteção policial para os integrantes do Grupo de Brasília, responsabilizou de antemão o governador caso algum membro do grupo sofresse atentados (ALTO MADEIRA, 27/09/1983, p.3).

No dia 26 de setembro, quando o governador retornava de uma viagem, numa manhã de segunda-feira, o secretariado estadual, o presidente do TCE/RO, José Renato Uchoa e membros do 2º escalão do governo, receberam o governador no aeroporto da capital demonstrando unidade e tentando intimidar seus desafetos. Jorge Teixeira comprometeu-se a conversar com o Grupo de Brasília e, transpareceu a decepção com Galvão Modesto, segundo ele, um simples funcionário do INCRA em Manaus que lhe devia sua indicação como executor do INCRA em Rondônia (ALTO MADEIRA, 27/09/1983, p.3).

Ainda naquela data, o matutino destacou uma suposta lista de exigências do Grupo de Brasília, conforme o governador o documento tinha sido deixado na chefia do gabinete do Ministério do Interior, exigindo cargos e na avaliação de Jorge Teixeira se fossem atendidos, Rondônia teria um governo paralelo. Ao todo foram 20 itens, citaremos 12, importante ao nosso debate:

1. “Governo Político – Participação de políticos, com ou sem mandato, na estrutura do Executivo Estadual (1º Escalão).
Áreas de interesse: 1. Departamento de Estradas de Rodagem. 2. Secretaria do Estado da Agricultura. 3. Secretaria de Estado da Administração. 4. Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. 5. Secretaria de Indústria e Comércio. 6. Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia. 7 Companhia de Mineração de Rondônia.
2. Dispensa dos Quadros do Governo de elementos que, notadamente, tem sido responsáveis pelos atritos do Executivo com o Legislativo.
9. Eliminação de quaisquer atitudes desabonadoras aos políticos, principalmente através dos meios de comunicação oficiais do Estado (Tribuna e Rádio Caiari).
10. Efetiva participação dos políticos nos eventos importantes do Estado (inauguração de obras, etc).
12. Apoio aos políticos através dos meios de comunicação oficiais do Estado (Tribuna, Caiari, Alvorada e TV Rondônia) (ALTO MADEIRA, 27/09/1983, p.3).

O grupo desmentiu a autoria do documento e, por meio de telex endereçado ao governador, negaram-se a sentar na mesa de negociação, por dois motivos: 1º estariam acompanhando o ministro do Exército, Walter Pires, em comitiva entre 3 a 11 de outubro na instalação do Comando Militar da Amazônia, e o 2º caberia aos ministros da Justiça e do Interior intermediarem o diálogo entre as partes (ALTO MADEIRA, 30/09/1983, p.1).

Na reunião de 2 de outubro de Jorge Teixeira e João Figueiredo, o presidente disse que nenhum ministro iria mediar a crise do governador e o Grupo de Brasília, para a estatal, EBN, Jorge Teixeira afirmou que o pivô da crise dele com os parlamentares estava na questão da sucessão presidencial, pois no estado haviam 13 votos a Mário Andreazza e 13 votos a Paulo Maluf e, ainda o matutino lembrou que a visita na Amazônia do grupo com o ministro do exército não aconteceu (ALTO MADEIRA, 04/10/1983, p.1).

O presidente do PDS, Dezival Ribeiro, chegou a dizer para a imprensa que Mário Andreazza intermediaria uma solução junto ao Grupo de Brasília e, quanto a divulgação do nome do governador para o Senado Federal em 1986, considerou precipitada (ALTO MADEIRA, 20/10/1983, p.3). Quando tudo indicava diminuição da temperatura, no dia 25 de outubro, apareceram exemplares de outro panfleto:

Manifesto

Povo de Rondônia, abaixo aos maus rondonienses. O humilde povo desta terra saberá dar aos políticos traidores o castigo que merecem. A ingratidão dos senadores Odacir Soares e Galvão Modesto, e dos deputados federais Rita Furtado (Deputada de Circo), Leônidas Rachid, Assis Canuto e Francisco Sales é acompanhada atentamente pelo povo que os elegeu. Abaixo os traidores do governador Teixeira, o homem que mais faz por esta terra. Mostre sua gratidão ao grande líder Teixeira não dando ouvidos aos políticos de Brasília, pois são todos uns gigolôs da Nação. Façam manifestos de gratidão ao nosso grande governador TEIXEIRÃO.

Ass. Um Grande Amigo de Rondônia (ALTO MADEIRA, 26/10/1983, p.3, Grifos do jornal).

Novamente a autoria do manifesto ficou sem identificação. Todavia, questiona-se os porquês do jornal os reproduzi-los, estariam concordando que determinados indivíduos traíram o governador, ou indiretamente dizendo ao executivo para procurar outro método de reação as reivindicações do Grupo de Brasília? No dia 9 de novembro, no editorial o jornal chegou a refutar a notícia de estar do lado do citado bloco do partido.

Os rachas do PDS não levaram a paralisia de votações na ALE/RO durante a fase legislativa e, em alguns momentos os pedessistas frearam manobras da oposição. Quando a casa apreciou um projeto de lei de Tomás Correia, do dia 13, propondo a invalidação dos decretos do governador expedidos nos dias 2 e 5 de agosto de 1983, o relator Arnaldo Martins realizou alterações levando a bate-boca com Tomás Correia. Mas, quase conseguiu a aprovação, o que exigiu de Jacob Atallah conduzir os seus correligionários a entrarem no plenário e votarem, deste modo a proposta foi rejeitada com 12 votos do PDS (com ausência de Walderedo Paiva e Márvel Falcão) e o PMDB conseguindo só os votos da bancada, naquele dia foram 6 votos (ausência de Sadraque Muniz, João Dias e Ângelo Angelin) (ALTO MADEIRA, 14/10/1983, p.1).

Tentando aparar as arestas, o executivo realizou uma reforma no secretariado, o qual contemplou parlamentares estaduais, Walderedo Paiva tornou-se o titular da SEIJUS (Secretaria de Interior e Justiça) e, enfatizou no discurso de despedida: “Porém, jamais perderei a identidade parlamentar que o povo rondoniense me conferiu”⁶³, a declaração mostra o quanto naquela altura os deputados faziam questão de demarcarem o seu lugar político, mesmo estando na esfera burocrática considerava-se membro do legislativo.

Na Casa Civil houve substituição do aliado de Odacir Soares, Eudes Lustosa, que voltou para a Assessoria Parlamentar, e o titular foi o desembargador Hélio Fonseca⁶⁴, que na época era o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e, para assumir o cargo precisou aposentar-se compulsoriamente. Esta nomeação, segundo a oposição, escancarou as estranhas relações da Justiça Eleitoral com o executivo, pois em 1982, o citado juiz ocupava a vice-presidência do TRE/RO.

Na avaliação do colunista Ary de Macedo, a nomeação dos novos secretários, confirmava os boatos que após a convenção regional do PDS haveria demissões de pessoas ligadas a ala vencedora, atitude bastante ruim para as relações do executivo com os políticos, embora os titulares fossem competentes, as pastas destinadas a eles eram incompatíveis com o esperado para o cargo (ALTO MADEIRA, 20-21/11/1983, p.2).

Todavia, o governo ganhava um aliado na ALE/RO, o suplente Walter Bártolo⁶⁵ e, tinha pela frente cessar os atritos entre o governador e o prefeito da sua cidade, Roberto Jotão. Bártolo tomou posse no dia 23 de novembro, no seu pronunciamento afirmou sua lealdade à Jorge Teixeira e, elencou diversas entidades das quais seria defensor, dentre elas as igrejas evangélicas⁶⁶, porém seu mandato focaria nos interesses dos funcionários públicos e do meio ambiente (ALTO MADEIRA, 24/11/1983, p.1-3).

⁶³Alto Madeira, 23/11/1983, p.3.

⁶⁴O Juiz tinha experiência somente no âmbito jurídico, em 1963 foi chefe da Polícia do Território Federal de Rondônia, no governo de Paulo Eugênio Pinto Guedes e, entre 1959-1965, esteve na função de promotor público, deixou o estado em 1965, retornando em 1982 para o cargo de desembargador do TJ/RO (HOLANDA & MENENEZES, 2006, p.135-136).

⁶⁵Nascido em Porto Velho, em 1983 tinha a idade de 57 anos, conseguiu em 1982 1.276 votos, cuja base eleitoral era Ji-Paraná. De 1966-1968- foi o titular da Secretaria de Agricultura (na época Divisão de Produção, Terras e Colonização); 1968-1969 – titular da Secretaria de Obras (na época Divisão de obras Públicas) na fase do Território Federal de Rondônia e, no período de 1977- 1978 foi o gestor municipal de Ji-Paraná, sendo o primeiro prefeito do município (ALTO MADEIRA, 22/11/1983, p.7).

⁶⁶Interessante esta informação, pois trata-se de uma das primeiras manifestações de defesa de uma instituição religiosa, todavia não se encontrou qualquer afago por parte de igrejas evangélicas com a declaração do parlamentar. Além disso, os deputados Amizael Silva e Sadraque Muniz, membros da Assembleia de Deus, seguiam as ordens da igreja de desvincular seus mandatos com qualquer elo com a instituição, pois neste momento a entidade considerava negativa a participação de fiéis na vida política (DIAS, 2019, p.108), portanto tudo leva a entender que o aceno do parlamentar era manifestação pessoal do mesmo para aproximar-se do agrupamento religioso.

O presidente da ALE/RO foi um fiador da governabilidade naquele ano, chegando a colocar-se à disposição de mediar conversas entre Jorge Teixeira e o Grupo de Brasília, atitude bastante elogiada pelo *Alto Madeira*, o qual construía a imagem de José Bianco como um conciliador político, exemplo de parlamentar que, para o jornal, deixava de lado vaidades pessoais em nome da função pública e da harmonia entre os poderes.

Porém, até a paciência de José Bianco tinha limites, o governador entraria de licença do cargo no mês de janeiro de 1984 para viagem à Bolívia, de acordo com a Constituição, no artigo 66, com as ausências do governador e seu vice, o presidente da ALE/RO assumiria o governo, naquele momento o estado não possuía um vice-governador, assim, com as férias de Jorge Teixeira, tudo levava a acreditar que interinamente o posto seria assumido por José Bianco.

Mas, nos bastidores, Jorge Teixeira articulava com João Figueiredo, a nomeação de um nome, conforme divulgado pela imprensa no dia 23 de dezembro, teria sido acertada na data de 20 daquele mês, a escolha da secretária de Planejamento, Janilene Melo, no cargo de vice-governadora (ALTO MADEIRA, 22/12/1983, p.2).

De modo geral, no meio político o anúncio causou surpresa e foi visto como recado do executivo que não estaria disposto a dialogar com seus correligionários, para o *Alto Madeira* no editorial, Janilene Melo seria simplesmente uma pessoa técnica e de pouco contato com os jornalistas, mas na ALE/RO a situação ficava complicada, assim:

Voltando à questão meramente política, importante que se observe a reação dos deputados, principalmente os estaduais, nesta fase. Apesar de uma parte dos pedessistas estar atrelada ao Grupo de Brasília, entrando como segundo escalão das “estrelas” maiores, sabe-se que, na verdade, são os estaduais que estão levando a pior fatia do bolo, a troco de nada (ALTO MADEIRA, 22/12/1983, p.2).

Para o matutino, o governador confundia a bancada estadual com os parlamentares de Brasília, isto ficou mais visível quando na página 3 daquela edição, noticiava que Dezival Ribeiro estava preocupado com José Bianco, que já tinha estabelecido um plano para assumir interinamente o executivo (ALTO MADEIRA, 22/12/1983, p.3), mas o recado do jornal seria de que o governador estava para perder um grande aliado.

O episódio da licença de Jorge Teixeira continuou rendendo notícias, o chefe da Casa Civil, em entrevista na, *A Tribuna*, disse ser uma deferência a solicitação do governador a ALE/RO para o afastamento, parlamentares estaduais e federais refutaram a fala de Hélio Fonseca. José Bianco, Francisco Erse, Oreste Muniz, rebateram as declarações ao afirmarem que a constituição estadual era para ser cumprida (ALTO MADEIRA, 29/12/1983, p.3). Os

argumentos dos deputados baseavam-se no artigo 68 da constituição estadual, no qual determinava comunicação ao legislativo e autorização daquele poder, nas licenças do governador e vice-governador, quando o afastamento excedesse 15 dias fora da federação ou do país (RONDÔNIA, 1983).

Em outra frente, na noite de 27 de dezembro, José Bianco comunicou ao governador, da elaboração de um mandato de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal), a título de esclarecimentos, tendo em vista o artigo da constituição que trata do assunto não ter sido questionado na justiça, deste modo, aguardava a publicação do nome de Janilene Melo no Diário Oficial, para o judiciário ser acionado e, ainda acrescentou que a ALE/RO não poderia passar como omissa no caso (ALTO MADEIRA, 29/12/1983, p.3).

Enquanto isso, os peemedebistas exibiram uma propaganda eleitoral na noite de 28 de dezembro, abordando sobre as dificuldades econômicas do país e defendendo eleições diretas para todos os cargos e, Múcio Atayde declarou que seria “para acabar com esse governador biônico”, segundo o *Alto Madeira*, a propaganda ganhou elogios de alguns pedessistas, embora discordaram da eleição para as capitais, pois isto não aconteceu por falta de acordo do PMDB no Congresso Nacional (ALTO MADEIRA, 29-30/12/1983, p.1-3).

Outra informação que fechou o ano veio de Dezival Ribeiro, ao dizer que contataria os demais presidentes regionais do PDS em prol da aprovação de um projeto de lei de Olavo Pires (PMDB/RO), tratando da realização de eleição em 1984 ao governo do estado, a proposta tinha o apoio de Nelson Marchezan (PDS/RS), líder do PDS na Câmara dos Deputados. Caso a lei fosse aprovada, Leônidas Rachid, seria o candidato em 1984 e, no pleito de 1986 seria Odacir Soares (ALTO MADEIRA, 30/12/1983, p.3).

Todavia, sempre deve-se lembrar que o processo de distensão política esteve sendo controlado pelo governo federal, por isso os recursos no judiciário (sendo que este poder funcionou para manter a maquiagem de legalidade da ditadura civil-militar), ou tentativas de antecipar as eleições para governador de Rondônia, tinham chances rasas de materialização. Portanto, até mesmo para pôr em prática as salvaguardas constitucionais, ou seja, de o presidente da ALE/RO substituir o governador no caso de licenças, tinham os devidos limites dentro dos planos do Planalto.

Ademais, o acontecimento ilustra o quanto os militares resistiram em entregarem o poder executivo aos civis, mesmo que em caráter interino. Por isso, para entender este fato, deve-se dirigir os olhares para além da personalização, que resume a um duelo entre Jorge Teixeira contra José Bianco, mas passando pela perspectiva no qual o Planalto manobrava para manter sob controle aquele estado. Este elemento foi pouco explorado pelos impressos,

principalmente o *Alto Madeira*, seja devido as conveniências com os militares, ou por estar preso num regionalismo, insistindo na construção de narrativas da consolidação da federação, em que os três poderes funcionavam harmonicamente.

A opção do matutino de tratar com menos ênfase acerca dos limites da abertura política, preferindo por optar por produzir representações de uma normalidade jurídica, ocultava dos leitores a necessidade de mais esforços da sociedade civil na construção da democracia garantindo, entre outras coisas, um judiciário e um legislativo independentes, isto é, livres da tutela do executivo.

Porém, os impressos durante o ano de 1983, procuravam, cada um a seu modo, explicar para seus leitores quem eram os novos atores políticos e, quais as finalidades dos legisladores estaduais, de modo geral, chamavam todos aqueles (a) eleitos em 1982 de *os políticos*.

Neste ponto, cabe ao historiador perceber a transformação de uma palavra em conceito, quando a mesma numa fase de modificação das estruturas sociais, passa a dar significado à construção de uma nova visão de mundo (KOSELLECK, 2006, p.142). E, diante da inserção da ALE/RO na sociedade rondoniense ligada aos projetos de montagem da Nova República, era preciso apresentar aos leitores os papéis designados aos sujeitos responsáveis pelo novo *status quo*, aqueles que iriam substituir os tecnocratas que, até então, ocupavam os postos de poder e tocavam a máquina administrativa.

Como foi abordado no capítulo anterior, ainda na fase constituinte, os impressos retrataram os parlamentares como cumpridores de suas funções, sendo a primordial, a fiscalização da coisa pública, sendo que nas audiências das comissões temáticas não poupavam os convidados com perguntas, mesmo que fossem de assuntos delicados. Mas, o maior exemplo de capacidade técnica dos deputados, esteve demonstrado na montagem da constituição.

Assim, na fase legislativa, os deputados estaduais levaram à mesa diretora e ao plenário os projetos prometidos na época da campanha eleitoral, uma amostra do comprometimento com os cidadãos e suas respectivas bases de apoio. Neste momento, o *Alto Madeira* passa a lisonjear o legislativo com mais intensidade, até os oposicionistas tiveram mais espaços e recepção de suas críticas.

No dia 20 de dezembro, Tomás Correia esteve na redação do *Alto Madeira* para agradecer ao diretor do jornal, pela cobertura considerada imparcial durante o ano de 1983, resumiu a visita pelo “apoio que nossa bancada e todos deputados receberam de parte deste jornal” e, por fim desejava ótima relação em 1984 (ALTO MADEIRA, 21/12/1983, p.6). Décadas depois, o ex-líder da oposição afirmou o seguinte:

Sobre a imprensa, primeiro deve-se constatar que o jornal é feito por jornalistas e, no Alto Madeira tinha jornalistas excelentes, por isso alguns jornalistas colocavam matérias sobre a oposição, no Alto Madeira nunca recebi restrição, pois algumas reportagens abordando minha atuação parlamentar chegaram a ser destaques de uma determinada edição, embora o Ary Macêdo que vinha da rádio *Eldorado* do Mário Calixto e do *Estadão*, ele fazia críticas a tudo o que eu falava, dedicava-se a defender o governo na sua coluna (CORREIA, 07/11/2019).

Para o ex- parlamentar, o periódico desempenhou total imparcialidade quando tratou de narrar acerca do desempenho da oposição, pois ele mesmo esteve nas manchetes do matutino. Ainda acrescentou que: “O *Alto Madeira* deu total liberdade para mim, sem nenhum veto deles, mesmo os posicionamentos duros que fiz contra o governo, saíram em matérias, faço este registro para fazer justiça ao grupo Tourinho” (CORREIA, 07/11/2019), ou seja, os proprietários do periódico merecem o reconhecimento do trabalho “neutro” naquele momento, embora ele mencione que o jornal favorecia a arena pedessista.

Tudo indica que o *Alto Madeira* ampliou a rede de relacionamentos, manteve a cordialidade com o governo de Jorge Teixeira, ao mesmo tempo tentava agradar aos parlamentares, por perceber que estes indivíduos formavam o novo campo político e faziam parte da elite política em ascensão.

Entre agosto a dezembro de 1983, mesmo com os impasses do governo e a bancada, a ALE/RO mantinha o ritmo de trabalho, os projetos de lei dos deputados vinham a público, muitos recebendo aprovação e sanção do governador, na maior parte as matérias aprovadas atendiam aos funcionários públicos.

Antes do afastamento do cargo para assumir uma secretaria do governo estadual, Walderedo Paiva, entregou o Estatuto da Polícia Civil, promessa de campanha feito à categoria, continha 65 artigos acerca da função e organograma da entidade (ALTO MADEIRA, 02-03/11/1983, p. 3).

No final de novembro, os parlamentares aceleraram para terem suas propostas apreciadas no plenário, no dia 29, a matéria do governo fixando os vencimentos dos servidores do Estado ao do Federal, foi aprovada em caráter unânime, mesmo com protesto da oposição de não poderem fazer modificações no texto original, temendo inconstitucionalidade. Tomás Correia sugeriu uma emenda, onde dava ao executivo “autorização para reajustar os vencimentos e vantagens dos servidores do Estado acrescido de 80% do percentual do Governo Federal”, mas Arnaldo Martins, relator do texto, entendeu tratar-se de manobras da oposição, então na votação por 8 a 7 a emenda do peemedebista foi derrubada, Cloter Mota esteve no plenário depois da votação e considerou inconstitucional a proposta do correligionário (ALTO MADEIRA, 30/11/1983, p.4).

Ainda naquele dia, uma emenda ao decreto-lei do executivo 031, da data de 30/11/1983, para “abertura de crédito suplementar de 3,3 bilhões para o Governo do Estado” foi aprovada bem como propostas dos deputados, como: a obrigatoriedade do ensino de Ecologia⁶⁷, de História e de Geografia de Rondônia nos 1º e 2º graus, de autoria de Ângelo Angelim; Criação na capital da Casa do Universitário, de autoria de Jerzy Badocha; Delimitação da área do município de Rolim de Moura, de Ronaldo Aragão (ALTO MADEIRA, 30/11/1983, p.4).

Continuado no encerramento dos trabalhos legislativos, a ALE/RO foi favorável ao projeto de Oswaldo Piana, o qual criava o IPERON (Instituto de Previdência do Estado de Rondônia), estimava-se atender 20 mil servidores estaduais e, mais 80 mil dependentes (ALTO MADEIRA, 01/12/1983, p.4).

Porém, alguns projetos ficaram parados, dentre estes, o Estatuto do Magistério, uma promessa de Jerzy Badocha à categoria, o parlamentar teria construído o material com apoio da ARP (Associação Rondoniense dos Professores) mas, encaminhado ao executivo para consultas, posteriormente levaria aos pares que apreciariam a proposta, porém o governo atrasou a programação, deixando de responder qual era a situação do andamento do projeto, levando irritação do deputado e da entidade dos docentes (ALTO MADEIRA, 17/12/1983, p.3).

O governo também sofreu derrotas, pois o projeto de Código Tributário que seria votado no dia 30 de novembro ficou para 1984, os peemedebistas, 8 naquela sessão, deixaram o plenário, e o PDS com 11 deputados não obtiveram quórum suficiente (ALTO MADEIRA, 01/12/1983, p.1).

Se alguns deputados estaduais conseguiram cumprir parte das promessas, o executivo não ajudou muito, o governador vetou 3 projetos: de criação do IPERON; da implantação da Casa do Estudante e da extinção de cobranças de taxas nos concursos públicos. Pois foram avaliados como inconstitucionais pelo governador, embora a ALE/RO poderia derrubar em março de 1984 tais vetos. Oswaldo Piana discordou dos vetos, tendo declarado o seguinte: “deste jeito a função do deputado vai ser só fazer benemerência” (ALTO MADEIRA, 29/12/1983, p.3).

⁶⁷Sobre este item, quando o deputado Ângelo Angelim apresentou a ideia, argumentou que os impactos da migração estavam afetando a região amazônica, desta forma noções básicas de ecologia serviria na conscientização dos discentes com relação a preservação da natureza (ALTO MADEIRA, 11/10/1983, p.3). Contudo, a SEDUC/RO considerou a inserção da disciplina de Ecologia como inviável e, geraria despesas ao governo, para a funcionária Marisa Benicasa, o tema era abordado transversalmente em outras disciplinas (ALTO MADEIRA, 20/10/1983, p.3).

Todo este noticiário acerca do encerramento do primeiro ano do poder legislativo, tratava-se de expor perante a opinião pública, que os deputados elaboram leis contemplando diferentes temas, o que teria exigido estudos e contatos com profissionais de diferentes áreas, portanto de acordo com a imprensa, naquela altura os políticos apresentavam qualidades técnicas e saberes sobre o funcionamento da máquina pública. Deste modo o caminho seria propício para que eles, os políticos, paulatinamente, assumissem maiores responsabilidades na administração dos órgãos públicos.

O líder do PDS, Jacob Atallah, publicou vários artigos no *Alto Madeira*, tratando de assuntos econômicos, algumas vezes nas colunas de opiniões recebia elogios dos jornalistas. Devido, o tratamento do governo à sua bancada e ao partido, defendia mais espaço da agremiação na agenda do executivo, exemplo disso foi no artigo, *O PDS e o Brasil*:

[...] A lição de grandeza e competências políticas está sendo comprovado pelo documento sobre Política Econômica, elaborado por Senadores e Deputados do P.D.S. – que demonstra cabalmente, que o poder político, está apto a definir soluções, a assumir posições consentâneas e pragmáticas, sem o dogmatismo dos grão-vizires delfinianos.

O Partido Democrático Social tem que ser condutor político da nação e nem pode aceitar outra definição, sob pena de se criar um profundo e perigoso fôssco de separação entre o Governo de circunlóquios fechados e teoricistas e a verdadeira fisionomia democrática, participativa, responsável e pluralista que se deseja realmente para o Brasil (ALTO MADEIRA, 02-03/11/1983, p.6).

À primeira vista, o parlamentar direcionava suas discordâncias ao estilo de condução da economia pelo ministro Delfin Neto, consideradas arcaicas, pois naquela altura os políticos possuíam, segundo o parlamentar, conhecimentos suficientes para melhorar a vida dos brasileiros. Mas, o recado também servia aos círculos do executivo rondoniense, onde carecia urgentemente de mudanças no que dizia respeito ao trato do secretariado com os pedessistas, noutras palavras, os correligionários necessitavam de mais espaços no governo, para organizarem a administração pública e consolidarem a redemocratização.

No transcorrer do tempo, os periódicos rondonienses sustentaram que a política, significava mais do que duelo entre grupos de interesses, mas por ela encontrava-se uma ferramenta necessária na organização de uma sociedade, embora alguns desvirtuavam-se no meio do caminho e, para estes descumpridores dos preceitos éticos receberiam devidamente à punição, sendo a mais cruel: a perda do respeito diante a opinião pública ou publicada.

Ainda, procuraram convencer os leitores a mudarem de convicção sobre o papel de um político, sendo que este para aquela circunstância, na avaliação do *Alto Madeira*, tinha aprendido a reinventar-se com os corretivos da “revolução de 1964” e, para *O Guaporé*, eles,

os políticos, retomaram aos poucos o espaço seu natural e de direito e, com o tempo do arbítrio já no estertor, deveriam inaugurar uma “Nova República”. Porém, os dois matutinos foram concisos ao colocar como sinônimo, político e administrador.

Considerações Finais

Pelas narrativas dos jornais rondonienses, *Alto Madeira* e *O Guaporé*, analisamos um passado recente da nossa república e, diga-se de passagem: muito presente. O governo da ditadura civil-militar caminhava para o fim, rixas internas, travados por aqueles que o haviam sustentado e que, naquela altura, retiravam o apoio outrora emprestado.

Assim, dever-se-ia substituir a tecnocracia militar pelos políticos que devolveriam a democracia ao país e fundariam uma nova república, todavia, outros personagens emergiam na cena política, sendo apontados como “radicais”, deste modo seria preciso freá-los. Ou seja, a população assistia uma transição a moda brasileira, conservadora e que tentava neutralizar a presença do povo nos debates e embates.

Seguindo esta perspectiva, um segmento de militares acelerara a elevação de um Território Federal na Amazônia para status de ente federado da União, embora fosse anseio local, a manobra almejava a continuidade de setores do Exército no comando do Planalto. A ideia era que o partido deles, isto é, da ditadura civil-militar, conseguiria as quatro cadeiras numa futura eleição indireta, mas em 1983, os militares perceberam que os possíveis delegados do colégio eleitoral flertavam com outro correligionário, este astuto e bom de lábia. No meio de rachas internas, outro sujeito acenava aos “ingratos”, fazendo questão de subir nos palanques dos postulantes às prefeituras do interior rondoniense.

Para completar as surpresas, assistiram uma parcela de parlamentares votarem coesos e leais a sua liderança, mesmo sobre ameaças de enquadramento pelas declarações duras, não deixavam se intimidar, mas proferiam com mais vontade que eram oposição, contrários a um governo de arbítrio e corrupto e, na desatenção ou falta de traquejo dos “governistas” no plenário, manobravam as sessões ou paralisavam votações.

E, obviamente, a imprensa colocou-se à disposição de cobrir “imparcialmente” os fatos, pois também desejava protagonismo na redemocratização do Brasil e, regionalmente, na estruturação do novo estado. Experiente com o mundo da política, logo tentou rearranja-se com o promissor poder legislativo estadual.

O *Alto Madeira*, escolheu manter a tradição de jornal cortês, deste modo equilibrou-se para apresentar-se leal ao poder executivo das diferentes esferas, por outro lado à disposição de agradecer os deputados estaduais de oposição ou situação, mesmo que para isso deixasse um pouco o bairrismo de lado, sendo o episódio mais claro o momento que projetava a imagem de José Bianco, como sinônimo de político exemplar para conduzir o legislativo. Destarte não

perdeu a oportunidade de mostrar os políticos que considerou fisiológicos, ou seja, os situacionistas que atacavam o governo, aqueles ligados ao Grupo de Brasília.

Porém, com o passar do tempo, tanto os deputados pedessistas “afoitos” e os oposicionistas, na visão do matutino, tinham algumas razões nas reivindicações e, os políticos mereciam atenção e assento na administração de órgãos ocupados pelos “técnicos”, pois os legisladores também eram pessoas competentes para gerirem a máquina pública e recuperarem a economia que, estagnada, penalizando os mais vulneráveis.

A maior demonstração de capacidade política aliada ao tecnicismo por parte legisladora teria sido na redação da carta constitucional, tendo em seguida continuado os trabalhos, com a apresentação dos diversos estatutos dos servidores públicos, em outras palavras, aqueles parlamentares eram pessoas capazes de dar continuidade à consolidação administrativa do novo estado.

Tanto para o *Alto Madeira* e o *O Guaporé*, a política e o domínio da gerência administrativa eram as mesmas coisas, com um diferencial, os técnicos tradicionais ficam isolados nos seus respectivos gabinetes e, devido a isso, cometiam equívocos ou erros. Já os políticos, ouviam à sociedade tanto para elaborar como para executar os projetos de acordo os anseios populares.

Contudo, um tema que numa primeira leitura entende-se não ter sido tratado pelos impressos foi o pretexto para coexistir uma oposição “agressiva” e deputados situacionistas agindo contrários ao governo. Isto é, os mecanismos jurídicos, garantidos na própria constituição promulgada, outorgaram aos deputados de proteção no exercício no decorrer do mandato.

Este é um aspecto importante, visto que a imprensa indiretamente tocou no assunto, no *Alto Madeira*, seria o cumprimento da promessa de abertura lenta, gradual e segura de João Figueiredo. E, *O Guaporé*, que passou a ser mais brando, entendeu a circunstância sendo a concretização da distensão política, mas convidando a todos para a conciliação nacional de Tancredo Neves, embora mantivesse como pauta as eleições diretas.

Estudando a imprensa distante dos grandes centros do Brasil, percebe-se o quanto as propostas de transição política alcançaram todo o território nacional, ao mesmo tempo, entende-se a abrangência e a persistência de uma memória que suaviza o golpe de estado de 1964, o qual levou ao poder setores militares e da elite econômica, responsáveis por violações de direitos humanos e que, posteriormente, foram anistiados tanto pela lei e a opinião publicada.

Igualmente, a continuidade de comportamentos e concepções arcaicas e de certos traços nada republicanos, por parte dos novos dirigentes da “nova república”, muitos deles, presos ao ideário conservador e agrário, ou seja, houvera mais continuidade do que rupturas.

Do mesmo modo, pode-se desconstruir algumas vertentes historiográficas regionais identificadas a tradição do “pacto pelo alto”, como algumas narrativas sobre a primeira eleição do estado de Rondônia escritas de acordo com os donos do poder da época, ocultando a violência, intimidações e abusos de poder econômico, um passado nada bonito ou heroico como narraram, típico de escrita conservadora, presa aos “grandes homens”.

O que vimos, foi um governo acuado e isolado no palácio junto aos “mentores e bajuladores”. Enquanto, poucos metros dali o legislativo tentavam nascer acompanhando o Congresso Nacional, que aos poucos batalhava na reconquista do espaço tomado de si pela tecnocracia militar e civil do Planalto.

Embora na ALE/RO tivesse suas peculiaridades, muito do enfretamento deveu-se aos peemedebistas, desde a primeira sessão disseram ao governo e suas bases eleitorais as razões de estarem naquele recinto: combater a ditadura civil-militar e os ditadores. Somente quando não tinham suas demandas atendidas pelo governo, os pedessistas passavam a falar de independência e engrossar a voz com o executivo. No atrito com o governo estadual, sentiram-se amparados e protegidos pelo manto de Paulo Maluf, haviam encontrado alguém em quem espelhar-se, mas um antigo cacique nordestino estava disposto a ser mais generoso com eles.

Sobre o PMDB, veja-se que não era aquele conhecido recentemente, de o fiador da governabilidade e conciliador, os peemedebistas rondonienses daquela legislatura orgulhavam-se de ser uma força de contestação ao regime. Ademais, o partido devido ao capital político obtido nas urnas e ao enfretamento com o executivo conseguiu, regionalmente, tomar para si a representação de partido das massas, defensor dos valores democráticos, capaz de mudar as condições de vida das pessoas.

Ao término, salienta-se que a imprensa local, tanto foi atraída pelas elites políticas, como seduziu os diversos políticos, bem como foi responsável por redigir os fragmentos daquilo que, mais tarde, irá compor as memórias de uma época e, todos gostam de serem lembrados com honra ou afeto.

Referências

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

ALBURQUEQUE, Lúcio. **Da Caixa de Francesa à Internet – 100 anos da Imprensa em Rondônia**. Rondoniana, 2009.

ALVAREZ, Angélica; SILVA, Rodrigo; POMARI, Luciana. Opinião pública: das pesquisas eleitorais às mídias. In: PRIORI, Angelo & POMARI, Luciana (org.). **História Política: métodos e problemas historiográficos**. Maringá: Eduem, 2016. p.45-56

AQUINO, Maria Aparecido de. **Censura, Imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Carlos. Willian Curi: entre generais e coronéis, um jovem barbudo e sonhador ajudou a construir a potência que Rondônia é hoje. **Expressão Rondônia**. 20/10/2019.

BOSI. Ecléa. **O Tempo do Vivo da Memória: ensaios de psicologia social**. 3º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

CARNEIRO, Glauco. **Brasil Primeiro, história dos diários associados**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

_____. A Imprensa Como Fonte e Objeto De Estudo Para o Historiador. In: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Editora Humanitas, 2015. p. 114-136.

_____. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 55-75. 1992.

CHAUI. Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 7º edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

COLFERAI, Sandro. Ribeirinhos e colonos: a representação de uma identidade preferencial no hino de Rondônia. **Raído**, Dourados, v.4, n.7, p.333- 346, jan. /jun. 2010.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette** – mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Vinicius Rodrigues. Os evangélicos na política de Rondônia: análise de duas candidaturas na campanha eleitoral de 1982. **Revista Faces de Clio**, Juiz de Fora, v.5, n.9, p. 102-122, jan. /jun. 2019.

_____ **A Participação Dos Candidatos Evangélicos A Deputados Estaduais Na Eleição de 1982 No Estado De Rondônia**. Monografia (Bacharelado em História) - Departamento de História, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

DIAS, André Bonsanto. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – *Folha de S. Paulo* e o *O Globo*, 1964-2014. **Opinião Pública**, Campinas, v.25, n. 3, set/dez, p.472-494. 2019.

DUARTE, Durango (Org.). **Crônicas de Manaus: Josué Claudio de Souza** – Publicações em 1946. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2016.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, São Paulo: Editora Contexto, 2015.

FRANCO, Gilmar. A Construção do “Brasil Potência”: a propaganda de estímulo a migração para o Norte do Brasil – um estudo a partir do caso de Rondônia (1968 – 1981). **História Unissinos**, São Leopoldo, v. 23, n.1, p.96-109, jan. /abr. 2019.

FREITAS, Aimberê. **Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais do Brasil**. Boa Vista: Editora Boa Vista, 1991.

FORINI, Paola. **Jorge Teixeira, Primeiro Governador do Estado de Rondônia: Imprensa e Cordialidade (1979-1982)**. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

_____ Governador Jorge Teixeira e a recepção de seus atos e discursos pela imprensa – jornais Alto Madeira e O Guaporé de 1981. **Labirinto**, Porto Velho, n.17, p.79-92, dez. 2012.

GONÇALVES, Sergio Ricardo Vieira. Jorge Teixeira de Oliveira – Uma incontestada Liderança. IHGR. **Gente de Rondônia. Personagens da Nossa História**. Porto Velho, SECEL, 2001.

HOLANDA, Fabíola; MENEZES, Nilza. **Jorge Teixeira: uma contribuição documental**. Porto Velho: EDUFRO, 2006.

HUGO, Vitor. **Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé**. 4ª ed.- Porto Velho: abg Gráfica, 1995.

KINZO, Maria. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vertice/Idesp, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução do alemão: Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: contraponto: ed. PUC-Rio, 368 p. 2006.

_____ **História y hermenêutica**. Barcelona: Paidós, 1997.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, CECÍLIA; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUS, Paulo; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FVG, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975.

LIMA, Marta Valéria de. **Dos tambores de averequete aos tambores de oxalá: história de uma relação complexa; as religiões afro-brasileiras e a sociedade de Rondônia**. Tese (Doutorado em História De América Latina Mundos Indígenas) – Universidad Pablo de Olavide, Sevilha. 2014.

LIMONGI, Fernando. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WELFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**. vol.1, 14ªed. São Paulo: Ática, 2011, p. 243-255.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKS, Carla (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia**. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia Ltda., 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENEZES, Esron Penha de. Jornalismo Em Rondônia. In: BORZACOV, Yêdda Pinheiro (coord.). **Porto Velho conta a sua história**. v.1. Porto Velho: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1998.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea, Vol. IV**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.63-171.

MOSER, Lilian. **Formação de Capital Social do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto d'Oeste – RO**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Corrupção No Brasil Republicano – 1954-1964*. In: AVRITZER, Leonardo [et at.] (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.243-249.

_____ **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

MOURA, Ítalo Lima de. **Bailes, Blocos E Escolas de Samba Históricas Do Carnaval Em Porto Velho**. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Rondônia, Porto Velho, 2018.

NADER, Beatriz. **Juntando os fragmentos do discurso político nacional: história oral de vida do “Grupo Autêntico do MDB**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1997.

NOGUEIRA, Mara. *Temperando Palavras E Degustando Leitura: o jornal em sala de aula*. In: Nogueira, Mara; Oliveira, Elis. (org.). **Narrativas sobre a cidade: revisitando o Jornal Alto Madeira**. Porto Velho: Temática Editora, 2019. p. 13-35.

_____ **Entre Categas e Mundiças: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Jorge Coimbra de. **A burocracia elitizada e o Polonoroeste em Rondônia**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento, aos desenvolvimentos dos projetos: o PLANAFORO em Rondônia**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas / Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PERSIVO, Silvio. **Euro Tourinho, A Samaúma da Imprensa Amazônica**. Scortecci Editora, 2016.

PERSIVO, Silvio & CUNHA, Aldenor. *A Experiência De Rondônia Em Planejamento*. **Saber Científico**, Porto Velho, vol. 1 (2). p.156-177, jul/dez. 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silencio**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FVG, v.2. n.3, 1989.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2008.

RÉMOND, René. Do Político *In*: Rémond, René (org.) **Por Uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.441-454.

RIBEIRO, Ricardo. **PFL: do PDS ao PSD**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Renato Janine. **A República**. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

RODRIGUES, Cíntia. **A naturalização da Violência**: representação do conflito agrário pelos jornais em Rondônia na década de 1980. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016.

RONDÔNIA. [Constituição (1983)]. **Constituição do Estado de Rondônia**. Porto Velho: Assembleia Legislativa do estado de Rondônia, 1983.

SANTOS, Sari Possari dos. **Desenvolvimento em Rondônia**: análise do Plano de Valorização da Amazônia (1953- 1966). Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Regional e Meio Ambiente) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato Em Branco e Negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O Império em procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, Matheus da. O Motim de 1983 Contra A Fome E O Desemprego Em São Paulo. **Projeto História**, São Paulo, v.58, p.344-362, 2017.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano v.4. O Tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Amizal Gomes da. **Nos Rastros dos Pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2011.

_____. DANTAS, Hélio. História Regional: experiência, subjetividade e escrita histórica em Vitor Hugo. **Labirinto**, Porto Velho, v. 7, p. 48-54. 2005.

SOUZA, Amaury de. O sistema político-partidário. *In*: JAGUARIBE, Hélio (Org.). **Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

STARLING. Heloisa Maria Murgel. Ditadura Militar. *In*: AVRITZER, Leonardo [et at.] (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.251-260.

TEIXEIRA, Marco & FONSECA, Dante. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana, 1998.

TEÓFILO, João. **Nem Tudo Era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar**. Curitiba: Apriss, 2019.

VIANA, João Paulo. Do Território ao Estado, de Porto Velho à BR-364: a mudança na elite política em Rondônia. **Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v.7, n.2, p.1494-1515. Jul./dez. 2019.

_____. **Sistema Partidário Subnacional e competição eleitoral: o caso de Rondônia (1982-2014)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

WOODWARD. Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9.ed - Petrópolis: Vozes, 2009.

Fontes Consultadas

Edições do jornal *Alto Madeira*, correspondentes aos anos: 1982 (14 de agosto); 1983 (janeiro a dezembro); 2014 (31 de março); 2017 (15 de abril e 01 de outubro).

Edições do *O Guaporé*, correspondente ao ano de 1983 (janeiro a junho).

Outras Fontes

Heitor: Trajetória Com Política, Futebol e Samba em RO disponível em <https://www.ffer.com.br/lernoticia.asp?c=3133>, acessado em 15/12/2019.

CRUZ, Montezuma. **História de Rondônia: Oswaldo Piana, o “filho da terra” no poder fez o primeiro linhão energético**, disponível em <http://www.rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-oswaldo-piana-o-filho-da-terra-no-poder-fez-o-primeiro-linhao-energetico/>, acessado em 15/12/2019.

COSTA, Marcelo. **ARAGÃO, Ronaldo.**
<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ronaldo-aragao>,
acessado em 10/12/2018.

Discurso do deputado constituinte Tomás Correa – sessão solene de 06/08/1983, disponível em
<https://www.al.ro.leg.br/raiz/arquivos-historico/discurso-do-deputado-constituente-tomas-correa-sessao-solene-de-06-08-1983.pdf>, acessado em 20/12/2019.

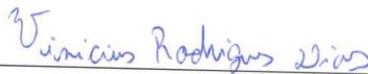
Entrevistas

Entrevistas com Carlos Sperança, José Lúcio Albuquerque e Tomás Correia.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Vinicius Rodrigues Dias, matricula nº18104380 declaro para todos os fins que o texto em forma de (x) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado O Conceito de Político na Redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983: notícias sobre a ALE/RO, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 22 de Abril de 2020.



ASSINATURA